

"Educação não é privilégio para rico, é direito de todos. Educação não é gasto"

Tomaz Silva - Agência Brasil



Lula promete aumentar os gastos em educação

O presidente defendeu maior investimento em educação para combater o momento delicado pelo qual o país passa, marcado por negacionismo, ódio e fake news

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a dizer na terça-feira, 2, que despesas do governo com educação não constituem gasto, mas investimento. O presidente defendeu mais investimentos em educação e afirmou que a missão do ministro da área, Camilo Santana, é criar mais faculdades, escolas técnicas e demais iniciativas ligadas ao Pronatec do que Fernando Haddad, que comandou a pasta entre 2005 e 2012 e hoje está à frente da Fazenda. O presidente disse que é necessário aumentar os gastos em educação para combater o momento "delicado" pelo qual o País passa, marcado, segundo ele, por "negacionismo, ódio e fake News." Ele fez um recorrido histórico para lembrar o surgimento da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep), cujo modelo nasceu e cresceu em seus governos anteriores, com 18 milhões de alunos inscritos ainda em 2007.

PÁGINA 6

Presidente defende a expansão da indústria naval brasileira

O presidente Lula defendeu a retomada dos investimentos na indústria naval brasileira como forma de alavancar o setor e gerar empregos e tecnologia no país. "Quero que vocês tenham certeza que a gente vai recuperar a indústria naval brasileira, porque não é possível um país do tamanho do Brasil, onde 90% de todo o comércio é feito através do mar, não tem sentido a gente ter déficit comercial na balança, por conta de que nossos produtos são exportados e comprados em navio de bandeira estrangeira."

PÁGINA 6

JUROS ALTOS

Concessões no crédito livre caíram 6,2% em fevereiro

As concessões dos bancos no crédito livre caíram 6,2% em fevereiro ante janeiro, para R\$ 455,5 bilhões. Já no caso de pessoas jurídicas, as concessões recuaram 2,2%.

PÁGINA 2

ABUSO

Reajuste de remédios pode ser superior ao anunciado

PÁGINA 8

DIVERSIFICAÇÃO



Divulgação

O BALANÇO DO GRUPO VOTORANTIM TROU-XE NÚMEROS MENOS PUJANTES EM 2023. O lucro de R\$ 1,8 bilhão do ano passado significou uma queda de 66%, na comparação com os R\$ 5,4 bilhões alcançados em 2022. A receita líquida, de R\$ 48,5 bilhões, ficou 8% menor.

PÁGINA 3

MEIO AMBIENTE

Subsídios da Europa favorecem a pecuária

Um estudo publicado esta semana na Nature Food, concluiu que a União Europeia alocou mais de 80% do dinheiro público da Política Agrícola Europeia para criação de animais e investiu muito menos no cultivo de plantas. Com isso, há um impacto na transição alimentar, pois torna as dietas poluentes "artificialmente baratas".

PÁGINA 5

NEGOCIAÇÃO



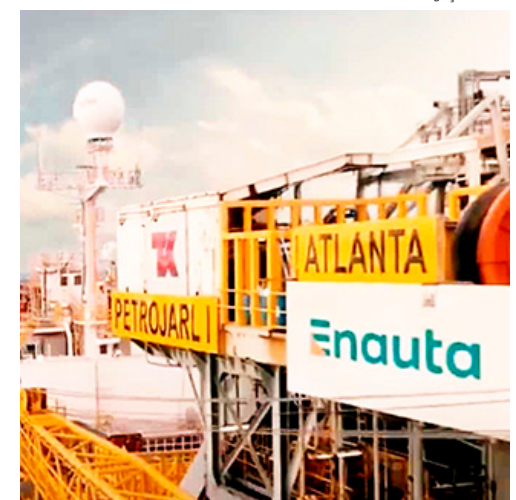
Biden e Xi discutem Taiwan, IA e opióide

O presidente dos EUA, Joe Biden, e o presidente chinês, Xi Jinping, discutiram questões sobre Taiwan, inteligência artificial e segurança em uma conversa telefônica destinada a demonstrar o retorno ao diálogo regular entre líderes das duas potências. A ligação foi a primeira conversa deles desde a cúpula na Califórnia, em novembro.

PÁGINA 5

ÓLEO E GÁS

Divulgação



Enauta propõe junção de negócios com a 3R

A Enauta anunciou a combinação dos negócios com a 3R Petroleum Óleo e Gás. A empresa destaca que a produção potencial vai superar 100 mil barris de óleo equivalente com oportunidade de crescimento composto nos próximos cinco anos e reservas operadas superiores a 700 milhões de barris em portfólio complementar.

PÁGINA 4

IBOVESPA 127.548,52 ↑ 0,44%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
LOJAS RENNERTON NM	17,48	+3,80%	+0,64
PETROBRAS ON N2	39,61	+2,72%	+1,05
PETROBRAS PN N2	38,62	+2,58%	+0,97
ENGIE BRASILON NM	40,54	+2,76%	+1,09
RUMO S.A. ON NM	22,52	+2,13%	+0,47

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETRORECSA ON NM	21,070	-9,02%	-2,090
VAMOS ON NM	8,060	-2,66%	-0,220
SID NACIONALON	15,33	-2,48%	-0,39
YDUQS PART ON NM	17,55	-2,39%	-0,43
AZUL PN N2	12,60	-2,85%	-0,37

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN N2	38,62	+2,58%	+0,97
VALE ON NM	61,94	+1,18%	+0,72
B3 ON EJ NM	11,73	-0,34%	-0,04
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	33,48	+0,12%	+0,04
PETROBRAS ON N2	39,61	+2,72%	+1,05

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	39.170,24	-1,00%
S&P 500	5.205,81	-0,72%
NASDAQ	16.240,45	-0,95%
DAX 30	18.283,13	-1,13%
FTSE 100	7.935,09	-0,22%
IBEX 35	10.975,60	-0,89%

DÓLAR COMERCIAL	
COMPRA	5,058
VENDA	5,058
	↓ -0,02%

PESO	
COMPRA	0,006
VENDA	0,006
	↑ 1,38%

EURO	
COMPRA	5,446
VENDA	5,447
	↑ 0,23%

LIBRA	
COMPRA	6,357
VENDA	6,374
	↑ 0,38%

OURO	
BM&FBovespa/Grama	343,00
Comex NY/Onça	2.280,00

DÍVIDAS SOBEM

Concessões no crédito livre caíram 6,2% em fevereiro

Entre as principais linhas de crédito livre para a pessoa física, o destaque foi o cheque especial, cuja taxa subiu entre janeiro e fevereiro, de 125,8% para 131,8% ao ano

As concessões dos bancos no crédito livre caíram 6,2% em fevereiro ante janeiro, para R\$ 455,5 bilhões, informou na terça-feira, 2, o Banco Central (BC). No acumulado nos últimos 12 meses até fevereiro, o aumento foi de 4,9%. Estes dados não levam em conta ajustes sazonais.

No crédito para pessoas físicas, as concessões caíram 9,2% em fevereiro, para R\$ 254,7 bilhões. Em 12 meses até fevereiro, houve alta de 9,1%. Já no caso de pessoas jurídicas, as concessões recuaram 2,2% em fevereiro ante janeiro, para R\$ 200,8 bilhões. Nos 12 meses, houve uma leve alta de 0,2%.

Em meio ao processo de queda da Selic, a taxa média de juros no crédito livre mostrou nova redução em fevereiro ante janeiro. O percentual passou de 40,5% para 40,2% ao ano, informou o Banco Central (BC). No segundo mês de 2023, a taxa estava em 44,0%.

Para as pessoas físicas, a taxa média de juros no crédito livre passou de 52,6% para 52,5% ao ano de janeiro para fevereiro. No segmento de pessoas jurídicas, a taxa passou de 22,3% para 21,4% entre os dois meses.

Entre as principais linhas de crédito livre para a pessoa



O Indicador de Custo de Crédito (ICC) ficou estável em fevereiro ante janeiro, em 21,9% ao ano. O percentual reflete o volume de juros pagos por consumidor

física, destaque para o cheque especial, cuja taxa subiu entre janeiro e fevereiro, de 125,8% ao ano para 131,8% ao ano. No crédito pessoal, a taxa passou de 41,2% para 41,4% ao ano.

Desde 2018, os bancos estão oferecendo um parcelamento para dívidas no cheque especial. A opção vale para débitos superiores a R\$ 200. Em janeiro de 2020, o BC passou a aplicar uma limitação dos juros do cheque especial, em

8% ao mês (151,82% ao ano).

Os dados divulgados na terça pelo Banco Central mostraram ainda que, para aquisição de veículos, os juros foram de 26,1% ao ano em janeiro para 25,9% em fevereiro.

A taxa média de juros no crédito total, que inclui operações livres e direcionadas (com recursos da poupança e do BNDES), foi de 28,2% ao ano em janeiro para 27,8% ao ano em fevereiro. No segundo

mês de 2023, estava em 31,1%.

Já o Indicador de Custo de Crédito (ICC) ficou estável em fevereiro ante janeiro, em 21,9% ao ano. O percentual reflete o volume de juros pagos, em reais, por consumidores e empresas no mês, considerando todo o estoque de operações, dividido pelo próprio estoque. Na prática, o indicador reflete a taxa de juros média efetivamente paga pelo brasileiro nas operações

de crédito contratadas no passado e ainda em andamento.

O estoque total de operações de crédito do sistema financeiro subiu 0,2% em fevereiro, para R\$ 5,796 trilhões. O saldo aumentou 8,0% em 12 meses encerrados em fevereiro. Na comparação com janeiro, houve alta de 0,5% no estoque para pessoas físicas e recuo de 0,2% no estoque para pessoas jurídicas.

De acordo com o BC, o

estoque de crédito livre subiu 0,1% no segundo mês de 2024, enquanto o crédito direcionado apresentou avanço de 0,5%.

No crédito livre, houve elevação de 0,3% no saldo para pessoas físicas em fevereiro. Para as empresas, o estoque recuou 0,3% no período.

O BC informou ainda que o total de operações de crédito em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) passou de 52,9% para 52,8% na passagem de janeiro para fevereiro.

O endividamento das famílias brasileiras com o sistema financeiro fechou o mês de janeiro em 48,0%, ante 47,8% registrado em dezembro. O recorde da série histórica do Banco Central ocorreu em julho de 2022 (50,1%). Se forem descontadas as dívidas imobiliárias, o endividamento ficou em 30,2% no primeiro mês de 2024, ante 29,9% em dezembro.

Janeiro foi o sexto mês de operação do programa federal de renegociação de dívidas Desenrola. Na fase do programa iniciada no dia 17 de julho foi possível renegociar dívidas bancárias de consumidores que ganham até R\$ 20 mil mensais, sem garantia do Tesouro Nacional. Além disso, o nome de pessoas que tinham dívidas de até R\$ 100 nos bancos foi "desnegativado" automaticamente, sem o perdão dos compromissos. A segunda fase, para quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 2.640,00), começou no fim de setembro e tem garantia do Tesouro.

Segundo os dados do BC para o mês de janeiro, o comprometimento de renda das famílias com o Sistema Financeiro Nacional (SFN) terminou em 25,8%. Em dezembro, o percentual era de 25,7%. O recorde da série foi registrado em junho de 2023, com 28,4%. Descontados os empréstimos imobiliários, o comprometimento da renda seguiu em 23,7% de dezembro de 2023 para janeiro deste ano.

DIÁLOGO

Haddad: Pacheco não sinalizou a intenção de mudança na desoneração dos municípios

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na terça-feira, 2, que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não sinalizou a ele a intenção de revogar a proposta de reoneração dos municípios, enviada pelo Poder Executivo no ano passado por meio de uma medida provisória. A medida, de acordo com Haddad, foi comunicada pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, com quem ele se reunirá para avaliar a decisão tomada pelo Congresso.

Na segunda-feira, Pacheco decidiu derrubar a reoneração da folha de pagamento dos municípios, que valeria a partir da própria segunda-feira de acordo com a medida provisória baixada pelo governo.

O texto aumentaria a alíquota de contribuição previdenciária das prefeituras de 8% para 20%. Em despacho, Pacheco prorrogou a MP por mais 60 dias, mas resolveu não estender o dispositivo específico

sobre os municípios.

"Tenho reunião com Padilha para avaliar (a revogação da proposta de reoneração dos municípios). Já tem um projeto de lei tramitando na Câmara corrigindo o projeto aprovado no ano passado, limitando ele a algo que possa ser confirmado dentro do orçamento de 2024", disse Haddad aos jornalistas. "Já há compreensão que o projeto (aprovado pelo Congresso no ano passado) onera em mais de R\$ 10 bilhões (os cofres da União)", emendou.

Na semana passada, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), apresentou uma proposta alternativa à desoneração da folha de pagamento dos municípios, além do fim gradual do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

O novo texto limita esse benefício a cidades com até 50 mil habitantes e receita líquida (RCL) per capita de até R\$ 3.895. Haddad disse acreditar na apro-



Haddad: "já há compreensão que o projeto aprovado pelo Congresso onera em mais de R\$ 10 bilhões os cofres da União"

vação do projeto, mas reconheceu que será preciso negociação.

Questionado sobre uma eventual mudança na meta de

resultado primário em meio às propostas discutidas no Congresso, Haddad disse que precisará fazer um balanço do que

vai ser aprovado neste mês de abril. "Você fixa uma meta de resultado primário e encaminha as leis que vão dar consistência

para essa meta. O trabalho que estamos fazendo junto ao Congresso é no sentido de convencer os parlamentares de que precisamos encontrar fontes de financiamento para as despesas criadas", disse.

O ministro citou, por exemplo, que o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o programa Bolsa Família e o piso da enfermagem foram criados sem fontes de receita compensatória.

Haddad enfatizou ainda que há um esforço grande sendo feito para pôr "ordem nas contas", mas ponderou que as perguntas sobre impactos fiscais não devem ser endereçadas apenas ao Executivo. "Precisamos de um pacto nacional dos Três Poderes para chegarmos aos objetivos pretendidos na área econômica. Não vai ser um ministério ou um poder da República que vai resolver a herança herdada do governo anterior", disse.

<p>Diário DC Comercial</p> <p>Propriedade de Editora Diário Comercial Ltda</p> <p>Filiado à:</p> <p>ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS</p>		<p>DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA Bruna Luz</p> <p>DIRETOR EXECUTIVO Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br</p>		<p>Assesse nossa edição digital:</p>
<p>REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br</p> <p>DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br</p> <p>PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br</p>		<p>Serviço Noticioso: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara</p> <p>IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.</p> <p>As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.</p>		
<p>RIO DE JANEIRO Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906</p>	<p>SÃO PAULO Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000</p>	<p>BRASÍLIA Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845</p>	<p>BELO HORIZONTE Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232</p>	<p>REPRESENTANTE COMERCIAL Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01 Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com</p>
<p>redacao@diariocomercial.com.br administracao@diariocomercial.com.br comercial@diariocomercial.com.br comerciaisp@diariocomercial.com.br homepage: www.diariocomercial.com.br</p>				

REANCORAGEM



Supermercado: considerando as 104 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana para 2024 passou de 3,71% para 3,74%. Para 2025, a projeção passou de 3,53% para 3,54%

Mercado mantém a previsão de inflação em 3,7% este ano

A mediana para a alta da atividade econômica deste ano passou de 1,85% para 1,89%, ante 1,77% de um mês atrás. Em relação à Selic, a previsão é de queda para 9%

A expectativa para a inflação deste ano ficou estável no Relatório de Mercado Focus do Banco Central (BC) divulgado na terça-feira, 2. A projeção de 2024 seguiu em 3,75%. Um mês antes, a mediana era de 3,76%. Para 2025, foco principal da política monetária, a projeção também permaneceu em 3,51%.

Considerando as 104 esti-

mativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana para 2024 passou de 3,71% para 3,74%. Para 2025, a projeção passou de 3,53% para 3,54%, considerando 99 atualizações no período.

Para 2026, a projeção continuou em 3,50% pela 39ª semana consecutiva - seguindo a reancoragem apenas parcial destacada pelo BC após a manutenção da meta de inflação em 3,0% para este e os próximos anos. No hori-

zonte mais longo, de 2027, a estimativa seguiu em 3,50%, como também está há 39 semanas.

As estimativas do Relatório de Mercado Focus continuam acima do centro da meta para a inflação, de 3,00%. O IPCA de 2023 ficou em 4,62%, abaixo do teto da meta (4,75%, para um centro de 3,25% no ano passado), evitando o estouro do objetivo a ser perseguido pelo BC pelo terceiro ano consecutivo, depois de 2021 e 2022.

O Comitê de Política Monetária (Copom) divulgou em março projeção de 3,5% para o IPCA de 2024, igual à das reuniões anteriores, de dezembro e janeiro. Para 2025, também seguiu em 3,2%.

O Relatório de Mercado Focus divulgado na terça-feira, 2 pelo Banco Central (BC) elevou pela sétima semana consecutiva a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2024. A mediana para a

alta da atividade deste ano passou de 1,85% para 1,89%, ante 1,77% de um mês atrás. Considerando apenas as 62 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB no fim de 2024 passou de 1,81% para 1,89%.

Para 2025, o documento trouxe manutenção na estimativa de crescimento do PIB em 2,00%, como já está há 16 semanas. Considerando as 55 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o

PIB de 2025 também seguiu em 2,00%.

Em relação a 2026, a mediana continuou em 2,00% pela 34ª semana consecutiva. O Boletim ainda trouxe a estimativa de crescimento para 2027, que se mantém em 2,00% por 36 semanas.

A estimativa do Ministério da Fazenda para o crescimento do PIB de 2024 é de 2,2%. Já no Banco Central, a projeção atual é de avanço de 1,9% neste ano, conforme o Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de março.

Após sinalizar redução no ritmo de cortes dos juros, o mercado manteve em 9,00% ao ano a mediana do Relatório de Mercado Focus para a Selic no encerramento de 2024 pela 14ª semana consecutiva. Considerando apenas as 93 respostas dos últimos cinco dias úteis, a mediana para o fim de 2024 também seguiu em 9,00% ao ano.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) cortou a Selic pela sexta vez consecutiva em 0,50 ponto porcentual, para 10,75% ao ano em março. O colegiado mudou a sinalização e indicou que o ritmo de queda de 0,50 ponto continua sendo o mais apropriado para a próxima reunião - no singular, e não no plural.

No encontro de março, o Copom repetiu que a magnitude total do ciclo de flexibilização ao longo do tempo dependerá da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de inflação, em particular daquelas de maior prazo, de suas projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos.

No Relatório de Mercado Focus, a projeção para a Selic no fim de 2025 continuou em 8,50%, como já está há 17 semanas. Considerando apenas as 89 respostas dos últimos cinco dias úteis, a mediana para o fim de 2025 também seguiu em 8,50% ao ano.

Para 2026, a projeção seguiu em 8,50% pela 35ª semana consecutiva. Para 2027, a estimativa também seguiu em 8,50%, onde se mantém por 34 semanas.

COMMODITIES

Lucro da Votorantim registrou queda de 66% e chegou a R\$ 1,8 bilhão em 2023

O balanço do Grupo Votorantim trouxe números menos pujantes em 2023 do que no ano anterior. O lucro líquido de R\$ 1,8 bilhão do ano passado significou uma queda de 66%, na comparação com os R\$ 5,4 bilhões alcançados em 2022. A receita líquida, de R\$ 48,5 bilhões, ficou 8% abaixo dos quase R\$ 53 bilhões no mesmo período. Porém, o retrato não mostra o filme - ou uma tendência futura -, como defendem os comandantes da Votorantim SA.

O grupo está maior, com negócios em mais áreas e geografias e menos correlacionados. Seus efeitos e sinergias já começam a ser sentidos e devem ter impacto maior nos próximos anos, segundo projeção do grupo.

A Votorantim também continua com grande capacidade de investimento e baixa alavancagem, segundo a empresa. Só em caixa são R\$ 5 bilhões. O grupo ainda tem a capacidade de investimento das 12 empresas que é acionista e é grau de investimento pelas três agências de classificação de risco, o que aumenta sua capacidade de alavancar recursos. No fim de 2023, a holding tinha alavancagem em 1,08 vez, com dívida líquida de R\$ 10,4 bilhões. Ambos os indicadores ficaram estáveis na compara-



Malacrida: "efeitos não recorrentes não são esperados. No caso de Três Irmãos havia uma expectativa, mas não controlamos o tempo que o prejuízo entraria"

ção com o ano de 2022.

A pedra no meio desse caminho foram efeitos não recorrentes negativos somados a uma dinâmica menos favorável nos negócios expostos a commodities. Os maiores efeitos não recorrentes aconteceram nas subsidiárias Auren e na Companhia Brasileira de Alumínio (CBA).

No caso da geradora e comercializadora de energia, foi registrado no terceiro trimes-

tre um prejuízo contábil de R\$ 838 milhões, influenciado pelo pagamento de R\$ 1,037 bilhão em impostos (IR/CSLL) referentes ao acordo com o governo para a entrega da concessão da usina Três Irmãos. No ano anterior, o grupo havia registrado efeito não recorrente positivo, com efeitos da venda da operação de aços longos no Brasil, o que ajudou a aumentar a diferença de resultados.

Já no caso da CBA, o efeito

não recorrente reportado no quarto trimestre foi relacionado ao ajuste na marcação a mercado dos contratos futuros de energia, que trouxeram perdas contábeis de R\$ 639 milhões, embora sem efeito caixa. No período, a subsidiária divulgou prejuízo líquido de R\$ 586 milhões. O preço e a demanda do alumínio no ano anterior também foram mais favoráveis.

"Efeitos não recorrentes

muitas vezes são não esperados. No caso de Três Irmãos havia uma expectativa, mas não controlamos o tempo que o prejuízo entraria no balanço", afirmou o diretor financeiro e de relações com investidores da holding, Sergio Malacrida. O acordo envolvendo a Auren foi firmado no fim de 2022, mas o reconhecimento do pagamento de impostos foi registrado no balanço de 2023.

O Ebitda (geração de caixa

medida por lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado do Grupo Votorantim somou R\$ 9,6 bilhões em 2023, recuo de 8% na comparação com o ano anterior. Pesou sobre os resultados do grupo o desempenho menos favorável das subsidiárias CBA e Nexa (que produziu zinco), expostas a commodities. As duas empresas perderam vendas e viram os preços do alumínio e do zinco cair 24% e 17%, respectivamente, o que derrubou as margens operacionais das subsidiárias.

Porém, os negócios de commodities foram compensados pelo desempenho positivo da Votorantim Cimentos, que representou 69% do Ebitda ajustado de todo o grupo em 2023. A produtora de cimentos atingiu recorde de lucros no ano, impulsionado pelo aumento de preços dos produtos nos mercados da América do Norte, Europa e Ásia, além de uma dinâmica de mercado favorável nestas regiões.

Para 2024, a holding tem como estratégia avançar na diversificação geográfica e estudar a aquisição de ativos de setores expostos a negócios de longo prazo. O objetivo do movimento é fortalecer a estabilidade no perfil dos resultados do grupo. Como exemplo, no último ano a Votorantim realizou a aquisição de 5,6% das ações da Hypera, entrando no segmento de saúde.

Sobre o desempenho das 12 empresas ligadas ao grupo, a perspectiva é que os resultados gerais neste ano sejam melhores na comparação com o divulgado em 2023.

REPRECIFICAÇÃO

Enauta propõe combinação de negócios com a 3R Petroleum

A fusão criará uma das principais e mais diversificadas companhias independentes de petróleo e gás na América Latina, com grande previsão de crescimento

A Enauta anunciou que seu conselho de administração aprovou uma proposta para combinação dos negócios com a 3R Petroleum Óleo e Gás.

Em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa destaca que a produção potencial da combinação supera 100 mil barris de óleo equivalente com oportunidade de crescimento composto nos próximos cinco anos e reservas operadas superiores a 700 milhões de barris em portfólio complementar e diversificado.

A proposta da Enauta, que será apresentada ao conselho e acionistas da 3R, envolve a troca de ações entre as empresas, com simplificada estrutura e execução, sem necessidade de carve-outs, waiver fees e reestruturação de garantias. A proposta está sujeita à realização de diligências confirmatórias por ambas as partes durante um período de exclusividade de até 30 dias.

A transação também está condicionada a condições precedentes usuais para transações da mesma natureza e outras que venham a ser acordadas pelas



Enauta: a produção potencial da combinação supera 100 mil barris de óleo equivalente com oportunidade de crescimento composto nos próximos cinco anos

companhias, tais como a negociação satisfatória dos documentos definitivos da transação, os quais deverão incluir termos e condições habituais; aprovação da transação pelos acionistas de ambas as companhias em suas

respectivas assembleias gerais extraordinárias; e obtenção das aprovações legais e regulatórias, incluindo, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

"A realização dessa combina-

ção não inviabiliza novas transações com outras empresas do setor, capazes de acelerar a criação de valor a todos os acionistas", afirma a empresa.

Para a Enauta, a fusão das duas empresas cria uma das

principais e mais diversificadas empresas independentes de petróleo e gás na América Latina. A combinação, diz, resulta em um portfólio com escala, balanceado e de alto crescimento orgânico nos próximos

cinco anos, com capacidade de adicionar valor em ambiente de consolidação e com resiliência a ciclos de preço.

"A empresa contará com balanço sólido, elegibilidade a rating em níveis de investment grade, acesso competitivo a capital e alta capacidade de alavancagem, com posicionamento estratégico nos mercados de capital e bancário, nacional e internacional.

Sem dar detalhes, a companhia diz que a transação cria oportunidade de ganhos significativos pela captura de sinergias operacionais, financeiras e comerciais, em especial as associadas à alocação de capital. "Espera-se com a transação o aumento da liquidez da ação da companhia combinada e do seu ADTV (average daily trading volume) de maneira a levar à posição de destaque na B3 com potencial ingresso em índices globais. A transação alavanca potencial para rápida reprecificação das ações e títulos, superando a soma atual do valor de mercado individual das duas empresas", afirma.

A empresa afirma ainda que Enauta com 3R é uma transação superior àquela apresentada pela Maha em carta pública aos acionistas da 3R, seja pelo posicionamento estratégico da empresa resultante, pela governança, pelo elevado volume de sinergias quantificáveis e pelo ponto de vista de gestão de riscos.

"Resultados serão compartilhados de forma rápida e objetiva por todos os acionistas de ambas as empresas, sem que essa união inviabilize a busca futura das sinergias operacionais identificadas pela Maha em otimizações junto à PetroRecôncavo e com outras operadoras, em modelo que minimize ineficiências", diz.

ARTIGOS DE LUXO

Forbes divulga lista de bilionários de 2024 com Bernard Arnault na liderança

A revista Forbes divulgou na terça-feira, 2, a sua tradicional lista anual das pessoas mais ricas do mundo. Na edição de 2024, o francês Bernard Arnault aparece como o mais rico do mundo pelo segundo ano consecutivo.

O patrimônio de Arnault e sua família é estimado em US\$ 233 bilhões. O empresário comanda o conglomerado de artigos de luxo LVMH, que reúne 75 marcas de moda e

cosméticos, entre elas Louis Vuitton, Dior, Givenchy, Tiffany & Co. e Sephora.

Elon Musk, que cofundou seis empresas, incluindo a montadora de veículos elétricos Tesla e a fabricante de foguetes SpaceX, ficou em segundo lugar, com patrimônio estimado em US\$ 195 bilhões.

Logo em seguida vem Jeff Bezos, fundador da gigante do e-commerce Amazon, com

fortuna de US\$ 194 bilhões. Segundo a revista, há atualmente o número recorde de 2.781 bilionários no mundo todo, 141 a mais que em 2023.

Todos os bilionários do planeta juntos têm uma fortuna combinada recorde de US\$ 14,2 trilhões, valor US\$ 2 trilhões a mais que no ano passado.

Dois terços dos bilionários estão mais ricos na comparação anual, sendo que Mark

Zuckerberg foi o que mais ganhou de um ano para o outro: seu patrimônio aumentou US\$ 116,2 bilhões, graças a alta nas ações da Meta, que quase triplicaram, em meio a demissões e apostas em IA e no metaverso. Ele ficou em quarto lugar na lista da Forbes.

A brasileira Lívia Voigt, 19 anos, é a bilionária mais jovem do mundo, com patrimônio estimado em US\$ 1,1 bilhão.

Ela é neta de Werner Ricardo Voigt, um dos fundadores da fabricante de equipamentos elétricos Weg, falecido em 2016. A fortuna de Lívia vem de sua participação minoritária na companhia.

Lívia cursa faculdade de Psicologia e é apenas dois meses mais nova que o segundo colocado no ranking dos mais jovens, o italiano Clemente Del Vecchio, herdeiro da EssilorLuxottica, que

detém marcas como a Ray-Ban.

Ela e sua irmã mais velha, Dora Voigt de Assis, 26 anos, estão entre os novos integrantes da lista deste ano dos 25 bilionários mais jovens do mundo. Todos da lista de 2024 têm 33 anos ou menos e, juntos, possuem um patrimônio combinado de US\$ 110 bilhões.

Pela primeira vez em 15 anos, todos com menos de 30 anos são herdeiros - incluindo Lívia e Dora. Poucos são considerados "self-made".

A maioria é da Europa. Além das duas brasileiras, a lista também traz nomes da Coreia do Sul e de Hong Kong (todos herdeiros) e do Japão e dos Estados Unidos (todos "self-made").

SAÚDE E BEM ESTAR

por Marvin de Brito



Marvin de Brito é bacharel em educação física, especialista em natação adaptada e ministra aulas particulares, atuando como personal trainer. Faz parte do time de professores da rede de academias da Companhia Athletica.

A IMPORTÂNCIA DO PRIMEIRO PASSO

PARA MUITAS PESSOAS, dar o primeiro passo em direção a academia pode conter um certo tipo de emoção, mas também vem acompanhado de nervosismo e expectativa. A entrada na academia pela primeira vez representa o início de uma caminhada de autodescoberta e transformação física e mental. É uma oportunidade para conhecer novos equipamentos experimentar diferentes tipos de exercícios e além de tudo investir no próprio bem-estar. Desde o momento em que se passa pela porta da academia surge uma mistura de entusiasmo e incerteza, mas também uma sensação de determinação e vontade de alcançar os objetivos. É o começo de uma jornada cheia de desafios e conquistas, e cada passo adiante representa um avanço rumo a uma vida mais saudável e ativa.

TER A ATIVIDADE FÍSICA COMO rotina no seu dia a dia é fundamental para alcançar seus objetivos e manter um estilo de vida saudável. A frequência é importante para que seu corpo se adapte gradualmente aos exercícios e assim ganhe força e resistência ao longo do tempo. Quando você vai à academia com consistência, você cria um hábito saudável que se torna

parte da sua rotina diária.

A FREQUÊNCIA AJUDA A manter o progresso contínuo garantindo que você não perca os ganhos que alcançou. Ao fazer exercícios com regularidade você também aumenta sua motivação e confiança, pois começa a ver e sentir os resultados do seu esforço. Manter uma frequência constante na academia é essencial para potencializar os benefícios do exercício e chegar a um estilo de vida mais saudável e ativo.

ESTOU EXECUTANDO ESSE exercício de forma correta? Essa é uma pergunta frequente dentro das salas de ginástica. Uma técnica correta é fundamental para garantir que os músculos certos sejam trabalhados de forma eficiente e segura. Quando os exercícios são realizados com uma forma correta você diminui o risco de lesões e aumenta os benefícios para o seu corpo.

UMA BOA EXECUÇÃO dos movimentos direciona o estresse para os músculos alvo e como consequência promove o crescimento e o fortalecimento muscular de maneira mais eficiente. Sempre se concentre na

qualidade do movimento ao invés da quantidade e esteja disposto a buscar orientação de profissionais da área para garantir uma execução adequada dos exercícios.

NA FICHA DE TREINO, é comum vir um exercício acompanhado de uma carga definida ou sugerida pelo profissional durante sua prescrição, porém existe momento para a progressão de carga. Aumenta-la de forma excessiva ou muito rapidamente pode resultar em lesões e sobrecarga muscular. Neurologistas apontam que o nosso corpo leva cerca de 4 a 6 semanas, portanto é importante progredir de maneira inteligente, adicionando peso ou intensidade aos poucos a medida que seu corpo se adapta e se fortalece.

ALÉM DISSO É ESSENCIAL ouvir os sinais do seu corpo e ajustar a carga de acordo com sua capacidade e conforto. O objetivo da progressão de carga é desafiar seus músculos de forma progressiva e não sobrecarregá-los. Ao respeitar o tempo e progredir de forma correta você pode evitar lesões e alcançar ganhos musculares de forma segura e eficiente.

VAI CHEGANDO O FIM do treino e aquele momento que separamos para trabalhar o nosso alongamento. A mobilidade e o alongamento desempenham papéis importantes na melhora da flexibilidade prevenção de lesões e promoção da saúde articular. Ao colocar em sua rotina exercícios de mobilidade e alongamento você pode aumentar a amplitude de movimento das articulações, facilitar a execução correta dos exercícios e reduzir o risco de lesões musculares e articulares. O alongamento ajuda a relaxar os músculos tensos e a aliviar a tensão acumulada durante os treinos intensos e assim promovendo uma recuperação mais rápida e eficaz.

AO MANTER UMA PRÁTICA contínua de exercícios incluindo frequência na academia, execução correta dos exercícios, progressão de carga consciente, e exercícios de mobilidade e alongamento você está investindo em si mesmo e colhendo os benefícios de uma vida ativa. Não se trata apenas de alcançar um objetivo específico, mas sim de cultivar hábitos saudáveis que promovem um estilo de vida equilibrado e sustentável.

PIOR CENÁRIO

Subsídio da UE favorece mais a pecuária do que a agricultura

Essa gestão desencadeia resultados perversos para transição alimentar, sobretudo quando há planos para tornar a Europa o primeiro continente neutro até 2050

Um estudo publicado esta semana na Nature Food, concluiu que a União Europeia alocou mais de 80% do dinheiro público da Política Agrícola Europeia para criação de animais e investiu muito menos no cultivo de plantas. Com isso, há um impacto na transição alimentar, pois torna as dietas poluentes “artificialmente baratas”.

“Mais de 80% da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia (UE) apoia produtos de origem animal com emissões intensivas” – é esta a conclusão do mais recente estudo que analisa o impacto dos subsídios agrícolas no sistema alimentar do bloco europeu.

Os investimentos da PAC “favorecem os alimentos de origem animal, que utilizam 82% dos subsídios agrícolas da União Europeia, dos quais 38% diretamente e 44% para alimentação animal”, explica-se na análise.

Esta opção política está pagando mais às explorações agrícolas que ocupam maior área. O gado ocupa mais espaço do que as plantas e é alimentado de forma ineficiente com culturas que poderiam ter ido para as pessoas.

Esta gestão desencadeia “resultados perversos para uma transição alimentar”, sobretudo quando há planos para tornar a Europa o primeiro continente climaticamente neutro até 2050, explica o estudo.

“A maioria deste montante destina-se a produtos que estão nos levando ao limite”, sublinha Paul Behrens, investigador de alterações ambientais na Universidade de Leiden, nos Países Baixos, e coautor do documento, em declarações citadas na pelo jornal britânico The Guardian.

Para produzir a mesma quantidade de proteína, a carne bovina requer 20 vezes mais



Pecuária: os alimentos de origem animal estão associados a 84% das emissões de gases de efeito estufa incorporadas na produção alimentar da UE

terra do que nozes e 35 vezes mais do que grãos.

Acrescenta que “os mesmos alimentos de origem animal estão associados a 84% das emissões de gases de efeito estufa incorporadas na produção alimentar da UE, ao mesmo tempo que fornecem 35% das calorias da UE e 65% das proteínas”.

“Estamos incentivando o pior cenário”, afirma Behrens.

Para determinar o somatório dos subsídios da UE aos produtos de origem animal, os investigadores associaram os registros de subsídios a uma base de dados acadêmica sobre fluxos alimentares e rastream o dinheiro público ao longo da cadeia de abastecimento durante o ano de 2013, o último para o qual havia dados de abastecimento.

Na política agrícola comum,

embora tenha sido reformulada duas vezes nos últimos dez anos, a divisão dos subsídios diretos – antes de ter em conta os fluxos comerciais – manteve-se praticamente constante para os alimentos de origem animal e vegetal.

Foi então identificado que 12% dos subsídios foram incorporados em produtos enviados para fora da UE, principalmente para países de rendimento médio-alto e alto. “A China consumiu mais subsídios agrícolas da UE do que os Países Baixos, enquanto os EUA consumiram mais do que a Dinamarca”, observou o estudo.

Para quem não esteve envolvido no estudo, como Mario Díaz Esteban, ecologista do Museu Nacional de Ciências Naturais da Espanha, estes resultados são interpretados como “tão sólidos e claros quanto devastadores”.

Florian Freund, economista agrícola da Universidade de Braunschweig, reitera que “o estudo ilustra que a maioria dos subsídios não apoia uma transição urgentemente necessária para dietas saudáveis e sustentáveis”.

Outros especialistas alegam que há que ter cautela ao valor dos subsídios estimados dirigidos aos produtos de origem animal. Alan Matthews, professor emérito de política agrícola europeia no Trinity College Dublin, argumenta que a investigação simplificou excessivamente os mecanismos econômicos em funcionamento porque assumiu-se que os “subsídios estavam totalmente refletidos nos preços”, o que está “longe de ser o caso”.

Na reforma da PAC para 2023-27, a UE decidiu alocar um quarto dos pagamentos diretos

a “regimes ecológicos”, o que implica incentivos dirigidos ao cultivo “amigo do ambiente”.

Esta alteração foi introduzida porque a pecuária está descrita como a causadora da maioria das mortes no mundo selvagem em todo o planeta e é responsável por 12% a 20% dos poluentes que aquecem a Terra.

Porém, a nova estratégia de introdução de várias políticas verdes não foi bem recebida pelos agricultores, que desencadearam uma onda de manifestações por toda a Europa.

Este estudo é revelado no momento em que oito países acabaram de retirar o apoio a uma legislação que ajudaria a restaurar a natureza e os Estados-membros da UE concordaram em atrasar algumas das obrigações que os agricultores devem cumprir para receber subsídios.

COOPERAÇÃO



Xi e Biden retomam o diálogo

Biden e Xi Jinping discutem Taiwan, IA e opióide

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e o presidente chinês, Xi Jinping, discutiram questões sobre Taiwan, inteligência artificial e segurança em uma conversa telefônica destinada a demonstrar o retorno ao diálogo regular entre líderes das duas potências.

A ligação foi a primeira conversa deles desde que uma cúpula na Califórnia, em novembro, tentou demonstrar laços renovados entre as forças armadas das duas nações e uma promessa de cooperação reforçada para conter o fluxo mortal de fentanil e seus precursores provenientes da China.

Os dois líderes discutiram Taiwan antes da tomada de posse, no próximo mês, de Lai Ching-te, o presidente eleito da ilha, que prometeu salvaguardar a independência do território e alinhá-la ainda mais com outras democracias. Biden reafirmou a política de longa data de “Uma China” dos Estados Unidos e reiterou que os EUA se opõem a quaisquer meios coercivos para colocar Taiwan sob o controle de Pequim. A China considera Taiwan um assunto interno e protestou vigorosamente contra o apoio dos EUA à ilha.

Biden também levantou preocupações sobre as operações da China no Mar da China Meridional, incluindo os esforços no mês passado para impedir as Filipinas, que os EUA são obrigados pelo tratado a defender, de reabastecer as suas forças no disputado Second Thomas Shoal.

Biden, na chamada com Xi, pressionou a China a fazer mais para cumprir os seus compromissos de travar o fluxo de narcóticos ilegais e de programar precursores químicos adicionais para impedir a sua exportação.

O líder da Casa Branca reforçou as advertências a Xi contra a interferência nas eleições de 2024 nos EUA, bem como contra os contínuos ataques cibernéticos maliciosos contra infraestruturas críticas americanas, de acordo com um alto funcionário da administração dos EUA que previu a teleconferência sob condição de anonimato.

Ele também levantou preocupações sobre os direitos humanos na China, incluindo a nova lei restritiva de segurança nacional de Hong Kong e o tratamento dado aos grupos minoritários, e levantou a situação dos americanos detidos ou impedidos de sair da China.

O presidente democrata também pressionou a China sobre a sua relação de defesa com a Rússia, que procura reconstruir a sua base industrial à medida que avança com a invasão da Ucrânia. E apelou a Pequim para exercer a sua influência sobre a Coreia do Norte para conter o programa nuclear do país.

A Casa Branca descreveu como “franca e construtiva” a conversa que os presidentes tiveram na terça-feira, 2. Segundo comunicado, os dois líderes discutiram uma série de temas, entre eles os riscos associados à inteligência artificial, mudanças climáticas e os contatos bilaterais entre militares.

Biden enfatizou a importância de se manter a paz e a estabilidade no estreito de Taiwan.

CANAL DE TERROR

Israel aprova lei que permite fechar a Al Jazeera no país

O primeiro-ministro de Israel Binyamin Netanyahu prometeu acabar com as operações da emissora Al Jazeera em Israel, chamando o veículo de um “canal de terror” que espalha o incitamento, depois do parlamento ter aprovado uma lei abrindo caminho para o fechamento do jornal.

“O canal terrorista Al Jazeera deixará de ser exibido em Israel. Tenho a intenção de atuar imediatamente em conformidade com a nova lei para colocar fim às atividades do canal”, escreveu o premiê israelense na rede social X. A emissora condenou a alegação de incitação de Netanyahu como uma “mentira perigosa e ridícula”.

Knesset, o Parlamento israelense, votou a favor de uma nova lei, aprovada por 70 votos a favor e 10 contra, que permite proibir a veiculação dos conteúdos de canais estrangeiros “que ameacem a segurança do Estado” e fechar seus respectivos escritórios em solo israelense.

A emissora Al Jazeera opera sob a propriedade da Al Jazeera



O primeiro-ministro Binyamin Netanyahu prometeu acabar com as operações da emissora Al Jazeera em Israel

Media Network, que, por sua vez, é financiada pelo governo do Catar, é um dos poucos veículos internacionais que permaneceu em Israel durante a guerra contra o grupo terrorista Hamas.

Israel tem há muito tempo um relacionamento difícil com o veículo, acusando-o de precon-

ceito contra Israel. As relações sofreram uma grande crise há quase dois anos, quando a correspondente Shireen Abu Akleh foi morta durante um ataque militar israelense na Cisjordânia ocupada. As relações deterioraram-se ainda mais após a eclosão da guerra em Gaza.

Em dezembro, um ataque de Israel matou um operador de câmara da Al Jazeera.

A emissora condenou a alegação de incitação de Netanyahu como uma “mentira perigosa e ridícula”. A Al Jazeera disse na segunda-feira que responsabiliza Netanyahu

pela segurança de seus funcionários e escritórios, que continuaria o que descreveu como sua cobertura ousada e profissional e que “se reserva o direito de prosseguir com todas as medidas legais”.

O ministro das Comunicações de Israel, Shlomo Karhi, disse que pretende avançar com o fechamento. Ele disse que a Al Jazeera tem agido como um “braço de propaganda do Hamas” ao “incitar a luta armada contra Israel”.

“É impossível tolerar que um meio de comunicação, com credenciais de imprensa do Gabinete de Imprensa do Governo e escritórios em Israel, aja de dentro contra nós, certamente durante tempos de guerra”, disse ele.

Em Washington, o porta-voz do Departamento de Estado, Matthew Miller, disse que os Estados Unidos nem sempre concordam com a cobertura da Al Jazeera, mas respeitam o seu trabalho.

“Apoiamos a imprensa livre e independente em qualquer lugar do mundo”, disse ele. “É muito do que sabemos sobre o que aconteceu em Gaza se deve aos repórteres que estão lá fazendo o seu trabalho, incluindo repórteres da Al Jazeera.”

A Al Jazeera já foi fechada ou bloqueada por outros governos do Oriente Médio, incluindo Arábia Saudita, Jordânia, Emirados Árabes Unidos e Egito.

IMPATECH

Lula inaugura curso de graduação e quer investir mais em educação

Os estudantes terão acesso a alojamento estudantil, sob responsabilidade da prefeitura do Rio, e apoio financeiro do governo federal, com bolsa de R\$ 500 e auxílio-alimentação de R\$ 1.290 por mês

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a dizer na terça-feira, 2, que despesas do governo com educação não constituem gasto, mas investimento. Ele participou da inauguração do Impa Tech, primeiro curso de graduação do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), no Rio de Janeiro.

"Educação não é privilégio para rico, é direito de todos. Educação não é gasto, é investimento, e o Estado precisa assumir responsabilidades", disse Lula. "Tudo o que for para educação, temos que fazer."

Ao longo do discurso, o presidente defendeu mais investimentos em educação. Em um momento, afirmou que a missão do ministro da área, Camilo Santana, é criar mais faculdades, escolas técnicas e demais iniciativas ligadas ao Pronatec do que Fernando Haddad, que comandou a pasta entre 2005 e 2012 e hoje está à frente da Fazenda.

O presidente disse que é necessário aumentar os gastos em educação para combater o momento "delicado" pelo qual o País passa, marcado, segundo ele, por "negacionismo, ódio e fake news".

"Tenho 78 anos e não conheci nenhum momento de negacionismo, ódio e fake news como a gente vive hoje. Se não investirmos, vamos entregar nossos jovens de graça para o negacionismo e para o crime organizado", disse Lula à plateia de estudantes, funcionários do Impa e funcionalismo local.

Lula definiu o Impa Tech como um "gol de bicicleta" do seu governo. Ele fez um recorrido histórico para lembrar o surgimento da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep), cujo modelo nasceu e cresceu em seus governos anteriores, com 18 milhões de alunos inscritos ainda em 2007. A competição nacional integra, hoje, o formato de seleção de alunos para o Impa Tech.

"Hoje temos a maior olimpíada de matemática do mundo. Não tem Estados Unidos, não tem China, não tem Rússia", afirma.

O evento marca o início do primeiro período do bacharelado em Matemática da Tecnologia e Inovação organizado pelo Impa em seu novo Instituto. O galpão que abriga a escola foi reformado e equipado pela Prefeitura do Rio. A graduação do Impa contará com recursos específicos do governo federal, um investimento que será de R\$ 18,7 milhões no primeiro ano.

Uma vez matriculados, os alunos passam por quatro anos de curso, que começa com um ciclo básico de um ano e meio, seguido de mais dois anos e meio de aulas orientadas para quatro ênfases: Matemática, Ciência da Computação, Ciência de Dados e Física.

O presidente voltou a dizer que despesas do governo com educação não constituem gasto, mas investimento. Lula tem feito visitas constantes ao Rio para inaugurar obras ou lançar projetos com a participação do governo federal, sempre ao lado de Paes. Na terça, o presidente ainda participou da inauguração de mais uma obra.

Ele mantém conversas com Paes, de olho em uma aliança



O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva durante inauguração do Impa Tech e início das aulas da 1ª turma de bacharelado em Matemática da Tecnologia e Inovação, na zona portuária do Rio

NITERÓI

Presidente defende a indústria naval do país

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a retomada dos investimentos na indústria naval brasileira como forma de alavancar o setor e gerar empregos e tecnologia no país. A declaração foi dada na terça-feira (2) durante o anúncio do início das obras de dragagem do Canal de São Lourenço, em Niterói (RJ). Segundo o governo, o desassoreamento de trecho da Baía de Guanabara, entre a Ilha da Conceição e a Ponte Rio-Niterói, vai aumentar de 7 para 11 metros a profundidade (calado) do local, permitindo o aumento da função operacional dos estaleiros, o estímulo a novas construções de embarcações e a movimentação do setor de reparos e manutenção. A previsão é que sejam gerados cerca de 20 mil empregos diretos e indiretos.

"Quero que vocês tenham certeza que a gente vai recuperar a indústria naval brasileira, porque não é possível um país do tamanho do Brasil, onde 90% de todo o comércio é feito através do mar, não tem sentido a gente ter déficit comercial na balança, por conta de que nossos produtos são exportados e comprados em navio de bandeira estrangeira. É verdade que pode ser mais barato alguns centavos, pode ser mais barato alguns dólares, mas o fato da gente alugar um navio lá fora, a gente não vai gerar emprego aqui, a gente não vai criar pequenas e médias indústrias, a gente não vai ter componentes nacionais. Significa que a gente vai trazer um produto mais barato, mas o povo vai estar desempregado e não vai poder comprar o produto que vai vir pra cá. Por isso, é necessário gerar emprego,

porque a renda gera consumo e o consumo gera desenvolvimento", disse Lula.

O presidente lembrou que, durante os dois primeiros mandatos, entre 2003 e 2010, o setor saltou de 3 mil empregos para 86 mil, com a reabertura de estaleiros nos estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, na Bahia e em Pernambuco.

Ao todo, a obra do Canal de São Lourenço soma R\$ 157 milhões em investimentos, sendo R\$ 137 milhões provenientes da Prefeitura de Niterói e R\$ 20 milhões da Companhia Docas do Rio de Janeiro, empresa pública ligada ao Governo Federal. O Porto de Niterói prevê mais de 30% de aumento nas atracações e nos serviços portuários após a dragagem do Canal de São Lourenço. Seus terminais oferecem suporte completo para módulos de plataformas e equipamentos de produção de petróleo e gás.

Outro projeto anunciado pelo governo federal é a revitalização do Terminal Pesqueiro de Niterói, por meio de acordo para a municipalização do espaço. Após a conclusão da dragagem do Canal de São Lourenço, a intenção é que o terminal se torne um entreposto de pesca, também beneficiando o setor marítimo. Para viabilizar a medida, o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, o presidente da PortosRio, Francisco Martins e o prefeito de Niterói, Axel Graef, assinaram o contrato de compra e venda de imóvel do antigo Terminal Pesqueiro.

O presidente afirmou que seu governo busca recuperar a Petrobras após o que chamou de tentativa de desmonte pelo governo Bolsonaro. Segundo Lula, em

algumas frentes de negócio vendidas ou paralisadas pelas gestões anteriores da estatal, o governo tenta "começar tudo de novo".

"Estamos tentando recuperar a Petrobras. Eles não tiveram coragem de privatizar e, por isso, começaram a vender ativos da Petrobras. Venderam a BR (Distribuidora), gasodutos, paralisaram o Comperj, em que faltava 15% para terminar e ficou parada por quase dez anos. Agora, voltamos e vamos começar tudo de novo. Mas não é fácil o trabalho de reconstruir", disse o presidente da República.

Na fala, Lula não poupou adversários políticos, fazendo críticas indiretas ao ex-presidente Jair Bolsonaro. "Nós pegamos esse País desmontado. Esse País não tinha mais Ministério da Pesca, de Portos e Aeroportos, e muitos outros que existiam, mas não funcionavam. Em vez de governança, a gente tinha mentira, em vez de saúde, a gente tinha mentira, em vez de emprego, a gente tinha mentira", reclamou.

O presidente voltou a se queixar de obras paralisadas que, segundo ele, somente nas áreas de Saúde e Educação, somavam 6 mil iniciativas paralisadas. "Só no Minha Casa Minha Vida eram 87 mil casas que tinham sido iniciadas e foram paralisadas. Alguém tomou uma atitude nesse País de que não precisavam mais construir e investir, mas tinham tudo em verde e amarelo", disse Lula.

Por mais de uma vez, o presidente verbalizou a lógica de que é necessário Estado e empresas estatais induzirem o crescimento econômico por meio de obras e produção locais.

Mais cedo, na capital fluminense, Lula participou da inauguração do Impa Tech, com o primeiro curso de graduação do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), no Rio de Janeiro. O ato marcou o início das aulas da primeira turma de Matemática da Tecnologia e Inovação, com quatro anos de duração.

entre PSD e PT nas eleições municipais de outubro. O PT tem interesse em emplacar o vice de Paes na sua tentativa de reeleição, mas o grupo político do prefeito resiste.

Da parte do PT, nomes potenciais para ocupar essa posição são Tainá de Paula, secretária de meio ambiente de Paes, e a ministra Anielle Franco. Anielle, inclusive se filiou ao PT em cerimônia com a presença de Lula. Correria por fora, segundo fontes, o secretário municipal de assistência social, Adilson Pires (PT),

que já foi vice de Paes entre 2013 e 2016.

Referência em pós-graduação, em dezembro de 2023 o Impa foi credenciado como instituição de educação superior. A seleção dos alunos do Impa Tech também ocorreu no fim do ano passado, com 80% das vagas destinadas a estudantes com melhor desempenho em olimpíadas do conhecimento.

Gratuito, o Impa Tech tem como meta capacitar os estudantes para entrar de forma efetiva no mercado de trabalho de tecnologia e inovação.

Ele está localizado no Porto Maravalley, polo de tecnologia desenvolvido pela prefeitura do Rio de Janeiro, na zona portuária da cidade, e vai dividir um galpão de 10 mil metros quadrados com startups e empresas de tecnologia.

Os estudantes terão acesso a alojamento estudantil, sob responsabilidade da prefeitura do Rio, e apoio financeiro do governo federal, com bolsa de R\$ 500 e auxílio-alimentação de R\$ 1.290 por mês. O bacharelado em Matemática da Tecnologia e Inovação vai atender

100 alunos no primeiro ano, com investimento de R\$ 18,7 milhões, podendo chegar a 400 alunos ao fim de quatro anos.

De Rolim de Moura, interior de Rondônia, o novo aluno do Impa Tech, Caio Victor Ferreira da Costa, compartilhou memórias da sua vida estudantil e falou da importância Obmep.

"Eu gosto de pensar que todos aqui começaram a contar com a ajuda dos pais, usando os dedinhos, até mesmo os grandes matemáticos aqui presentes, doutores e mestres, começaram

assim. E a vida é construída a partir desses pequenos passos. E uma etapa muito importante na minha vida e na vida dos demais colegas que hoje ingressam no Impa Tech é a Obmep", garantiu Caio.

"Para um estudante de escola pública, assim como eu, não é apenas uma medalha. Com uma medalha vêm reconhecimento e oportunidades. E eu estou aqui hoje graças a essas oportunidades", acrescentou.

A ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, destacou que a Matemática é transversal e necessária em diversas áreas de conhecimento. "A Matemática está em todo lugar. Quando a gente olha para as obras de Oscar Niemeyer, nós temos que lembrar do pernambucano Joaquim Cardoso, que Niemeyer pensou aquela arquitetura extraordinária, mas alguém teve que ir fazer os cálculos", afirmou.

"Se nós formos olhar o que acontece hoje no lançamento de satélite, na base de Alcântara, ou se a gente for estudar o que acontece na Biologia, na nanotecnologia, na biotecnologia, tudo isso tem Matemática. É por isso que nós precisamos fazer a ciência básica, mas com essa visão aplicada que é que o Impa faz hoje em dia, aliás, faz desde 1952. Então, essa é, nada mais nada menos, a perspectiva que a gente está dando no dia de hoje, porque, afinal, é uma junção da educação com a tecnologia que se unem para esse futuro promissor", destacou a ministra.

O Impa é um centro de pesquisa e pós-graduação em Matemática de renome internacional, com cursos de doutorado, mestrado e mestrado profissional. Qualificado como organização social, é vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e ao Ministério da Educação (MEC).

Lula foi acompanhado pela primeira-dama, Janja da Silva, além de Santana e dos também ministros Sílvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação), Anielle Franco (Igualdade Racial) e Marcio Macedo (Secretaria-Geral da Presidência), além do prefeito do Rio, Eduardo Paes.

ELEIÇÕES

Anielle Franco se filia ao PT e acirra disputa por vice de Paes

A ministra é a aposta do PT para aumentar o peso da sigla no Rio. Dentro do partido, existe a avaliação de que ela poderá ser uma importante puxadora de votos

Uma das cotadas para ocupar a posição de vice na chapa liderada pelo prefeito Eduardo Paes (PSD), que busca a reeleição à Prefeitura do Rio, a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, vai se filiar ao PT na terça-feira, 2. O evento contará com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, uma das principais apoiadoras da indicação de Anielle para vice de Paes. Apesar de a filiação no Rio marcar um avanço na articulação para que Anielle chegue nas eleições como vice de Paes, isso não encerra a discussão. De um lado, ainda não há consenso no PT quanto à indicação da ministra. De outro, parte do PSD defende uma chapa puro-sangue para a disputa na capital fluminense. Além disso, o PDT também pleiteia a posição de vice.

Irmã da vereadora Marielle Franco (PSOL), morta em 2018, Anielle é a aposta do PT para aumentar o peso da sigla no Rio de Janeiro. Dentro do partido, existe a avaliação de que a ministra poderá ser uma importante puxadora de votos em 2026, por exemplo. Para este ano, contudo, o nome de Anielle já é cotado para a vice de Paes, tendo Janja como uma das principais defensoras da indicação.

Em novembro de 2023, a ministra e a primeira-dama trabalharam juntas para entregar a Lula nomes de juízas negras para indicação à vaga deixada por Rosa Weber no Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente acabou indicando seu ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, ao cargo.

Perguntada se tem interesse em concorrer ao cargo de vice-



Anielle disse que está focada na gestão do Ministério da Igualdade Racial neste momento: "por ora, quero fortalecer mulheres e homens negros"

-prefeita, Anielle disse que está focada na gestão do Ministério da Igualdade Racial neste momento. "Por ora, quero fortalecer mulheres e homens negros e periféricos nessas eleições e o PT será o caminho pra isso", acrescentou sobre as eleições no Rio.

O evento de filiação da ministra ocorreu às 18h no Circo Voador, localizado na Lapa, região central do Rio. Antes de comparecer ao evento, Lula participou da inauguração de um instituto de matemática com Paes. Durante a agenda conjunta, o presidente e o prefeito discu-

tiram uma aliança em gestação para as eleições de outubro deste ano.

Para pavimentar seu caminho rumo à reeleição, quando deverá enfrentar um candidato da direita bolsonarista, Paes aposta, desde a campanha presidencial de 2022, na volta da aliança com o presidente Lula, que no passado já garantiu recursos para as obras da Olimpíada de 2016, para se fortalecer na base progressista do Rio.

Embora espere contar com o apoio de Lula na disputa, Paes ainda não definiu quem será o

candidato a vice-prefeito em sua chapa. Uma ala do partido do prefeito defende a tese de chapa puro-sangue, argumentando que, caso seja reeleito, Paes será o candidato natural do PSD para o governo do Estado. Assim, o vice eleito em 2024 vai assumir à Prefeitura dois anos depois. Para membros do PSD, não faz sentido vencer a disputa e entregar o comando do Rio para outro partido.

Os cotados para formar uma chapa puro sangue com Paes são o deputado federal Pedro Paulo, presidente estadual do

PSD; o secretário de Saúde, Daniel Soranz, que é deputado federal licenciado; e o deputado estadual Claudio Caiado.

Membro da base aliada, o PDT também deseja ocupar a vice de Paes. O presidente nacional licenciado da sigla, ministro Carlos Lupi (Previdência Social e Trabalho), afirmou que sugeriu o nome da ex-delegada e deputada estadual Martha Rocha (PDT) para ser a vice na chapa do prefeito Eduardo Paes. Segundo Lupi, caso Paes não aceite a proposta, o PDT irá lançar Martha como candidata à Prefeitura do Rio.

PROMOÇÕES INTERNAS

Ricardo Nunes exonera sete ocupantes de cargos de chefia

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), deve promover sete trocas entre secretários e diretores nesta semana, quando se encerra o prazo de filiação partidária e desincompatibilização para disputar as eleições municipais de 2024. Cinco dessas mudanças envolvem diretamente o pleito, enquanto outros dois nomes devem sair na mesma leva, sem pretensões eleitorais. A maioria dos novos indicados será promovida internamente.

A principal novidade é o pedido de desligamento da secretária municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Aline Cardoso. Ex-vereadora de São Paulo pelo PSDB, ela comanda a pasta desde 2017 e esteve pressionada no cargo em outras oportunidades. Segundo uma fonte da Prefeitura, ela pediu demissão na sexta-feira, 29, e afirmou que gostaria que a troca ocorresse junto a de outros nomes por ocasião das eleições. Ainda não há substituto. Aline foi procurada por meio da sua assessoria, mas não retornou o contato.

Outro que deve confirmar a troca alegando motivos pessoais é o secretário municipal de Urbanismo e Licenciamento, Marcos Gadelho. Para o seu

lugar, a mais cotada é a arquiteta e professora da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) Elisabete França. Ela já foi secretária de Mobilidade e Transporte, por sete meses, em 2020, ainda na gestão do prefeito falecido Bruno Covas e atualmente é secretária executiva do programa de mananciais da prefeitura.

As demais alterações se referem ao prazo limite para ocupar cargos no Executivo de seis meses antes das eleições. O diretor-geral da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, Alexandre Pereira, será candidato a prefeito de Jundiá. Ele é ex-deputado estadual de São Paulo e filho do deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade), aliado de Nunes. O cargo deve ir para o atual chefe de gabinete, Pedro Nepomuceno, também ligado ao movimento sindical e ao partido.

A secretária de Cultura, Aline Torres, o secretário de Assistência Social, Carlos Bezerra Júnior, e a secretária de Segurança Urbana Elza Paulina disputam, todos eles, o primeiro ou um novo mandato de vereador na Câmara Municipal de São Paulo. As duas titulares devem disputar as eleições pelo MDB, enquanto



Ricardo Nunes: a tendência é que a lista seja fechada até a próxima quarta-feira

Bezerra, que está licenciado e voltará ao exercício do mandato até sexta, deve migrar do PSDB para o PSD de Gilberto Kassab.

No caso de Bezerra, a substituta já foi anunciada publicamente pelo prefeito em um "convite surpresa" durante uma agenda externa no Dia Internacional da Mulher: será a chefe de gabinete Marcelina Conceição dos Santos, conhecida como Ciça. A tendência na Cultura é que Nunes escolha uma

pessoa indicada internamente, enquanto a Pasta de Segurança estaria entre o adjunto Júnior Fagotti, que é advogado, e o coronel da reserva da Polícia Militar Ricardo Mello Araújo, ex-comandante da Rota e diretor da Ceagesp.

O militar é o preferido do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para o posto de vice de Nunes em outubro, mas enfrenta resistência não só de aliados do emebista, como também de uma

MÓVEIS

Justiça nega pedido de indenização do casal Bolsonaro

O Juizado Especial Cível do Distrito Federal negou na terça-feira, 2, a ação apresentada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se retrate após os móveis que supostamente estavam desaparecidos do Palácio da Alvorada terem sido encontrados na própria residência oficial. O casal também pedia uma indenização de R\$ 20 mil por danos morais.

A juíza Gláucia Barbosa Rizzo da Silva arquivou o processo, argumentando que Lula não poderia ser responsabilizado na ação, já que as declarações ocorreram enquanto ele ocupa o cargo de presidente da República e estão relacionadas aos móveis vinculados ao Alvorada, ou seja, ao patrimônio público.

"Assim, considerando que a suposta prática do ato diz respeito a bens públicos e que esta circunstância atrela as manifestações do requerido ao exercício do cargo, reconheço, de ofício, sua ilegitimidade passiva."

A juíza entendeu que a responsabilidade por eventuais danos causados por suas declarações recai sobre a União, não sobre Lula pessoalmente. Portanto, a ação deveria ser movida contra o Estado. Além disso, a magistrada apontou que a ação movida por Bolsonaro não é adequada para os Juizados Especiais Cíveis.

A defesa do casal Bolsonaro disse que deve recorrer da decisão.

O processo foi movido em 22 de março por Bolsonaro e Michelle e pedia uma indenização para servir de "medida pedagógica", que seria remetida a uma instituição de caridade. O casal também queria que Lula se retratasse "na mesma proporção do dano que realizou", o que incluía uma coletiva de imprensa oficial no Palácio do Alvorada e uma retratação "perante o veículo de comunicação GloboNews e nos canais oficiais de comunicação do governo federal".

O pedido específico para retratação pelo canal de televisão se deu porque Janja concedeu uma entrevista exclusiva ao veículo, em 18 de janeiro, abrindo o Alvorada para mostrar o estado em que as instalações foram encontradas após a chegada do casal.

Os 261 itens foram localizados pelo governo no ano passado, 10 meses após declarado o "sumiço" deles. No início de 2022, logo após a posse, Lula e a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, acusaram o desaparecimento de objetos após a saída de Bolsonaro e Michelle do Alvorada. Também divulgaram o mau estado de conservação que afirmaram ter recebido a residência presidencial.

A Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência afirmou que os itens foram encontrados em "dependências diversas" dentro do Palácio da Alvorada. Ao ser questionada sobre quais seriam essas dependências, a pasta informou que os objetos estavam "espalhados" no imóvel, sem detalhar os locais.

A ausência do mobiliário serviu como justificativa para o governo comprar novos itens para a residência do presidente. Em dezembro do ano passado, um levantamento feito pela reportagem mostrou que o governo federal gastou R\$ 26,8 milhões com reformas, compra de novos móveis, materiais e utensílios domésticos para os palácios presidenciais de Brasília em 2023.

A ex-primeira dama chegou a criticar o casal Lula, acusando o atual governo de ter citado o desaparecimento dos objetos como "álibi para poder fazer compras" e "para gastar o dinheiro do contribuindo com irresponsabilidade". A declaração foi feita durante um evento do PL no Acre.

RECOMENDAÇÃO

Brasil vai adotar esquema de dose única para vacinação contra o HPV

A ministra disse que a decisão de adotar a vacinação em dose única baseou-se em estudos científicos que indicam uma maior adesão à vacina, conforme recomendação da Organização Mundial da Saúde

Em um vídeo divulgado nas redes sociais, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, revelou uma nova estratégia na vacinação contra o HPV (sigla para papilomavírus), principal agente causador do câncer de colo de útero: a partir de agora, a vacina será administrada em dose única. Antes, eram indicadas duas doses.

De acordo com a ministra, a decisão de adotar a vacinação em dose única baseou-se em estudos científicos que indicam uma maior adesão à vacina, conforme recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A ministra aproveitou também para destacar o progresso nos índices de vacinação, com mais de 5 milhões de doses aplicadas em 2023, o maior número desde 2008. Na comparação com 2022, o aumento foi de 42%. "Agora temos mais vacinas para proteger nossa população", afirmou.

Embora o HPV também esteja associado a outros tipos de câncer, como de ânus, vulva, vagina, pênis e orofaringe, a médica Isabella Ballalai, diretora da Sociedade Brasileira de Imunizações (SbIm), ressalta que os estudos científicos que embasam a decisão da dose única não demonstram sua eficácia na proteção contra esses tipos de neoplasia.

Apesar disso, países como Grã-Bretanha e Austrália foram os primeiros a mudar suas políticas e estabelecerem a vacinação em uma única dose. Segundo Isabella, a expectativa é que exista uma vigilância epidemiológica desses locais, para que em breve existam evidências sobre a eficácia da única dose contra os outros tipos de cânceres além do de colo de útero.



Nísia Trindade aproveitou para destacar o progresso nos índices de vacinação, com mais de 5 milhões de doses aplicadas em 2023, o maior número desde 2008

lógica desses locais, para que em breve existam evidências sobre a eficácia da única dose contra os outros tipos de cânceres além do de colo de útero.

"O Brasil faz vigilância da circulação do vírus, mas não das lesões precursoras. Ou seja, quando uma pessoa vai ao ginecologista e são detectadas as lesões pré-cancerígenas, não há uma notificação. Por

isso, a expectativa é que exista um acompanhamento da dose única em outros países, como a Austrália", afirma Isabella.

Mesmo reconhecendo essa lacuna, a diretora da SbIm afirma que, do ponto de vista da saúde pública, a decisão pode colaborar com uma maior adesão da vacinação e, consequentemente, alterar significativamente o cenário do HPV no Brasil.

"Ao se vacinar contra o vírus, a pessoa não só se protege, mas também contribui para reduzir a circulação e a prevalência do HPV. Essa é a base estratégica por trás da mudança no esquema vacinal, juntamente com o objetivo de eliminar o câncer de colo de útero", explica Isabella.

Segundo a OMS, a ampla implementação da estratégia

de dose única poderia prevenir 60 milhões de casos de câncer do colo do útero e 45 milhões de mortes em todo o mundo nos próximos 100 anos.

A sigla diz respeito ao papilomavírus humano, responsável pela infecção sexualmente transmissível (IST) mais frequente no mundo, segundo o Ministério da Saúde. Ainda segundo a pasta, a transmissão do HPV ocorre

pelo contato direto com a pele ou mucosa infectada, ou seja, pelo toque, penetração vaginal ou anal, ou contato do vírus com a boca. Já foram identificados mais de 200 subtipos do vírus.

Cerca de 70% a 80% da população entra em contato com o HPV em algum momento da vida, principalmente por meio da atividade sexual. Embora a maioria das infecções pelo vírus seja resolvida pelo sistema imunológico, algumas persistem, o que pode resultar no desenvolvimento de lesões e, eventualmente, no desenvolvimento do câncer.

Segundo Mariana Scaranti, do Hospital Nove de Julho, em São Paulo, a principal estratégia nesse sentido é a vacinação. O imunizante contra o HPV é disponibilizado gratuitamente no Sistema Único de Saúde (SUS) há dez anos.

Além da vacinação, outra estratégia fundamental no combate ao HPV é o uso de preservativo. Mas, como esse método não é 100% eficaz no combate à doença, segundo o Ministério da Saúde, é importante combinar o uso de preservativos com a vacinação.

Para evitar especificamente o câncer de colo de útero provocado pelo HPV, outra estratégia é a realização regular do papanicolaou Trata-se de um exame ginecológico que identifica infecções no colo do útero e pode detectar a doença antes que ela se transforme em um tumor. Segundo a oncologista, a periodicidade de realização desse exame deve ser decidida junto com o ginecologista.

AUMENTO ABUSIVO

Reajuste real de medicamentos pode ser superior ao que foi anunciado

Uma análise feita pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) aponta que o reajuste no preço dos medicamentos que entrou em vigor na segunda-feira, 1º, no País pode, na prática, ser muito superior ao índice de 4,5% definido pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), órgão federal encarregado de regular e fiscalizar os preços dos medicamentos no Brasil. Isso porque o percentual de aumento é aplicável sobre o Preço Máximo ao Consumidor (PMC), ou seja, o valor máximo que as farmácias podem cobrar dos clientes em cada medicamento.

As farmácias, no entanto, dificilmente chegam a esse valor. O estudo do Idec mostra que, na prática, as drogarias costumam cobrar um valor muito menor do que o PMC nos produtos e, por isso, sempre têm margem para aumentos fora do índice de reajuste anual estabelecido - que geralmente está vinculado à inflação do período.

Diante do cenário, mesmo com a limitação de um teto de reajuste, esse índice não consegue impedir aumentos abusivos caso as drogarias queiram elevar os preços até o limite do PMC. De acordo com o levantamento do Idec no qual foram analisados os preços de 20 medicamentos nas três maiores redes de farmácias do País, o valor de um remédio de marca pode aumentar

em mais de 70% sem que isso viole o teto. No caso dos genéricos, esse aumento pode passar dos 100%.

De acordo com o instituto, os números mostram que os valores de remédios definidos pelo órgão governamental estão descolados das práticas de mercado, o que deixa o consumidor vulnerável a práticas abusivas.

"A pesquisa tem diversos resultados interessantes, mas o principal deles é a constatação, mais uma vez, de que a regulação de preços de medicamentos não consegue proteger os consumidores na prática. Na média, os preços máximos permitidos pela regulação são muito descolados da realidade do mercado, e isso abre margem para que as farmácias adotem uma série de práticas abusivas", afirmou Marina Magalhães, pesquisadora do programa de Saúde do Idec.

Marina, que é uma das responsáveis pelo estudo, cita o antibiótico Amoxicilina + Clavulanato de Potássio como exemplo. Embora o preço máximo permitido para ele seja de R\$ 404,65, nas farmácias ele é encontrado, em média, por R\$ 180,30. "No entanto, o reajuste será aplicado sobre o preço máximo. Portanto, se o fabricante e as farmácias dobrarem o preço desse remédio da noite para o dia, o consumidor não terá a quem recorrer", destacou a pesquisadora.



Medicamentos de marca: a diferença entre os preços praticados nas farmácias e o valor máximo estipulado chega a 37,82%

Os resultados revelam que, entre os medicamentos de marca, a diferença média entre os preços atuais praticados nas farmácias e o valor máximo estipulado pela regulação foi de 37,82%. Em termos absolutos, a maior diferença encontrada foi de R\$ 224,35, relacionada ao antibiótico Clavulin. Já entre os genéricos, a diferença média foi de 20,89%. Nesse caso, o Aciclovir, antiviral usado para o tratamento de infecções causadas pelo vírus do herpes, destacou-se com uma discrepância de R\$ 65,94.

Quando considerados os

descontos concedidos quando o cliente informa o CPF, a diferença entre a média de mercado e os preços máximos é ainda maior. Nos medicamentos de marca, essa discrepância quase dobra, crescendo de 37,82% sem desconto para 71,63% com desconto.

Já no caso dos genéricos com desconto fornecido mediante concessão de dados pessoais, a diferença entre a realidade do mercado e os limites estabelecidos pela CMED mais que quintuplica, saltando de 20,89% para 115,52%.

"Em pelo menos oito dos

vingte medicamentos pesquisados, nós percebemos que o preço cheio cobrado pelas farmácias coincidia com o preço-teto da CMED. Porém, com a concessão do CPF, eram aplicados descontos que variavam, em média, de 20% a 77% do valor final do remédio. O que podemos interpretar disso é que, frequentemente, as farmácias inflacionam o preço para, na hora da compra, poderem coagir o consumidor a compartilhar seus dados pessoais em troca de descontos artificiais", disse Marina.

O Idec destaca que os resul-

tados evidenciam a necessidade de uma revisão na regulação do mercado farmacêutico. "Discrepâncias tão significativas apontam para uma clara defasagem entre as normativas em vigor e as práticas comerciais, o que compromete sua efetividade e prejudica a concretização de seus objetivos. Os consumidores mais vulneráveis serão os mais afetados, especialmente aqueles com problemas de saúde que dependem de medicamentos essenciais para a sua qualidade de vida", ressaltou Marina.

O estudo também apresenta sugestões para aprimorar a regulamentação. De acordo com o Idec, é necessário atualizar as normas para garantir maior transparência nos custos de produção e comercialização de medicamentos, estabelecer critérios de precificação mais alinhados com a realidade nacional, conceder à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) a prerrogativa de ajustar os preços conforme a dinâmica do mercado, promover a harmonização regulatória e envolver a sociedade no processo de definição de preços dos medicamentos.

Todas essas propostas fazem parte da Campanha "Remédio a Preço Justo", que endossa a aprovação do Projeto de Lei 5591/20. Este projeto visa alterar as normas para a definição dos preços de novos medicamentos no mercado brasileiro e estabelecer novos requisitos de transparência para as empresas do setor. No entanto, o PL, atualmente sob relatoria do senador Ciro Nogueira, está parado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, sem avanços significativos há quase um ano.

AVISO DE EXTRAVIO DE LIVRO SOCIETÁRIO
MC BRAZIL F&B PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ/MF nº 42.587.182/0001-99, com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, Leblon Executive Tower, sala 401-A, Leblon, CEP 22430-060 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.3.0033903-5, comunica à praça e ao mercado em geral para todos os fins de direito o extravio do seu Livro Registro de Atas das Assembleias Gerais. Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.

REX EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS IV LTDA.
CNPJ nº 13.809.243/0001-17 - NIRE nº 33.2.0899.421-9
Edital de Convocação - Reunião de Sócios
REX Empreendimentos Imobiliários IV Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 401-A, Leblon, CEP 22.430-060, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 13.809.243/0001-17, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob o NIRE 33.2.0899.421-9 ("Sociedade"), vem pela presente, nos termos do Contrato Social da Sociedade e da legislação aplicável, convocar seus sócios para comparecerem à reunião de sócios a ser realizada, em primeira convocação, no dia 04 de maio de 2024, às 10:30 horas, na sede da Sociedade ("Reunião de Sócios"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Reunião de Sócios encontram-se à disposição dos sócios na sede social da Sociedade. Quaisquer correspondências, questionamentos e/ou solicitações à Sociedade deverão ser encaminhadas por escrito com antecedência à data da Reunião de Sócios para o endereço da sede social indicado acima. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2024. **Rodrigo Romualdo Moreira** - Diretor Sem Designação Específica. **Alexandra Catherine de Haan** - Diretora Sem Designação Específica.

TRANSPORTES CAMPO GRANDE LTDA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 33.646.969/0001-93
EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Sócios da empresa Transportes Campo Grande Ltda. em Recuperação Judicial a comparecerem na sede da empresa, localizada na Av. Santa Cruz, 7825, Senador Camará, RJ, CEP 21833-045, às 10:30 horas, do dia 12/04/2024, para tratarem da seguinte ordem do dia: (I) alteração da cláusula 5ª do contrato social. Rio de Janeiro, 01/04/2024. **Agostinho Tavares Maia** - Sócio Administrador.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.3.0010644-8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 22ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a **VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 15.227.994/0001-50 ("Agente Fidejussório"), na qualidade de Agente Fidejussório da 22ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública da **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.** ("Debenturistas", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), em decorrência, (i) dos recentes andamentos do Processo de Recuperação Judicial nº 0843430-58.2023.8.19.0001, que tramita perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Recuperação Judicial"); e (ii) da iminente votação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores, vem **CONVOCAR** os debenturistas a reunirem-se em **SEGUNDA CONVOCAÇÃO**, em Assembleia Geral de Debenturistas da Emissão ("AGD"), a ser realizada em **18 de abril de 2024, às 16h00**, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), nos termos da Escritura de Emissão celebrada entre a Emissora, o Agente Fidejussório e a Fiadora da Emissão, Light S.A. ("Escritura de Debêntures"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): i. Aprovação da orientação de voto elaborada pelos Assessores Legais para que o Assessor Legal possa votar em conformidade com as deliberações desta AGD na Assembleia Geral de Credores ("AGC") em representação aos Debenturistas; ii. Autorização para que os Assessores Legais possam votar pela suspensão da AGC pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias da data de realização da AGC, caso essa deliberação seja submetida à AGC; iii. Aprovação para que o Agente Fidejussório e o Assessor Legal tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações desta AGD; iv. Aprovação da suspensão de todos os itens da ordem do dia desta AGD, com o propósito de permitir a reabertura e nova deliberação, se for o caso, para nova deliberação destes itens, em data a ser indicada pelo Assessor Legal, em caso de apresentação pela Light de aditamento ao PRJ, em prazo não inferior a 3(três) dias úteis antes de antecedência da data pretendida para a retomada da AGD. **1. Informações Gerais.** 1.1. A AGD será realizada de forma exclusivamente digital e remota, por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das "Informações Gerais" disponível no website do Agente Fidejussório (www.vortex.com.br), observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. O Agente Fidejussório disponibilizará (i) Plataforma Digital para participação e votação remota, como alternativa para viabilizar a participação à distância dos Debenturistas na AGD; (ii) Instrução de Voto à Distância; (iii) Material de apoio, disponibilizado no site do Agente Fidejussório (www.vortex.com.br) contendo todas as orientações e modelos a serem adotados pelos Debenturistas para envio de Instrução de Voto à Distância, bem como os documentos para participação e representação na AGD, observado o disposto do artigo 72, § 1º da Resolução CVM 81 e em conformidade com os artigos 126, § 1º da Lei das S/A e 654, § 1º e §2º do Código Civil. 1.2. O Agente Fidejussório não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os Debenturistas possam enfrentar, bem como por eventuais questões alheias ao Agente Fidejussório que possam dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico. 1.3. O Agente Fidejussório recomenda que os Debenturistas que optarem por participar da presente AGD de forma síncrona acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. 1.4. Os Debenturistas que participarem via Plataforma Digital ou que tenham enviado Instrução de Voto à Distância serão considerados presentes à AGD e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ata dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81. 1.5. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fidejussório (www.vortex.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.
São Paulo, 01 de abril de 2024.

VIAÇÃO PENHA RIO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 02.592.047/0001-17
EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Sócios da empresa Viação Penha Rio Ltda. em Recuperação Judicial a comparecerem na sede da empresa, localizada na Av. Itaoca, 149/187, Bonsucesso, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21061-021, às 11:00 horas, do dia 12/04/2024, para tratarem da seguinte ordem do dia: (I) alteração da cláusula 5ª do contrato social. Rio de Janeiro, 01/04/2024. **Agostinho Tavares Maia** - Sócio Administrador.

CASA DE SAÚDE SÃO LUCAS S.A.
CNPJ/MF 30.537.740/0001-22
Convocação: Empresa estabelecida na Av. Antônio Mario de Azevedo, 715 - Duas Pedras, Nova Friburgo - RJ, vem convocar seus acionistas a se reunirem em **AGO/AGE**, no dia 06/05/2024, às 17 h, em 1ª convocação com a presença de no mínimo 2/3 do capital, com direito a voto, ou 17:30h em 2ª convocação com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - **AGO**: a) Leitura do relatório da Administração; b) Leitura, discussão, votação e aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2023; c) Deliberação do resultado do exercício; d) assuntos gerais. II - **AGE**: a) Remuneração da administração. Aviso - Achem-se à disposição dos Srs. Acionistas os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **A Diretoria.**

DC
PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

UFV GDS 9 ENERGIA RENOVÁVEL LTDA
CNPJ:44.610.091/0001-52
CONCESSÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
UFV GDS 9 Energia Renovável Ltda., torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA, através do processo nº 6753/2022, a Licença Ambiental Simplificada nº. 001/2023, com validade até 18 de maio de 2025, para realizar atividade de Implantação e Operação de Usina de Energia Solar Fotovoltaica, no imóvel denominado Área de Terras nº 05, situado em zona residencial de Chácara, no Município de Porto Real - RJ.

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
CNPJ 33.352.394/0001-04 - JUCERJA/NIRE 33.3.000.8797-4
AVISO AOS ACIONISTAS
Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, em sua Sede Social na Av. Presidente Vargas, nº 2655 - 6º andar - Cidade Nova - RJ e no site da Companhia (<https://cedae.com.br/icedae>), os documentos a que se refere o Art. 133, Lei nº 6.404/76, tais como o Relatório da Administração, a Cópia das Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao Exercício Social de 2023.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.
Antônio Carlos dos Santos
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

APOLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 33.017.088/0001-03
NIRE nº 33.3.0004299-7
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO
Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Companhia") realizada em 19 de março de 2024, ficam os Senhores Acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada excepcionalmente fora da sede da Companhia no dia 26 de abril de 2024, às 11:00 horas, na sede da sua controladora Dextox Participações S.A., na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, a fim de deliberar e votar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração da Companhia, suas contas e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Deliberar e votar a proposta da verba global anual da remuneração da administração para o exercício de 2024. Os documentos e informações referidos no art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Rio de Janeiro, 3 de abril de 2024. **Antonio Joaquim Peixoto de Castro Palhares** - Presidente do Conselho de Administração.

GABOARD PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF: 19.351.103/0001-24 - NIRE: 33.2.0965163-3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS: EAV LUX 2 S.A.R.L., sociedade validamente constituída e organizada sob as leis de Luxemburgo, com sede na 14, Rue Edward Steichen, L-2540, Cidade de Luxemburgo, inscrita no CNPJ sob o nº 19.417.951/0001-99, na qualidade de sócia da **Gaboard Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afrânio de Melo Franco nº 290, sala 401-A, Leblon, CEP 22430-060, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 19.351.103/0001-24, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA sob o NIRE 33.2.0965163-3 ("Sociedade"), vem pela presente, nos termos da Cláusula 10ª do Contrato Social da Sociedade e da legislação aplicável, convocar os demais sócios da Sociedade, (i) **TRAFIGURA VENTURES V B.V.**, sociedade validamente constituída e organizada sob as leis dos Países Baixos, com sede na Evert van de Beekstraat 1-82, The Base, Tower B, 5th floor, 1118 CL Schiphol, inscrita no CNPJ sob o nº 11.698.029/0001-05; e (ii) **MMX Sudeste Mineração S.A. - Falido**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bias Fortes, nº 817, sala 402, Lourdes, CEP 30.170-011, inscrita no CNPJ sob o nº 08.830.308/0001-76; para comparecer à reunião de sócios da Sociedade a ser realizada, em primeira convocação, no dia 8 de abril de 2024, às 11 horas, na sede da Sociedade ("Reunião de Sócios"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico, pertinentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme determina o art. 1.078 do Código Civil; e (ii) ratificar os atos praticados por boa-fé pelos administradores da Sociedade no referido exercício. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Reunião de Sócios encontram-se à disposição dos sócios na sede social da Sociedade. Quaisquer correspondências, questionamentos e/ou solicitações à Sociedade deverão ser encaminhadas por escrito com antecedência à data da Reunião de Sócios para o endereço da sede social indicado acima. Rio de Janeiro, 01 de abril de 2024. **EAV LUX 2 S.A.R.L.** - Pp. Alexandra Catherine de Haan e Rodrigo Romualdo Moreira.

GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ nº 17.765.891/0001-70 - NIRE 33.3.0030675-7
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024. Ficam convocados os acionistas do **Grupo Salta Educação S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei 6.404/76 e no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, a comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, no dia 10 de abril de 2024, às 10:00, na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo de Brito, nº 13, Botafogo, CEP 22.280-100, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) aprovar a emissão de novas ações da Companhia, no montante global de, no mínimo, R\$ 145.073.574,40, e, no máximo, R\$ 188.764.758,15, corrigidos pela variação do CDI desde 21 de março de 2024, permitida a homologação parcial, desde que subscrito o montante global mínimo, deliberando a assembleia geral sobre o preço de emissão e a fixação do prazo para exercício do direito de preferência; e (ii) fixar os montantes do valor subscrito que deverão ser destinados às contas de capital social e da reserva de capital. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral Extraordinária portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da Lei 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. A Administração da Companhia, adicionalmente, permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos e instruções adicionais que se façam necessários. Rio de Janeiro/RJ, 2 de abril de 2024. **Maria Eduarda de Arruda Falcão Vasconcellos** - Presidente do Conselho de Administração.

GPC QUÍMICA S.A.
CNPJ/MF nº 90.195.892/0001-16
NIRE 33.3.0028844-9
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO
Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da GPC Química S.A. ("Companhia") realizada em 19 de março de 2024, ficam os Senhores Acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede da Companhia, na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar - parte, CEP 20021-290, na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, às 12:00 horas do dia 26 de abril de 2024, a fim de deliberar e votar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração da Companhia, suas contas e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Deliberar e votar a proposta da verba global anual da remuneração da administração para o exercício de 2024; (ii) Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para capitalização do saldo da reserva reflexa de incentivos fiscais, no montante total de R\$ 34.461.763,92 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, setecentos e sessenta e três reais e noventa e dois centavos), sem a emissão de novas ações; e (iii) Deliberar sobre a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a deliberação do item (ii) acima, com a consequente consolidação do seu Estatuto Social. Os documentos e informações referidos no art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Rio de Janeiro, 3 de abril de 2024. **Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares** - Presidente do Conselho de Administração.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A Administração do **Condomínio do Empreendimento Hoteleiro denominado "Condomínio do Hotel Riobarra"**, convoca a todos os Condôminos para participarem da Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá no dia **17/04/2024**, com primeira convocação às 18:00h com o quorum legal e, em segunda convocação às 18:30h, com qualquer número de Condôminos, que será realizada nas dependências do Condomínio, localizado na Avenida Evandro Lins e Silva, 600, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ, com a seguinte ordem do dia: (i) deliberar sobre a aprovação, total ou parcial, das contas do condomínio referente ao exercício de 2023. Na forma do art. 1335, III do CC/02, só poderão votar os Condôminos que estiverem quites com os pagamentos das obrigações condominiais. Os procuradores deverão apresentar suas procurações revestidas de todas as formalidades legais e com firma reconhecida ou assinadas on line por meio de certificadora digital. As contas estão disponíveis para análise nas dependências do Condomínio.

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
CNPJ 33.352.394/0001-04 - NIRE 33.3.000.8797-4
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO
Por meio desta convocação, os Senhores Acionistas da **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** estão convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na Sede Social da Companhia, situada na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, no dia 30 de abril de 2024, às 15h00, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:
Em Assembleia Geral Ordinária:
a) Tomada de contas dos administradores, leitura, discussão e votação das demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal;
b) Aprovação da Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos;
c) Fixação da remuneração global anual dos Administradores e Conselheiros da CEDAE;
d) Alteração da publicação no jornal de grande circulação;
Em Assembleia Geral Extraordinária:
e) Aprovação da Proposta de Aumento do Capital Social da Companhia e
f) Aprovação de Alteração do Estatuto, dos Artigos 4º e 57 parágrafo 3º.
Encontra-se à disposição dos acionistas, na sede social e no endereço eletrônico da Companhia, a Proposta da Administração referente à matéria objeto da Ordem do Dia, bem como as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2023, com o respectivo Relatório Anual, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.
Os acionistas deverão exibir documento de identidade para comprovar a qualidade de acionista e participar da referida Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais, devendo, neste caso, ser apresentado também o instrumento de procuração com os poderes específicos para o ato.
Rio de Janeiro, 01 de abril de 2024.
Sérgio Cabral de Sá
Presidente do Conselho de Administração

LIGHT S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ 03.378.521/0001-75 - NIRE: 33.300.263.16-1
Companhia Aberta
Edital de Convocação. Assembleia Geral Ordinária. Ficam convocados os Acionistas da LIGHT S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, em 30 de abril de 2024, às 16 horas, de modo exclusivamente digital, via plataforma **Ten Meetings**, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem a seguinte ordem do dia: 1. Examinar, discutir e votar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 3. Instalar e fixar o número de membros do Conselho Fiscal; 4. Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; 5. Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; e 6. Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal. **Informações aos Acionistas:** A AGO será realizada exclusivamente por meio eletrônico, nos termos da Resolução CVM 81. Os acionistas poderão exercer o direito de voto por meio de: (i) boletim de voto a distância, com envio de instrução de voto previamente à realização da AGO ("Boletim"); ou, (ii) participação via sistema eletrônico pela plataforma **Ten Meetings** no momento da realização da AGO. Para participação na AGO por meio da plataforma eletrônica, os acionistas deverão realizar o cadastro na plataforma digital e enviar os documentos necessários, nos termos do item 3 do Manual de Participação dos Acionistas, através do endereço eletrônico da plataforma digital <https://assembleia.ten.com.br/869153752> com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da AGO, isto é, até às 16 horas do dia 28 de abril de 2024, devendo observar as orientações detalhadas no Manual da Plataforma - Participante, da plataforma **Ten Meetings**, também disponível para download no endereço eletrônico acima. É facultado a qualquer acionista constituir procurador para comparecer à AGO e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), devendo o procurador ter sido constituído há menos de 1 (um) ano e ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, ou, ainda, ser instituição financeira. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância deverá enviar o correspondente Boletim, até o dia 23 de abril de 2024, inclusive, por meio de seu respectivo agente de custódia, pelo banco escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, por meio de endereço eletrônico ri@light.com.br. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviço deverá entrar em contato com seu agente de custódia ou com a instituição escrituradora das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, observadas as regras por esses determinadas para transmissão de suas instruções de voto, bem como os prazos necessários para que seus votos sejam transmitidos. Ressaltamos que, havendo divergência entre o boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e as instruções de voto eventualmente enviadas aos agentes custodiantes e ao escriturador das ações da Companhia, estes últimos prevalecerão. É dispensado o envio da via física do Boletim para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma e autenticações, bastando o envio de cópia simples das vias originais para o endereço eletrônico ri@light.com.br. O acionista será responsável pela integridade e confiabilidade dos documentos enviados à Companhia. Outras informações a respeito dos prazos e procedimentos para os acionistas que desejam participar por meio digital da AGO ou por meio do envio do Boletim encontram-se no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.light.com.br) e no Manual de Participação dos Acionistas. Para participarem da AGO, os acionistas deverão realizar cadastro na plataforma digital e enviar os documentos descritos abaixo, através do endereço eletrônico da plataforma digital <https://assembleia.ten.com.br/869153752>: **Acionistas Pessoas Físicas:** • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil). Caso o acionista se faça representar por procurador, documento de identificação com foto do procurador presente e procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do §1º do art.126 da Lei das S.A., por instrumento público ou particular, assinada manualmente, que não precisará conter a firma reconhecida do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil; e • Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da AGO. **Acionistas Pessoas Jurídicas:** • Cópia do estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do acionista (ata de eleição de administradores e/ou procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do §1º do art.126 da Lei das S.A., por instrumento público ou particular, assinada manualmente, que não precisará conter a firma reconhecida do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil); • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil) do(s) representante(s) legal(is); e • Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da AGO. Para os acionistas que queiram participar por meio do envio do Boletim, a Companhia dispensa o reconhecimento de firma nos documentos apresentados, bem como a notariação e consularização ou apostilamento daqueles assinados no exterior. Ademais, a Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nesses mesmos idiomas. Em cumprimento ao disposto na Resolução CVM 81, estão disponíveis aos acionistas na internet, na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na página da Companhia (www.ri.light.com.br) e na página da B3 (www.b3.com.br), todas as informações necessárias à compreensão das matérias a serem discutidas, incluindo os documentos previstos no artigo 133 da Lei das S.A., bem como o Manual de Participação dos Acionistas e a Proposta da Administração para as matérias a serem deliberadas. Rio de Janeiro, 1º de abril de 2024. **Helio Calixto da Costa** - Presidente do Conselho de Administração.

GRUPO
SENDAS**SENDAS COMÉRCIO EXTERIOR E ARMAZÉNS GERAIS S.A.**

CNPJ - Nº 02.452.569/0001-13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação e deliberação de V.S.s., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referente ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Ficamos ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São João de Meriti - RJ, 22 de fevereiro de 2024. A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais mil)

	Nota	2023	2022
ATIVO			
CIRCULANTE		19.843	6.862
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.419	5.294
Clientes	5	4.197	580
Impostos a recuperar	6	603	794
Outros valores a receber	-	304	-
Outros direitos realizáveis	-	320	194
NÃO CIRCULANTE		158.846	26.257
Realizável a longo prazo	-	708	909
Impostos a recuperar	6	316	517
Depósitos e cauções	-	392	392
Investimentos	-	134.317	-
Propriedades para investimento	-	134.317	-
Imobilizado	7	23.802	25.330
Intangível	7	19	18
TOTAL		178.689	33.119

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE		3.313	2.211
Fornecedores	-	281	195
Financiamentos	9	887	1.215
Impostos e contribuições	-	718	260
Imposto de renda	-	466	-
Contribuição social	-	191	-
Dividendos a pagar	10	153	-
Provisão para férias	-	588	-
Outras obrigações	-	29	541
NÃO CIRCULANTE		6.951	8.695
Exigível a longo prazo	-	6.951	8.695
Financiamentos	9	1.300	2.169
Parte relacionada	11	3.565	4.404
IRPJ e CSLL diferidos	12	2.086	2.122
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		168.425	22.213
Capital social realizado	13	161.317	27.000
Reserva legal	-	157	-
Ajuste de avaliação patrimonial	14	4.050	4.119
Dividendo adicional proposto	15	2.901	-
Prejuízos acumulados	-	-	(8.906)
TOTAL		178.689	33.119

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em Reais mil, exceto quantidade de ações)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Companhia tem por finalidade principal operar no comércio de armazéns gerais, guarda e conservação de mercadorias nacionais e/ou estrangeiras e a emissão de títulos que as representem, conhecimentos de depósitos, warrant, rebenefícios, catação, ligas, ensaques de café cru em grão e de outros gêneros não proibidos pelo Decreto 1.102 de 21/11/1903 e posterior legislação pertinente, despachos e expedição de mercadorias, comércio exterior como empresa comercial exportadora, torrefação e moagem de café, podendo ainda, adicionalmente a essa atividade, beneficiar mercadorias e assessorar terceiros na importação e exportação de bens em geral. Poderá, ainda, participar de outras sociedades, quaisquer que lhe sejam o objeto social. E, ainda, realizar atividade imobiliária, especialmente a gestão e a administração de propriedade imobiliária e a locação de bens imóveis próprios, e empreendimentos em qualquer setor da atividade imobiliária. Apesar do Brasil apresentar uma queda de 0,4% nas exportações brasileiras em 2023, através de novas parcerias conseguimos um aumento de 205,2% no faturamento da prestação de serviços a terceiros. A receita dos serviços de Armazenagem e Beneficiamento de Café em 2023 foi de R\$12.445 (R\$4.078 em 2022). Para 2024, com as novas parcerias firmadas com novos clientes, e com a divulgação/expectativa de uma safra maior de 9% que a do ano anterior, a Administração da Companhia continuará dando ênfase na prestação de serviços a terceiros e consolidando em nossa carteira de clientes os maiores exportadores de café. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as Leis 6.404/76 e 11.638/07 e pronunciamentos técnicos de órgãos reguladores. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria para divulgação em 22 de fevereiro de 2024. **3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS:** a) **Caixa e equivalentes de caixa** - Compreende o saldo dos numerários em caixa, conta corrente e aplicações de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. b) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - Em 2023 e 2022 face a regularidade dos pagamentos dos clientes da Companhia, não foi constituída provisão. Quando necessária é estimada com base em análise dos níveis de inadimplência dos devedores, a fim de absorver eventuais perdas na realização dos créditos a receber de clientes. c) **Propriedades para investimento** - As propriedades para investimento, são representadas por terrenos e edificações para locação, mantidos para auferir rendimento de aluguel. O valor dessas propriedades poderá ser ajustado anualmente pelo valor justo. d) **Imobilizado** - Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e de recuperação econômica, fixado por espécie de bens. e) **Intangível** - Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e de recuperação econômica, fixado por espécie de bens. f) **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como, os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicáveis, e são reconhecidos em base pró rata temporis na data de encerramento das demonstrações financeiras. g) **Julgamento e estimativas** - Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessária a utilização de estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras tran-

sações. As demonstrações financeiras incluem estimativas e julgamentos da Administração, entre elas, aquelas referentes à determinação de vidas úteis do imobilizado e intangível, provisão para perdas em recebíveis e contingências. Por serem estimativas é natural que os resultados reais possam apresentar variações. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais mil, exceto lucro (prejuízo) líquido por ação)

	Nota	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA DE LOCAÇÃO, VENDAS E SERVIÇOS	16	28.486	40.258
CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS	-	-	(37.857)
LUCRO BRUTO (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		28.486	2.401
Despesas gerais e administrativas	17	(12.807)	(12.241)
Depreciações e amortizações	-	(11.481)	(10.641)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	-	(1.669)	(1.312)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		15.679	(9.840)
RESULTADO FINANCEIRO	18	92	1.782
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		15.771	(8.058)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE		(3.723)	35
DIFERIDO		(3.758)	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		12.048	(8.023)
QUANTIDADE DE AÇÕES PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL FINAL		12.382.207.447	1.678.138.400
0,0010 (0,0048)			

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais mil)

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	12.048	(8.023)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	12.048	(8.023)

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em Reais mil)

	2023	2022
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		
Adiantamento p/futuro aumento de capital	33.000	-
Aumento de capital conforme AGO/E de 02/05/2022	67.950	-
Redução de capital conforme AGO/E de 02/05/2022	(73.950)	-
Realização por depreciação de ajuste de avaliação patrimonial de imobilizado, líquida da provisão para IR/CSLL diferidos	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	(68)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	27.000	-
Aumento de capital por integralização de terrenos e edificações para investimento, conforme AGE de 22/05/2023	134.317	-
Realização por depreciação de ajuste de avaliação patrimonial de imobilizado, líquida da provisão para IR/CSLL diferidos	-	(69)
Lucro líquido do exercício	-	69
Reserva legal	157	-
Dividendos a pagar	-	(157)
Dividendo adicional proposto	-	(153)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	161.317	157
(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)		

Companhia no montante de R\$134.317, mediante a emissão de 10.704.069.047 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, através de conferência ao capital social da Companhia de bens imóveis de titularidade de Sendas Imob S/A e Sendas Empreendimentos e Participações Ltda. b) O capital social integralmente realizado em 2023 é de R\$161.317 (2022 de R\$27.000) e pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e está composto em 2023 de 12.382.207.447 (2022 de 1.678.138.400) ações ordinárias, todas sem valor nominal. **14. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:** Representa o resultado da avaliação do imóvel ao valor justo em 2013 (nota 3, d) redução pela provisão de IRPJ e CSLL diferidos (nota 12), com a seguinte movimentação:

	2023	2022
Caixa e bancos	142	162
Aplicações de liquidez imediata	14.277	5.132
TOTAL	14.419	5.294
5. CLIENTES:		
Diversos	1.431	580
Alugáveis a receber	2.766	-
TOTAL	4.197	580
6. IMPOSTOS A RECUPERAR:		
Circulante		
IRRF - diversos	-	104
PIS e COFINS a recuperar - Leis 10.637/02 e 10.833/03	-	166
ICMS a recuperar	603	524
TOTAL	603	794
Não Circulante		
IRRF a compensar	-	195
PIS a restituir	180	181
COFINS a restituir	136	141
TOTAL	316	517

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais mil)

	Nota	2023	2022
Atividades Operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		12.048	(8.023)
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa por:			
Depreciações e amortizações		1.669	1.312
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(35)	(35)
Imposto de renda e contribuição social correntes		3.758	-
Lucro na venda de imobilizado		-	(53)
Variação cambial, monetária e juros sobre direitos e obrigações		727	1.203
Ajustes de valores pelas variações dos ativos e passivos operacionais		(3.617)	12.215
Diminuição de impostos a recuperar	5	392	1.826
Diminuição dos estoques		-	14.734
(Aumento) diminuição de outros direitos realizáveis		(430)	106
Ajustes de valores pelas variações dos passivos operacionais		86	(124)
Aumento (diminuição) de fornecedores		86	(124)
Aumento de impostos, contribuições e encargos sociais a pagar		(3.101)	-
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar		535	(66)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		12.032	23.095
Atividades de Investimento			
Venda de imobilizado		-	53
Aquisição de imobilizado e intangível		(143)	(2.491)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(143)	(2.438)
Atividades de Financiamento			
Movimentação com instituição financeira	9	(1.374)	(19.714)
Recebimento de AFAC de controladora		-	1.120
Operação com controladora		(1.390)	(726)
Caixa líquido aplicado nas das atividades de financiamento		(2.764)	(19.320)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		9.125	1.337
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.294	3.957
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		14.419	5.294

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

7. IMOBILIZADO/INTANGÍVEL:

	2023		2022		Valor Líquido em 31/12/23		Valor Líquido em 31/12/22	
Taxas de Depreciação (a.a.)	Custo original	Ajuste de avaliação patrimonial	Depreciação/ amortização original	Depreciação de avaliação patrimonial	Depreciação total	Valor Líquido em 31/12/23	Valor Líquido em 31/12/22	
IMOBILIZADO								
Terrenos	-	3.116	6.034	-	6.034	6.034	6.034	
Edificações	2,43% a 4% a.a.	17.497	21.753	(8.155)	(9.193)	12.560	13.094	
Instalações	2,43% a 10% a.a.	5.607	5.607	(1.858)	(1.858)	3.749	4.220	
Móveis e máquinas	10% a.a.	11.644	11.644	(10.237)	(10.237)	1.407	1.905	
Veículos	20% a.a.	563	563	(530)	(530)	33	51	
Outras imobilizações	10% a.a.	734	734	(715)	(715)	19	26	
TOTAL		39.161	46.335	(21.495)	(22.533)	23.802	25.330	
INTANGÍVEL								
Software	20% a.a.	728	728	(709)	-	19	18	
TOTAL		728	728	(709)	-	19	18	

8. RECUPERABILIDADE DE ATIVOS: De acordo com o Pronunciamento CPC 01 "Redução ao Valor Recuperável de Ativos" os itens do ativo imobilizado e Intangível que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração da Companhia, considerando não ter havido mudança nas premissas utilizadas, manteve as mesmas condições estabelecidas no exercício anterior, entendendo não ter identificado ativos que necessitem de provisão para redução de seu valor de recuperação, com a manutenção dos seus valores residuais e da vida útil dos ativos. **9. FINANCIAMENTOS:** Financiamentos em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$2.187 (R\$887 a curto prazo e R\$1.300 a longo prazo) e em 2022 R\$3.384 (R\$1.215 a curto prazo e R\$2.169 a longo prazo), representam: a) Adiantamentos de contratos de câmbio - Em 2022 os encargos financeiros são variação cambial, mais juros em média de 2,90% a.a. Os prazos de vencimentos são de 180 dias. b) CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - CAPITAL DE GIRO em 2023 de R\$2.187 (R\$887 a curto prazo e R\$1.300 a longo prazo) e em 2022 de R\$3.384 (R\$1.215 a curto prazo e R\$2.169 a longo prazo). Os encargos financeiros são taxas médias do CDI e juros em média de 2,5619% a.a. em 2023 e 2022. As garantias dos financiamentos são notas promissórias e/ou aplicações em CDB - Cessão Fiduciária de Títulos de Créditos com remuneração flutuante à taxa média de 100% do CDI. **9.1. Passivos decorrentes de atividades de financiamentos - NBC TG03** - Movimentação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento da Companhia no decorrer dos exercícios de 2023 e 2022:

Atividades de Financiamento	Saldo em 31/12/2022	Captação	Pagamento	Transferência	Juros	Variação cambial	Saldo em 31/12/2023
Financiamento - CP	1.215	-	(1.373)	869	176	-	887
Financiamento - LP	2.169	-	-	(869)	-	-	1.300
TOTAIS	3.384	-	(1.373)	-	176	-	2.187

Atividades de Financiamento	Saldo em 31/12/2021	Captação	Pagamento	Transferência	Juros	Variação cambial	Saldo em 31/12/2022
Adiant. s/contr. de câmbio	20.931	20.671	(38.724)	-	-	(2.878)	-
Juros s/contr. câmbio	697	-	(839)	-	142	-	-
Financiamento - CP	373	-	(444)	1.095	191	-	1.215
Financiamento - LP	490	2.500	-	(1.095)	274	-	2.169
TOTAIS	22.491	23.171	(40.007)	-	607	(2.878)	3.384

10. DIVIDENDOS A PAGAR: De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas gozam do direito de receber dividendos mínimos de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	12.048	-
Prejuízos acumulados	(8.906)	-
Base de cálculo da reserva legal (-) Reserva legal (5%)	3.142	(157)
Realização do AAP	69	-
Base de cálculo para dividendos	3.054	-
Dividendos mínimos obrigatórios (5%)	153	-

11. PARTE RELACIONADA: Representa contrato de mútuo com a Sendas Empreendimentos e Participações Ltda. com prazo de vencimento indeterminado, reajustado pelo índice de 110% da taxa média diária do CDI.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS: Passivo Não Circulante

Imposto de renda e contribuição social sobre avaliação por valor justo de imóvel no imobilizado

	2023	2022
TOTAL	2.086	2.122
TOTAL	2.086	2.122

13. CAPITAL SOCIAL: a) Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22 de maio de 2023, os acionistas aprovaram aumento do capital social da

	2023	2022
Receita de locação	19.145	-
Receita de vendas e serviços	12.404	40.700
Impostos incidentes	(3.063)	

GRUPO SENDAS

SENDAS COMÉRCIO EXTERIOR E ARMAZÉNS GERAIS S.A.
CNPJ - Nº 02.452.569/0001-13

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023. (Continuação)

uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contôlo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, bem como das constatações de auditoria, inclusive sobre controles internos, que foram esclarecidos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2024.

AudiLink
Auditores & Consultores

AudiLink & Cia. Auditores – CRC/RS 003688/O-2 F-RJ
Roberto Caldas Bianchessi – Contador CRC/RS - 040078/O-7 S-RJ

3R PETROLEUM OFFSHORE S.A.
CNPJ nº 02.857.854/0001-14 - NIRE 33.3.0033873-0
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 2 (dois) dias do mês de abril de 2024, às 14:00, na sede social da **3R PETROLEUM OFFSHORE S.A.**, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 186, Salas 1.401 e 1.501, Botafogo, CEP 22.250-145 ("Companhia").

2. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA: As formalidades de convocação foram dispensadas, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em vista da presença da totalidade das acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes no livro de registro de presença de acionistas da Companhia.

3. MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Matheus Dias de Siqueira e secretariados pela Sra. Carla Andriola.

4. ORDEM DO DIA: Apreciar e deliberar sobre, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), (I) a 3ª (terceira) emissão privada, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografia, sendo composta por 100.000 (cem mil) debêntures ("Debêntures"), perfazendo o montante total inicial de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), a qual será objeto de oferta privada ("Emissão" e "Oferta", respectivamente); (II) a autorização para a Diretoria da Companhia, de forma direta ou indireta, por meio de procuradores, e nos termos do seu Estatuto Social, praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à formalização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, (a) a discussão e negociação dos demais termos das Debêntures, bem como a celebração, pela Companhia, do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, em Série Única, para Distribuição Privada, da 3R Petroleum Offshore S.A." ("Escritura de Emissão") e demais documentos relacionados às Debêntures; (b) a contratação dos prestadores de serviços da Emissão, incluindo, mas não se limitando a assessores legais e demais prestadores de serviços pertinentes (em conjunto, "Prestadores de Serviços"), podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar seus honorários; e (c) a celebração de todos os demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão; (iii) a autorização para a Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores, conforme o caso, realizar a publicação e o registro dos documentos de natureza societária ou outros relativos à Oferta perante os órgãos competentes, inclusive realizando o respectivo pagamento de eventuais taxas que se fizerem necessárias; e (iv) a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia ou por seus procuradores, conforme o caso, no âmbito da Emissão e da Oferta.

5. DELIBERAÇÕES: por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, as acionistas da Companhia deliberaram: (I) aprovar a realização da Emissão, a qual terá as seguintes características e condições: (a) **Número de Emissão.** A presente Emissão constitui a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Companhia. (b) **Valor da Emissão.** O valor total da Emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). (c) **Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures na Data de Emissão será de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"). (d) **Número de Séries.** A Emissão será realizada em série única. (e) **Quantidade de Debêntures.** A Companhia emitirá 100.000 (cem mil) Debêntures. (f) **Forma, Espécie e Conversibilidade.** As Debêntures serão da forma nominativa, da espécie quirografia, não conversíveis em ações, não escritural, sem emissão de cauteles e certificados, presumindo-se a propriedade das Debêntures pela inscrição do nome dos debenturistas no Livro de Registro de Debêntures. (g) **Data de Emissão.** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será em 2 de abril de 2024 ("Data de Emissão"). (h) **Prazo e Data de Vencimento.** Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures vencerão em 3 de abril de 2025 ("Data de Vencimento"). (i) **Subscrição.** As Debêntures serão subscritas na Data de Integralização (conforme termo definido abaixo), conforme boletins de subscrição a serem firmados nos moldes previstos na Escritura de Emissão. (j) **Preço de Subscrição.** O preço de subscrição das Debêntures corresponderá ao seu valor nominal total, para tanto considerado o Valor Nominal Unitário de todas as Debêntures ("Preço de Subscrição"). (k) **Forma de Integralização.** A integralização será realizada na data de subscrição das Debêntures, em moeda corrente nacional, conforme será detalhado nos boletins de subscrição mencionados na Escritura de Emissão, isto é, em 3 de abril de 2024 ("Data de Integralização"). (l) **Forma de Pagamento das Debêntures.** O Valor Nominal Unitário, a Remuneração (conforme definido abaixo), os eventuais Encargos Moratórios (conforme definido abaixo) e demais valores devidos pela Companhia, nos termos desta Escritura de Emissão, serão pagos pela Companhia, em moeda corrente nacional, via Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou mediante outra forma de transferência de recursos admitida pelo Banco Central do Brasil, para a conta de titularidade dos debenturistas e indicada por eles, na Data de Vencimento e/ou em uma Data de Pagamento da Remuneração, conforme aplicável. (m) **Atualização Monetária das Debêntures.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. (n) **Remuneração.** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de

3,80% (três inteiros e oitenta décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). (o) **Local de Pagamento.** Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento serão efetuados em conta corrente de titularidade dos debenturistas, a ser indicadas pelos debenturistas à Companhia, por escrito, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis do respectivo pagamento, inclusive em caso de qualquer alteração das informações bancárias aplicáveis. (p) **Encargos Moratórios.** Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, o valor em atraso continuará a ser remunerado pelos juros remuneratórios e será acrescido de (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"), além das despesas incorridas pelos debenturistas para cobrança, desde que devidamente comprovadas, e sem prejuízo do vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão. (q) **Prorrogação dos Prazos.** Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente desta Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer Encargo Moratório, se a respectiva data de pagamento não for um Dia Útil. (r) **Pagamento da Remuneração.** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Amortização Extraordinária Parcial ou Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga trimestralmente, a partir da Data de Integralização, sendo o primeiro pagamento devido em 3 de julho de 2024, o segundo pagamento no dia 3 de outubro de 2024 e o terceiro pagamento no dia 3 de janeiro de 2025 (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). (s) **Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário.** O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas trimestrais consecutivas, devidas sempre no dia 3 dos meses de julho, outubro e janeiro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 3 de julho de 2024, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com as datas e percentuais indicados na tabela incluída na Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures"). (t) **Resgate Antecipado.** Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, sem o pagamento de qualquer prêmio ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). (u) **Amortização Extraordinária.** Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária Parcial"). (v) **Vencimento Antecipado.** Todas as obrigações da Companhia relativas às Debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas, podendo os debenturistas exigir, mediante notificação prévia enviada à Companhia, o pagamento da totalidade do saldo devedor em aberto das Debêntures, apurado na forma da lei e desta Escritura de Emissão, no caso de ocorrência de um ou mais dos seguintes eventos (cada um, um "Evento de Inadimplemento"): (i) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, não sanado em até 3 (três) Dias Úteis contados do inadimplemento; (ii) a Companhia não cumprir com quaisquer das obrigações estabelecidas na Cláusula 6.1; (iii) inadimplemento, pela Companhia, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados (i) do recebimento, pela Companhia, de aviso escrito notificando o inadimplemento; ou (ii) da data em que a Companhia tomar ciência da ocorrência do Evento de Inadimplemento, o que ocorrer primeiro; (iv) caso as declarações feitas pela Companhia sob a Escritura de Emissão, de qualquer forma, sejam ou se tomem comprovadamente falsas ou enganosas ou, ainda, sejam comprovadamente incorretas ou incompletas em qualquer aspecto material; (v) extinção, liquidação ou dissolução da Companhia, salvo (a) mediante autorização de forma prévia e expressa pelos debenturistas; ou (b) se em razão de uma reorganização societária dentro do mesmo grupo econômico; (vi) (a) qualquer pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou outro instituto legal similar tenha sido voluntariamente iniciado pela Companhia tenha consentido com a propositura de ordem de liberação em um caso involuntário no âmbito de tais institutos legais ou com a nomeação de liquidante (ou administrador judicial) da Companhia ou de qualquer parte substancial de seus bens, ou (b) a Companhia tenha feito uma cessão integral em benefício dos credores, ou (c) a Companhia tome qualquer medida para a promoção de qualquer dos institutos referidos anteriormente nos itens (a) e (b); (vii) o credor de um Endividamento, em valor individual ou agregado superior a R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, o declare vencido antes da data de seu vencimento original, por meio de declaração de vencimento antecipado da dívida; (viii) protesto de títulos comerciais, títulos de crédito ou protesto de obrigação de qualquer natureza contra a Companhia e/ou suas sociedades e veículos controlados, em valor individual ou agregado superior a R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, reajustados anualmente, a partir

da Data de Emissão, pela variação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo; ou por cujo pagamento a Companhia e/ou suas sociedades e veículos controlados sejam responsáveis, ainda que na condição de garantidora (excluindo protestos recebidos pela Companhia até a data da Escritura de Emissão), salvo se, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Companhia e/ou suas sociedades e veículos controlados, do referido protesto seja validamente comprovado pela Companhia e/ou suas sociedades e veículos controlados: (a) que o protesto foi cancelado, sustado ou objeto de medida judicial que o tenha suspendido; (b) que foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (c) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado; (ix) caso (a) a validade, vigência ou eficácia de quaisquer das disposições constantes da Escritura de Emissão ou qualquer documentação correlata venha a ser questionada pela Companhia, ou qualquer de suas Subsidiárias, e/ou seus acionistas, ou (b) qualquer decisão judicial ou emitida por outra Autoridade Governamental venha a contestar e/ou negar validade, vigência e/ou eficácia a quaisquer de tais disposições, cujos efeitos não tenham sido suspensos em 10 (dez) Dias Úteis contados da sua disponibilização a qualquer das Partes da Escritura de Emissão; (x) anulação, nulidade ou inexecutabilidade total quanto à Emissão, bem como caso a Emissão e/ou a Escritura de Emissão venham a se tornar inválidas, nulos, inexequíveis, ou ineficazes e tal efeito não seja revertido por meio de decisão judicial; (xi) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (xii) transferência, qualquer forma de cessão, ou promessa de cessão, a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão, salvo (a) mediante autorização prévia e expressa dos debenturistas ou (b) se tal transferência, qualquer forma de cessão, ou promessa de cessão seja realizada dentro do grupo econômico da Companhia; (xiii) cisão, fusão ou incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária da Companhia, salvo (a) mediante autorização prévia e expressa dos debenturistas; (b) se tal cisão, fusão ou incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária seja realizada dentro do grupo econômico da Companhia; ou (c) na hipótese de a Companhia realizar cisão de seu patrimônio para entregar à Maha Energy Offshore (Brasil) Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 04.070.729/0001-59 ("Maha Offshore"), atual acionista da Companhia, a parcela detida pela Maha Offshore na Companhia, passando, a primeira, a deter participação direta no Polo Peró e no Campo Papa Terra, desde que todos os bens e direitos, bem como as obrigações relativas a tais ativos, e o pagamento de eventual valor remanescente para aquisição de tais ativos, sejam transferidas à Maha Offshore na proporção detida por esta na Companhia na data da cisão, nos termos da Cláusula 3.8 e subcláusulas do acordo de acionistas da Companhia celebrado em 06 de maio de 2021, conforme aditado de tempos em tempos; (xiv) mudança ou alteração no objeto social da Companhia que modifique a atividade principal atualmente por ela praticada de forma relevante, ou que possam representar um efeito material adverso, salvo mediante autorização prévia e expressa dos debenturistas; (xv) mudança ou alteração no objeto social da Companhia que modifique a atividade principal atualmente por ela praticada de forma relevante, ou que agregue à essas atividades, novos negócios que tenham prevalência ou que possam representar um efeito material adverso, salvo mediante autorização prévia e expressa dos debenturistas; e (xvi) qualquer Autoridade Governamental (a) promover qualquer ação para condenar, penhorar, nacionalizar, arrestar, confiscar, expropriar, ocupar, intervir em relação a, ou expropriar a totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia (com ou sem o pagamento de indenização); (b) promover qualquer ação cuja probabilidade de causar um efeito material adverso seja provável ou que pretenda fazer com que a Escritura de Emissão ou qualquer documento correlato seja invalidado ou inexecutável ou impedido ou materialmente atrasado significativamente o cumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas em tal documento, por parte da Companhia; e (c) impedir a Companhia de exercer controle regular sobre a totalidade ou parte substancial de seus ativos. (w) **Demais Condições:** As demais características da Emissão e da Oferta constarão da Escritura de Emissão, (II) autorizar a Diretoria da Companhia, de forma direta ou indireta, por meio de procuradores, e nos termos do seu Estatuto Social, a praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à formalização da Emissão e da Oferta, inclusive, mas não se limitando, (a) a discussão e negociação dos demais termos das Debêntures, bem como a celebração, pela Companhia, da Escritura de Emissão; (b) a contratação dos Prestadores de Serviço, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar seus honorários; (c) a celebração de todos os demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão; (III) autorizar a Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores, conforme o caso, a realizar a publicação e o registro dos documentos de natureza societária ou outros relativos à Oferta perante os órgãos competentes, inclusive realizando o respectivo pagamento de eventuais taxas que se fizerem necessárias; e (IV) ratificar todos os atos anteriores à data desta assembleia praticados pela Diretoria da Companhia, ou por seus procuradores, conforme o caso, no âmbito da Emissão e da Oferta.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, esta ata foi lavrada, aprovada e assinada por todos os presentes. Assinaturas: Mesa: Matheus Dias de Siqueira (Presidente), Carla Andriola (Secretária). Acionistas: 3R Petroleum Oleo e Gás S.A. e Maha Energy Offshore (Brasil) Ltda. Confira com a original lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 2024

Mesa: Matheus Dias de Siqueira - Presidente. Carla Andriola - Secretária.

GRUPO THOQUINO
Desde 1908
www.thoquino.com.br

INDÚSTRIAS DE BEBIDAS JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO S.A.
CNPJ: 31.901.382/0002-39

Aos Acionistas da **Indústrias de Bebidas Joaquim Thomaz de Aquino Filho S.A.**, Srs. Acionistas, Submetemos à apreciação dos senhores acionistas as demonstrações financeiras da Indústrias de Bebidas Joaquim Thomaz de Aquino Filho S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2023					
	2023	2022	2023	2022	
ATIVO					
ATIVO CIRCULANTE	83.938.117,56	71.276.244,72	22.957.948,16	18.423.749,34	
Disponibilidades Imediatas	20.383.651,35	741.595,04	19.913.523,18	14.295.932,80	
Clientes	24.229.263,41	25.672.714,16	1.530.990,99	2.172.490,09	
Estoque	39.325.202,80	28.371.427,38	1.513.433,99	1.955.326,45	
Outros Créditos	-	16.490.508,14	29.845.781,23	26.769.052,93	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	41.710.809,77	40.324.413,12	72.845.197,94	66.407.855,57	
Realizável a Longo Prazo	-	-	29.845.781,23	26.769.052,93	
Investimentos	10.067.668,31	9.823.215,55	50.000.000,00	50.000.000,00	
Imobilizado	31.643.141,46	30.501.197,57	Ajuste de Exercícios Anteriores	-	
TOTAL DO ATIVO	125.648.927,33	111.600.657,84	Reservas - Incent. Fiscais/Reavaliações	16.838.903,37	9.193.678,07
			Resultados Acumulados	6.006.294,57	7.214.177,50
			Resultados Acumulados	6.937.579,83	5.069.969,82
			Resultado do Exercício	(931.285,26)	2.144.207,68
			TOTAL DO PASSIVO	125.648.927,33	111.600.657,84

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO DE 2023					
Discriminação	Capital	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Resultados Acumulados	Totais
Saldo em 31/12/2022	R\$ 50.000.000,00	9.193.678,07	25.032,58	7.189.144,89	66.407.855,54
Incentivos Fiscais	-	7.645.225,30	-	-	7.645.225,30
Ajuste Exerc. Anterior	-	-	-	723.402,36	723.402,36
Distribuição de Lucros	-	-	-	(1.000.000,00)	(1.000.000,00)
Resultado Exerc. 2023	-	-	-	(931.285,26)	(931.285,26)
Saldo em 31/12/2023	50.000.000,00	16.838.903,37	25.032,58	5.981.261,99	72.845.197,94

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2023

Nota 1 - Sumário das Práticas Contábeis - são adotados os princípios gerais de Contabilidade aplicáveis às Sociedades por Ações e legislação pertinente, em especial: a) Avaliação dos Estoques: segundo os custos médios de aquisição de matérias-primas e materiais, ou de acordo com os custos médios industriais apurados através de sistema auxiliar, apoiados em dados contábeis dos produtos preparados e acabados. Os valores apurados não excedem os vigentes no mercado. b) Atualização de direitos e obrigações sujeitos a variação monetária ou cambial, computando-se os valores daí apurados na conta de Resultado. c) Contabilização pelo método de equivalência patrimonial da variação do investimento realizado em empresa subsidiária, Thoquino Consultoria, Projetos e Participações Ltda., também reconhecido na conta Resultados. **Nota 2 - Imobilizado** - É constituído pelas seguintes rubricas:

Itens	Ano de 2023		Imobilizado Líquido
	Ativo Imobilizado	Fundo Depreciação	
Direitos de Uso	20.909	-	20.909
Benefitórias e Instalações	3.124.991	609.946	2.515.045
Imóveis Propriedades	14.039.366	1.241.262	12.798.104
Máquinas e Equipamentos	14.236.093	5.640.005	8.596.088
Móveis e Utensílios	3.424.073	1.179.343	2.244.730
Depósitos e Dornas	1.687.289	411.172	1.276.117
Veículos e Outros	5.640.506	1.448.357	4.192.149
Total	42.173.227	10.530.086	31.643.141

Nota 3 - Participações em coligadas - existe participação na Thoquino Consultoria, Projetos e Participações Ltda., cujo capital é detido 99,99% pela Indústrias de Bebidas Joaquim Thomaz de Aquino Filho S.A. **Nota 4** - O capital social integralmente subscrito e integralizado é de R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais), dividido em ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$- 1,00 (um real) cada uma. **Nota 5** - O Prejuízo de R\$ 931.285,26 apresentado no período, foi gerado nas Atividades Operacionais do exercício. **Nota 6** - O valor de R\$ 7.645.225,30, contabilizados na rubrica Reservas de Incentivos Fiscais, foi evidenciado pelo artigo 9º da Lei Federal 160, de 07/08/2017, incluiu os §§ 4º e 5º no artigo 30 da Lei Federal 12.973, de 13/05/2014. **Nota 7** - O valor de R\$ 723.402,36, refere-se ao lançamento de recuperação de tributos federais realizados por consultoria externa.

PARER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Indústrias de Bebidas Joaquim Thomaz de Aquino Filho S/A, em cumprimento às determinações contidas na legislação das sociedades por ações e nos Estatutos Sociais, procederam ao exame do Relatório da Diretoria do Grupo Thoquino e "DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2023", opinam que as peças citadas espelham a real situação da Empresa, estando, portanto, em condições de serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

São João da Barra/RJ, 05 de Março de 2024. Guilherme Nogueira Aguiar, Elias Alexandre Assed e Rogério Cruz Areas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2023			
DISCRIMINAÇÃO	2023	2022	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	231.916.553,76	255.628.167,40	
(-) Deduções de Receita	(9.692.121,46)	(11.359.448,51)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	222.224.432,30	244.268.718,89	
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(213.155.817,15)	(231.175.397,10)	
LUCRO BRUTO	9.068.615,15	13.093.321,79	
Despesas Operacionais	(12.402.054,51)	(11.165.947,21)	
Resultado Financeiro Líquido	1.239.423,21	526.512,88	
Resultados Não Operacionais	1.162.730,89	329.666,07	
Ajustes de Equivalência Patrimonial	-	-	
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	(931.285,26)	2.783.553,53	
Provisão Para Imposto de Renda e CSLL	-	(639.345,85)	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(931.285,26)	2.144.207,68	

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXAS - EXERCÍCIO DE 2023			
DISCRIMINAÇÃO	R\$		
I- ORIGENS DOS RECURSOS			
Lucro ((Prejuízo) - Ajustes	-	-	-
(-) Prejuízo Líquido do Exercício	-	931.285,26	-
(+) Reservas de Incentivos Fiscais	-	7.645.225,30	-
(+) Ajuste de Equivalência Patrimonial	-	-	-
(+) Ajustes de Resultado de Exerc. Anterior	-	-	723.402,36
(+) Alienação de Bens do Ativo Imobilizado	-	-	-
(+) Aumento do Exigível a Longo Prazo	-	-	3.076.728,30
TOTAL DAS ORIGENS			3.076.728,30
II- APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
(-) Redução do Realizável a Longo Prazo	-	-	-
(-) Redução do Exigível a Longo Prazo	-	-	-
(-) Aumento do Ativo Imobilizado	-	-	1.141.943,89
TOTAL DAS APLICAÇÕES			1.141.943,89
III- AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO			9.372.126,81

DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE - EXERCÍCIO DE 2023			
Componentes	Início do Exercício	Final do Exercício	Varição
Ativo Circulante	71.276.244,72	83.938.117,56	12.661.872,84
Passivo Circulante	18.423.749,34	22.957.948,16	4.534.198,82
Capital Circulante Líquido	52.852.495,38	60.980.169,40	8.127.674,02

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Indústrias de Bebidas Joaquim Thomaz de Aquino Filho S/A, em sessão realizada nesta data, na sede social da Empresa, após manifestação da Diretoria, aprovou as contas relativas ao exercício de 2023. São João da Barra/RJ, 11 de março de 2024.

Hugo Aquino Filho - Presidente; Alfredo de Aquino Sarmento, Frederico de Aquino, Hugo Aquino Neto, João Bosco Quadros Barros, Leonardo Aquino Rivaldo, Lia Miriam Aquino Cruz, Magda Maria de Aquino Manhães Pessanha, Márcia Valéria Leão Kury de Aquino, Marcos Aquino Andrade Silva, Marcos de Aquino Gazineu, Maria Inez Machado Aquino, Nathália Machado de Moraes Aquino, Nilde Martins Vianna Aquino, Norma de Aquino Vianna Pecly, Orêncio Dieguez Aquino Filho, Renato Marion Martins de Aquino e Rossini Perálva Filho. Hugo Aquino Filho - Presidente. Hugo Aquino Neto - Vice Presidente. Osmar Monteiro Moço - Técnico de Contabilidade - CRC - RJ - 054681/O-0.

Hugo Aquino Filho Presidente	Hugo Aquino Neto Vice Presidente	Renato Marion Martins de Aquino - Diretor Executivo Secretário Osmar Monteiro Moço - Técnico de Contabilidade CRC RJ 054681/O-0
---------------------------------	-------------------------------------	--



Zap Passagens
(27) 4000-1010



aguiabranca.com.br

Viação Salutaris e Turismo S/A CNPJ: 32.285.454/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A administração da Viação Salutaris e Turismo S.A em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, devidamente elaboradas e auditadas em conformidade com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações contábeis completas foram examinadas pelos nossos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes, que emitiu opinião sem ressalvas. As demonstrações contábeis completas se encontram à disposição dos acionistas na sede da companhia. As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pela diretoria da Companhia em 02 de abril de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e bancos	5	382	1.210	Empréstimos e financiamentos	13	107	4.213
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5	5.650	4.934	Fornecedores	14	7.416	3.184
Contas a receber	6	7.944	11.811	Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias	15	7.598	9.322
Outros créditos	6.2	658	1.130	Recebimentos antecipados	16	3.292	6.752
Impostos e contribuições a recuperar	7	7.756	10.281	Outras contas a pagar	19	961	823
Bens Destinados a Venda	9	1.903	8.715		19.374	24.294	
Estoques	10	1.011	3.118	Não circulante			
Despesas antecipadas		68	199	Empréstimos e financiamentos	13	4.840	5.889
Contas a receber de partes relacionadas		0	50	Riscos Fiscais e Outros Passivos Contingentes	18	1.150	1.212
		25.372	41.448	Outras contas a pagar	19	-	-
Não circulante				Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias	15	77	155
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.256	1.066	Transações com Partes Relacionadas	17	-	-
Outros créditos	6.2	1	1	Provisão para imposto de renda e contrib. social diferidos	21	11.331	12.799
Depósitos judiciais e outros	8	204	238		17.398	20.055	
Transações com partes relacionadas	17	10.069	16.369		20	-	-
		11.530	17.674	Patrimônio líquido			
Investimento	11	124	124	Capital social		22.252	73.000
Imobilizado líquido	12	21.667	49.626	Reservas de reavaliação		450	5.853
Intangível líquido		15	74	Prejuízos acumulados		(766)	(14.256)
		21.806	49.824			21.936	64.597
Total do ativo		58.708	108.946	Total do passivo e do patrimônio líquido		58.708	108.946

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita de transporte de passageiros		76.494	79.726
Receita de outras atividades - fretamento		4.772	10.282
Receita operacional	22	81.266	90.008
Devoluções e cancelamentos		-	-
Impostos, taxas e contribuições sobre os serviços		-	-
PIS		(427)	(477)
COFINS		(1.965)	(2.169)
CPRB		(1.622)	(1.760)
ICMS		(10.103)	(11.604)
ISS		(36)	(54)
Deduções da receita operacional	22	(14.153)	(16.064)
Receita operacional líquida	22	67.113	73.944
Custo de frete e operação:			
Transporte interestadual de passageiros		(36.377)	(40.293)
Transporte intermunicipal de passageiros		(13.424)	(11.438)
Custo com fretamento		-	(5.021)
Custo de manutenção:			
Transporte interestadual de passageiros		(4.710)	(4.321)
Transporte intermunicipal de passageiros		(932)	(918)
Custo com fretamento		-	(415)
Custos dos serviços de transportes	23.1	(55.443)	(62.406)
Lucro bruto		11.670	11.538
Despesas administrativas	23.2	(3.440)	(1.538)
Despesas comerciais	23.3	(6.188)	(6.234)
Ganho na alienação de ativo imobilizado		12.662	(3.648)
Outras receitas/(despesas) operacionais	24	261	(911)
		3.295	(12.331)
Lucro (prejuízo) operacional		14.965	(793)
Despesas financeiras	25	(2.683)	(2.806)
Receitas financeiras	25	1.909	2.071
Resultado líquido financeiro		(774)	(735)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre a renda		14.192	(1.528)
Imposto de renda - corrente	21	(2.591)	(729)
Imposto de renda - diferido	21	1.468	758
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		13.069	(1.499)
Lucro (prejuízo) líquido por ação	26	1.4168	(0,0495)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

	Capital social Integralizado	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	73.000	6.277	-	-	(13.182)	66.095
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(1.499)	(1.499)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-
Realização de reserva de reavaliação	-	(424)	-	-	424	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	73.000	5.853	-	-	(14.256)	64.597
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.069	13.069
Realização de reserva de reavaliação	-	(421)	-	-	421	-
Reflexo Cisão Parcial	(50.748)	(4.981)	-	-	-	(55.730)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	22.252	450	-	-	(766)	21.936

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	13.069	(1.499)
Realização de reserva de reavaliação, líquido dos impostos	421	424
Total do resultado abrangente do período	13.490	(1.075)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em Reais)

1. Informações gerais
A Empresa está sediada na Rodovia Almirante Lucio Meira (BR 393), sem número, no Km 178, Barão de Angra - Paraíba do Sul/RJ e tem como principal objeto a prestação de serviço de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de passageiros nos Estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, podendo participar em outras empresas como quotista ou acionista. Em 31/10/2023 a Companhia foi submetida ao processo de reorganização societária no qual parte de seus ativos e passivos passaram pelo processo de cisão parcial com a sua controladora Viação Águia Branca S/A., conforme ato societário sob o número de protocolo 2023/00965093-0 arquivada sob o número 00005923291. A Empresa desenvolve seus negócios dentro do contexto de um grupo empresarial, utilizando-se, eventualmente, da estrutura de empresas relacionadas, compartilhando custos administrativos e esforços de gestão.

2. Base de preparação
2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras para o encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para a emissão pela Diretoria do Grupo em 27 de março de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Principais políticas contábeis
O Grupo aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras..

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda	14.192	(1.528)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa		
Depreciações	23.939	24.938
Amortizações	(398)	76
Custo líquido na alienação de ativo imobilizado	17.221	8
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	1.256	1.636
Provisão para devedores duvidosos	-	-
Provisão para demandas judiciais	(62)	8
Aumento (redução) de ativos e passivos		
Contas a receber	3.867	(2.076)
Outros créditos	123	(124)
Adiantamentos a funcionários	475	(273)
Adiantamentos a terceiros	(126)	156
Impostos e contribuições a recuperar	2.335	3
Custo líquido na alienação de bens destinados a venda	6.812	(2.536)
Estoque	2.107	(883)
Despesas antecipadas	131	37
Depósitos restituíveis e valores vinculados	34	-
Contas a receber de partes relacionadas	6.350	(6.344)
Fornecedores	4.232	1.024
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(2.512)	4.278
Recebimentos antecipados	(3.460)	(247)
Outras contas a pagar	137	(1.366)
Transações com partes relacionadas	-	(7.000)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	76.653	9.785
Imposto de renda pago	(1.881)	(729)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	74.772	9.057
Atividade de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(13.201)	(21.481)
Aquisição de intangível	458	(12)
Incentivos Fiscais	-	-
Caixa líquido (Consumido) pelas atividades de investimentos	(12.743)	(21.493)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	7.113	-
Pagamento de empréstimos	(12.555)	(4.027)
Pagamento de juros	(970)	(1.442)
Redução de Capital - Cisão	(50.748)	-
Redução reserva de reavaliação - Cisão	(4.981)	-
Caixa líquido (Consumido) pelas atividades de financiamentos	(62.141)	(5.470)
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(111)	(17.905)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6.143	24.049
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6.032	6.143
(Redução) líquido de caixa	(111)	(17.905)

DIRETORIA

Paula Barcellos Tommasi Corrêa - Diretora Executiva
Antonio Paulo dos Santos - Contador - CRC ES 017192/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Viação Salutaris e Turismo S.A. Cariacica - ES. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Viação Salutaris e Turismo S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Viação Salutaris e Turismo S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Vitória, 02 de abril de 2024.

BDO BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 ES 004955/F-4
Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/O-2 - S - ES

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 12.091.809/0001-55
NIRE 33.300.294.597 | Código CVM nº 02529-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A. ("Companhia"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução CVM 81"), vem, por meio deste edital, convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, excepcionalmente, por motivo de força maior, conforme faculta o §2º do art. 124 da Lei das S.A., na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Salão Copacabana do JW Marriott Hotel, localizado na Avenida Atlântica, nº 2.600, Copacabana, CEP 22041-001, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhados do parecer dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria não estatutário, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo a aprovação de orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2024 e a retenção de parcela dos lucros, nos termos do art. 196, da Lei das S.A.; (iii) deliberar sobre a remuneração global e anual dos membros da administração da Companhia para o exercício social de 2024; e (iv) autorizar os administradores a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima, caso aprovadas. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e do art. 6º, §1º da Resolução CVM 81, solicita-se que os acionistas ou seus representantes apresentem à Companhia, em até 48 (quarenta e oito) horas antecedente ao horário da Assembleia, por meio do endereço eletrônico ri@3rpetroleum.com.br, extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme aplicável, e cópias dos seguintes documentos, que serão exigidos para a admissão à Assembleia: **Pessoas Físicas:** Cópia simples do documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas). **Pessoas Jurídicas:** Cópia da documentação societária comprovando poderes de representação, devidamente registrados na junta comercial ou registro civil de pessoas jurídicas competente, conforme o caso, bem como cópia simples do documento de identificação contendo foto do representante legal que comparecerá à Assembleia. **Fundos de Investimentos:** Cópia do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, registrado no órgão competente, além da documentação societária comprovando poderes de representação devidamente registradas na junta comercial competente, e cópia simples do documento de identificação com foto do representante legal do administrador ou gestor, conforme o caso, que comparecerá à Assembleia. Os acionistas que forem representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, §1º, da Lei das S.A., sendo necessária a apresentação de cópia simples do instrumento de mandato e do documento de identificação com foto do procurador que comparecerá à Assembleia. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a proclamação deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, sendo aceita assinatura digital, por meio de certificado digital. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas ou fundos de investimento acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com o contrato ou estatuto social próprio ou do administrador/gestor, conforme o caso, e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). A Companhia informa que, exclusivamente para esta Assembleia, dispensará o reconhecimento de firma e autenticação por cartório dos documentos apresentados, sendo certo que os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem estar traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, notariados e consularizados (ressalvados os procedimentos alternativos eventualmente admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais, tal como apostila) e registrados no Registro de Títulos e Documentos, inclusive para aceitação do boletim de voto à distância. Adicionalmente, informa-se que, nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus acionistas votem na Assembleia mediante o preenchimento e entrega de boletim de voto à distância, disponibilizado pela Companhia, nesta data, conforme orientações e prazos constantes do boletim de voto à distância e da proposta da administração. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (<http://ri.3rpetroleum.com.br/>), e foram enviados às CVM (www.gov.br/cvm/) e à B3 (<http://www.b3.com.br/>), atendendo-se, ainda, o disposto no art. 133 da Lei das S.A. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.
Harley Lorentz Scardoelli
Presidente do Conselho de Administração

Publicidade Legal é no Diário Comercial

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.
COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF nº 08.397.078/0001-01 - NIRE 33300339779

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 28/03/2024, às 14 horas, na sede da GSH Corp Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Praia do Flamengo, 154, 13º andar, Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.210-906. **2. Convocação:** Convocação feita nos termos do art. 13, §1º, do Estatuto Social da Companhia. **3. Instalação e Presença:** Foi instalada a reunião com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs. Carlos Eduardo Reis da Matta, Mauro Teixeira Sampaio, Otávio de Garcia Lazcano, Bernardo Werther de Araújo e Carlos Eduardo Lauin Costa. **4. Mesa:** Presidente: Carlos Eduardo Reis da Matta. Secretária: Julia Pereira Nobrega. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a aprovação dos termos e condições da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, pela Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), no valor total de R\$500.000.000,00; (ii) a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à emissão das Debêntures que serão objeto de oferta pública, sob rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26 e seguintes da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13/07/2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 160") e demais leis e regulamentações aplicáveis ("Oferta"), sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures; (iii) autorizar a Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores a praticar todo e qualquer ato e assinar todos e qualquer documento necessário à implementação das matérias previstas nos itens (i) e (ii) acima, incluindo, mas não se limitando, a (a) contratação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários para intermediação da Oferta, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação do serviço, bem como celebrar o contrato de distribuição da Oferta; (b) contratação dos prestadores de serviços da Emissão, incluindo, mas não se limitando, o agente de liquidação das Debêntures ("Agente de Liquidação"), o escriturador das Debêntures ("Escriturador"), a B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3"), o agente fiduciário da Emissão, e o(s) assessor(es) legal(is), podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação do serviço, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos; e (c) discussão, negociação, definição dos termos e condições da Emissão, das Debêntures, da Oferta, bem como a celebração da escritura de emissão das Debêntures e do contrato de distribuição da Oferta e seus respectivos eventuais aditamentos, ou ainda dos demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão e/ou da Oferta; (iv) a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria /ou seus procuradores para a consecução das deliberações mencionadas acima; e (v) autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário. **6. Deliberações:** Por unanimidade dos presentes, e sem quaisquer restrições ou ressalvas, após debates e discussões, foram tomadas as seguintes deliberações: **1.1.** Nos termos do artigo 13, §10, (h) do Estatuto Social da Companhia, autorizar a realização da Emissão e a celebração pela Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, do (a) "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da 5ª Emissão de GSH Corp Participações S.A.", a ser celebrada entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário" e "Escritura", respectivamente) e do (b) "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública Sob Rito de Registro Automático, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em Série Única, da 5ª (Quinta) Emissão da GSH CORP Participações S.A.", a ser celebrado entre a Companhia e a instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador" e "Contrato de Distribuição", respectivamente), bem como de eventuais aditamentos que se façam necessários, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas no âmbito da Escritura: (i) *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 5ª emissão de debêntures da Companhia. (ii) *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$ 500.000.000,00 na Data de Emissão, conforme abaixo definida. (iii) *Quantidade.* Serão emitidas 500.000 Debêntures. (iv) *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). (v) *Séries.* A Emissão será realizada em série única. (vi) *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"). (vii) *Negociação.* As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures poderão ser negociadas livremente entre investidores profissionais, (i) somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado entre investidores qualificados, conforme definidos no artigo 12 da Resolução da CVM nº 30, de 11/05/2021, conforme alterada ("Resolução CVM 30"), depois de decorridos 6 (seis) meses contados da data de encerramento da Oferta; e (ii) somente poderão ser negociadas entre o público em geral depois de decorrido 1 ano contado da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160. (viii) *Convertibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia. (ix) *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirográfrica, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), sem garantia real e sem preferências. (x) *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será definida na Escritura ("Data de Emissão"). (xi) *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, o prazo das Debêntures será de 60 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 22/04/2029 ("Data de Vencimento"). (xii) *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização extraordinária das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado anualmente, sendo o primeiro pagamento devido em 22/04/2027, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 22 de abril de cada ano, sendo o último pagamento devido na Data de Vencimento das Debêntures, conforme data e percentuais a serem detalhadas na Escritura. (xiii) *Remuneração.* A remuneração das Debêntures será a seguinte: (a) atualização monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e (b) juros remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis (conforme definido abaixo), calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) equivalente a percentual a ser definido mediante Procedimento de Bookbuilding (conforme abaixo definido), sendo tal percentual limitado a 2,10% ao ano base 252 Dias Úteis ("Remuneração Teto"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula constante da Escritura. (xiv) *Pagamento da Remuneração:* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, a Remuneração será paga semestralmente, sempre no dia 22 dos meses de abril e outubro de cada ano, sem carência, sendo o primeiro pagamento em 22/10/2024 e, o último, na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). (xv) *Procedimento de Bookbuilding:* Será realizado o procedimento de coleta de intenções de investimento para definição da taxa final da Remuneração, a ser organizado pelo Coordenador, nos termos do artigo 61, §2º da Resolução CVM 160, sem recebimento de reservas e nem fixação de lotes mínimos ou máximos ("Procedimento de Bookbuilding"), sendo certo que o resultado do Procedimento de Bookbuilding será ratificado por meio de aditamento a Escritura anteriormente à data da 1ª integralização das Debêntures, sem necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas ou aprovação societária adicional da Companhia. A celebração de tal aditamento será realizada no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de realização do Procedimento de Bookbuilding. (xvi) *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada das Debêntures. (xvii) *Resgate Antecipado Facultativo.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a partir de 22/04/2026 (exclusive), e até a Data de Vencimento (inclusive), e com aviso prévio aos Debenturistas nos termos previstos na Escritura (por meio de publicação de anúncio conforme disposições de publicidade a serem detalhadas na Escritura ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Agente de Liquidação e à B3, de, no mínimo, 5 Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura ("Amortização Extraordinária Facultativa"). (xix) *Oferta*

Facultativa de Resgate Antecipado. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo oferta facultativa de resgate antecipado total das Debêntures (sendo vedada a realização de oferta de resgate antecipado parcial das Debêntures), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos da Escritura. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado corresponderá ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures que tiverem aderido à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, conforme o caso, acrescido (a) da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, que não poderá ser negativo. (xx) *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, na Resolução CVM nº 77, de 29/03/2022, conforme alterada, e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos da Escritura, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. (xxi) *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido relativo à titularidade das Debêntures, nos termos da Escritura, aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. (xxii) *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos da Escritura, serão realizados pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a Remuneração, a prêmio de pagamento antecipado (se for o caso) e aos Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo), e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Companhia, conforme o caso. (xxiii) *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura até o 1º Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. (xiv) *Encargos Moratórios.* Ocorrendo a imputabilidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos da Escritura, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% ao mês ou fração de mês, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% ("Encargos Moratórios"). (xv) *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos da Escritura não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de imputabilidade no pagamento. (xvi) *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente de Liquidação ou ao Escriturador, conforme o caso, no prazo mínimo de 10 Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Na hipótese de qualquer Debenturista ter sua condição de imunidade ou isenção alterada, deverá informar ao Agente de Liquidação ou ao Escriturador, conforme o caso, tal alteração no prazo de 2 Dias Úteis contados da data da formalização da referida alteração. (xvii) *Classificação de Risco.* As Debêntures serão objeto de classificação de risco (rating) pela Fitch Ratings ("Agência de Classificação de Risco"), a qual será atualizada anualmente ou na menor periodicidade possível, exigida pela regulamentação vigente, durante toda a vigência das Debêntures. A Companhia poderá substituir a Agência de Classificação de Risco, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, pela Standard & Poor's ou Moody's América Latina, sem necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas, devendo notificar o Agente Fiduciário em até 10 Dias Úteis contados da contratação da nova Agência de Classificação de Risco Autorizada. (xviii) *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto na Escritura, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, dos valores devidos nos termos da Escritura, na ocorrência de qualquer dos eventos descritos na Escritura, e observados, quando expressamente indicados na Escritura, os respectivos prazos de cura. Ficam aprovados os Eventos de Inadimplemento descritos na Escritura, cuja versão final foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia nesta data e será apresentada para registro na JUCERJA em conjunto com a presente ata (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"); (xix) *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, nos termos de aviso, no jornal "Diário Comercial", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído. No caso de alteração na legislação atual que venha a permitir outra forma de publicação dos atos societários, os atos e decisões relativos às Debêntures passarão a ser publicados da mesma forma que os atos societários da Companhia. (xx) *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Resolução CVM 160, da Lei nº 6.385/76, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do Contrato de Distribuição, com a intermediação do Coordenador, tendo como público-alvo investidores profissionais, nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 30, sob o regime de garantia firme de colocação com relação à totalidade das Debêntures. (xxi) *Prazo de Subscrição.* A subscrição das Debêntures deve ser realizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de divulgação do anúncio de início da Oferta, nos termos do artigo 48 da Resolução CVM 160. (xxii) *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3, à vista, no ato de subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, (i) pelo Valor Nominal Unitário, na primeira Data de Integralização; ou (ii) pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização, no caso das integralizações que ocorram após a primeira Data de Integralização ("Preço de Integralização"). As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, em função de condições objetivas de mercado, desde que seja aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures integralizadas em uma mesma data. A aplicação de ágio ou deságio poderá decorrer de condições como: (i) alteração na taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Taxa SELIC); (ii) alteração nas taxas de juros dos títulos do tesouro nacional; ou (iii) alteração no índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e/ou na Taxa DI, sendo certo que o preço da Oferta será único e, portanto, eventual ágio ou deságio deverá ser aplicado à totalidade das Debêntures integralizadas em cada data de integralização. A aplicação de deságio poderá afetar o comissionamento da Oferta, sendo certo que não haverá alteração dos custos totais (custos *all-in*) da Companhia estabelecidos no Contrato de Distribuição. (xxiii) *Destinação dos Recursos.* Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures serão destinados, na seguinte ordem, para (i) resgate antecipado das debêntures depositadas sob código de ativo GGS12 identificadas no Anexo I da Escritura; e (ii) eventuais valores excedentes poderão ser destinados a recomposição de caixa. (xxiv) *Demais Condições:* todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão, à Oferta e/ou às Debêntures serão detalhadas na Escritura. Para os fins da Escritura e dos demais documentos da Oferta, "Dia Útil" significa (i) em relação a qualquer obrigação pecuniária, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) em relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. **1.2.** Autorizar a Diretoria a adotar todos e quaisquer atos necessários à implementação da Emissão e da Oferta incluindo, mas não se limitando, a (a) contratação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários para intermediação da Oferta, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação do serviço, bem como celebrar o contrato de distribuição da Oferta; (b) contratação dos prestadores de serviços da Emissão, incluindo, mas não se limitando, o Agente de Liquidação, o Escriturador, a B3, o Agente Fiduciário, e o(s) assessor(es) legal(is), podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação do serviço, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos; e (c) discussão, negociação, definição dos termos e condições da Emissão, das Debêntures, da Oferta, bem como a celebração da Escritura, do Contrato de Distribuição e seus respectivos eventuais aditamentos, da declaração de veracidade ou ainda dos demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão e/ou da Oferta. **1.3.** A ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores, conforme aplicável, para a realização da Emissão e da Oferta **1.4.** Por fim, autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. Assinaturas: Mesa: Presidente: Carlos Eduardo Reis da Matta; Secretária: Julia Pereira Nobrega. Membros do Conselho de Administração da Companhia: Srs. Carlos Eduardo Reis da Matta, Mauro Teixeira Sampaio, Otávio de Garcia Lazcano, Bernardo Werther de Araújo e Carlos Eduardo Lauin Costa. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio que fica arquivada na sede da sociedade.* Rio de Janeiro, 28/03/2024. Carlos Eduardo Reis da Matta - Presidente; Julia Pereira Nobrega - Secretária. JUCERJA nº 00006160077 em sessão de 02/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral

SIGILO FUNCIONAL

Juiz decreta prisão de Protógenes Queiroz e o coloca em lista da Interpol

O juiz Nilson Martins Lopes Júnior, da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, decretou a prisão preventiva do ex-delegado da Polícia Federal e ex-deputado Protógenes Pinheiro de Queiroz, sob suspeita 'estar se ocultando' na Suíça, para evitar investigação sobre suposto vazamento da Operação Satiagraha - polêmica investigação conduzida por Protógenes em 2008.

O magistrado determinou a inclusão do nome de Protógenes na Lista de Difusão Vermelha (mais procurados) da Interpol. Também ordenou o bloqueio do passaporte do ex-delegado.

A prisão foi decretada a pedido do banqueiro Daniel Dantas - alvo principal da Satiagraha - com parecer favorável do Ministério Público Federal. O despacho foi assinado no bojo de uma queixa-crime que Dantas ofereceu contra Protógenes e Luís Roberto Demarco Almeida por suposto repasse de informações sigilosas da Operação.

A ofensiva foi aberta para apurar supostos crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro envolvendo o Banco Opportunity, gerido por Dantas.

O banqueiro foi preso na primeira etapa da Satiagraha por ordem do juiz federal Fausto Martin De Sanctis, hoje desembargador do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (São Paulo). Na ocasião, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, mandou soltar Dantas.

Em meio aos desdobramentos da ofensiva, recaíram suspeitas sobre a atuação de Protógenes, que comandava a investigação. A Satiagraha acabou anulada pelo STF.

O ex-delegado da PF foi denunciado pela Procuradoria da República por crime de violação de sigilo funcional e condenado pelo juiz Ali Mazloum, da 7ª Vara Criminal Federal de São Paulo, hoje também desembargador do TRF 3. A defesa recorreu.

Em meio ao processo criminal a que respondia, Protógenes deixou o País e chegou à Suíça, segundo ele, 'exilado'.

Doze anos depois da Operação, a Justiça Federal recebeu a queixa-crime de Dantas. A Justiça iniciou uma série de proce-

dimentos de cooperação internacional para citar e intimar Protógenes no país europeu. Todas as tentativas foram frustradas.

Depois de quase três anos, em dezembro de 2022, o juiz Nilson Martins Lopes Júnior entendeu que estavam esgotados os esforços de cooperação jurídica internacional. Para garantir que o processo tivesse uma 'duração razoável', determinou que a parte da queixa com relação a Demarco fosse desmembrada.

Avaliação do magistrado da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo é a de que há indícios de que Protógenes estaria se esquivando para ser citado, ocultando sua localização para não receber intimações pessoais com o intuito de protelar e tumultuar o andamento do processo'.

O juiz ressaltou as inúmeras diligências realizadas para localizar o ex-delegado. Ponderou que, em meio às tentativas frustradas de citação, os advogados de Protógenes entraram com um habeas corpus para trancar a ação penal em curso na 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo.

Lopes Júnior concluiu que Protógenes tem ciência das imputações feitas a ele e estaria se furtando intencionalmente de comparecer no processo'.


"Mesmo ciente da situação, o acusado tem se ocultado, com o único intuito de fugir e não ser encontrado, evitando, assim, ser processado ou investigado. Em razão de estar se utilizando da localização incerta para atrapalhar a efetividade processual, justificável a decretação da prisão preventiva", escreveu o juiz.

A prisão do ex-delegado foi considerada 'imperiosa' para 'assegurar a aplicação da lei penal e impossibilitar a eventual dissipação de provas imprescindíveis no andamento da instrução penal'.

"Existindo fundados indícios de que Protógenes Pinheiro de Queiroz supostamente teria praticado crime de violação de sigilo funcional, crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos e, para assegurar a aplicação da lei penal, decreto a prisão preventiva."

AUTO POSTO GERANIUS CAFUBA LTDA
CNPJ: 28.571.216/0001-26
CONCESSÃO DE LICENÇA

AUTO POSTO GERANIUS CAFUBA LTDA, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade - SMARHS a Licença Ambiental Municipal de Operação - LAM-O nº 11/2024, através do PROCESSO Nº 250/001283/2019, com validade até 11 de Março de 2028, para realizar operação da atividade de comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, na Avenida Doutor Raul de Oliveira Rodrigues, nº 1691 - Lote 01-A, Quadra 85, Cafubá - Piratininga, Niterói - RJ.


NOTA OFICIAL

Aos membros do Ilê Ajaguná Ase Ogún Mejéjé e à Comunidade do Candomblé, O Babalorísá Jorge Carlos de Osóósi, em conjunto com a Diretoria e a maioria dos filhos da casa, comunica que, devido a questões jurídicas pendentes e por não termos recebido nenhuma comunicação, não concordamos em realizar o ritual de asêse para Pai Beto de Osógiyán no momento presente. Reconhecemos o desejo da família, mas é necessário aguardar a resolução das medidas legais antes de realizar qualquer atividade no axé. Solicitamos a compreensão e apoio durante este período, enquanto buscamos a melhor forma de honrar o legado de Pai Beto e do Ilê Ajaguná Ase Ogún Mejéjé.

Atenciosamente,
Babalorísá Jorge Carlos de Osóósi
Associação Assistencial Religiosa Ilê Ajaguná Ase Ogún Mejéjé.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A Riobarra Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SCP Pool Hoteleiro, na qualidade de Sócia Ostensiva do respectivo Empreendimento Hoteleiro, convoca a todos os Sócios para participarem da Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá no dia **17/04/2024**, com primeira convocação às 18:00h com o quorum legal e, em segunda convocação às 18:30h, com qualquer número de presentes, que será realizada nas dependências do Hotel, localizado na Avenida Evandro Lins e Silva, 600, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ, com o seguinte ordem do dia: (i) aprovação, total ou parcial, das contas da Atlântica Hotels International referente ao exercício do ano de 2023; (ii) aprovação, total ou parcial, das contas da Sociedade em Conta de Participação e da Sócia Ostensiva referente ao exercício do ano de 2023. Na forma do art. 1335, III do CC/02, só poderão votar os Sócios que estiverem quites com os pagamentos das obrigações perante a SCP. Os procuradores deverão apresentar suas procurações revestidas de todas as formalidades legais e com firma reconhecida ou assinadas *on line* por meio de certificadora digital. As contas estão disponíveis para análise nas dependências do Hotel.



FICA Empreendimentos Imobiliários S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 07.820.907/0001-46

FICA DIVULGA SEUS RESULTADOS DO 4º TRIMESTRE E DO EXERCÍCIO 2023
São Paulo, 28 de março de 2024 - Fica Empreendimentos Imobiliários S.A. (B3: FIEI3), nova denominação de CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A. anuncia seus resultados do quarto trimestre (4T23) e do exercício de 2023. As demonstrações contábeis consolidadas da companhia são elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, baseada na Lei das Sociedades por Ações e nas regulamentações da CVM. **Destaques do período:** • Continuamos mantendo nosso foco no mercado de São Paulo, como informado em períodos anteriores. Acreditamos, que esta é a melhor estratégia nesse momento para gerar mais valor para a Companhia e seus acionistas. • Os processos de aprovação e legalização dos próximos projetos continuam avançando na esteira junto aos órgãos competentes, conforme o esperado. • Prosseguimos na prospecção de terrenos para projetos "HMP" nas chamadas regiões de "eixos", de acordo com a tese reformulada para essa nova fase de retomada da Companhia. • Estamos avançando nas negociações dos projetos do terreno em Nova Iguaçu. As negociações devem caminhar em direção a contratos de "Permuta Financeira" para geração de caixa que sustente o novo plano estratégico. • Seguimos acompanhando de perto as mudanças nas leis e decretos que podem afetar algumas áreas definidas como estratégicas para a Cia. de modo que consigamos ter mais velocidade, seja nas aquisições de *landbank*, seja na mudança de foco de microrregiões. • Reforçamos nossa crença na tese de nos mantermos focados em terrenos pequenos e médios, com vocação para os empreendimentos chamados de "Habituação de Mercado Popular" (também conhecidos como HMP) a cada etapa superada nos prazos e condições das nossas premissas internas.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES
Mathheus Rezende Gomes Deotti
Diretor
Contato: ri@fica.net.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Terminamos o quarto trimestre em linha com nosso planejamento, apesar de algumas condições adversas, mas comuns para o segmento residencial popular. Já percorremos um importante caminho em direção aos objetivos traçados para a Companhia e conseguimos a primeira aprovação de projeto no 4T23 no prazo de previsto na nossa nova tese, superando assim mais uma dúvida que poderia haver por parte dos acionistas. A diretoria executiva foi reestruturada com foco na atenção à governança corporativa e captação de recursos para cada um de nossos projetos. Em paralelo mantivemos a composição do Conselho de Administração que conta com profissionais com grande experiência em gestão de empresas, inovação e sustentabilidade. Com esta liderança e com uma equipe experiente, no final do 4T23 captamos os recursos necessários para adquirir o terreno do primeiro projeto a ser lançado em 2024. Nosso modelo consiste em incorporar projetos exclusivamente residenciais com as características listadas abaixo: 1. **Projetos com VGV de aproximadamente R\$ 60 MM - R\$ 70 MM:** Acreditamos que projetos menores tendem a ser mais rentáveis, apesar de ser menos escaláveis. No nosso negócio, uma das variáveis mais importantes é a compra do terreno, e projetos com VGV's maiores, possuem uma concorrência maior com players bem capitalizados. 2. **Localização em bairros valorizados e próximos aos modais de transporte (metrô):** Acreditamos que a nova geração tem dependido cada vez menos de carros próprios e com isso a localização é uma das características mais importantes na definição de compra por parte desse cliente. Dito isso, nossos projetos estão no máximo a 450 m do metrô. 3. **Viabilidades extremamente conservadoras:** Buscamos negócios com alta rentabilidade e com baixo risco de liquidez. Somos muito conservadores nas premissas que projetamos nas nossas viabilidades, principalmente em preço de venda e custo da obra. 4. **Ciclo rápido:** Com o aumento do custo de capital visto nos últimos meses, o giro do ativo se torna um dos principais pontos-chaves na rentabilidade do negócio imobiliário. Não temos a intenção de fazer *landbank* de médio/longo prazo, ou seja, buscamos terrenos para lançar em até 12 meses pós-assinatura da promessa de compra e venda. **Comentários do Desempenho:** Nossas Despesas Gerais e Administrativas no 4º trimestre de 2023 totalizaram R\$ 5,6 milhões contra R\$ 7,8 milhões (ex-provisão para gratificação) no mesmo período de 2022, apresentando uma redução de 28% em relação ao período comparado. Essa redução era esperada, pois durante o ano de 2022 tivemos um importante dispêndio de caixa para a reestruturação da Companhia. A Companhia encontra-se ainda em fase pré-operacional, uma vez que o último projeto entregue foi a aproximadamente 8 anos, dificultando assim a diluição das nossas despesas pelo baixo nível de estoques de unidades para venda. A Receita Líquida atingiu R\$ 0,9 MM no 4T23 e R\$ 2,5 MM em 2023, sofrendo pouca variação em relação a 2022, conforme esperado. Nossas margens brutas no trimestre e no ano foram positivas, fruto de uma pequena valorização dos estoques remanescentes. O lucro Bruto, totalizou R\$ 45 mil no trimestre e R\$ 644 mil em 2023. Finalizamos o ano com R\$ 2,8 milhões em caixa, R\$ 5,4 milhões a menos que no ano passado, mas ainda em situação adequada ao fluxo de caixa projetado. O estoque da Companhia finalizou o ano em aproximadamente R\$ 1,1 milhão, majoritariamente composto por unidades do empreendimento Link, na Barra da Tijuca. No terceiro trimestre de 2023, intensificamos nossos esforços para dar liquidez a essas unidades, com redução do valor de tabela, aumentando a velocidade as vendas, gerando caixa para a Companhia e reduzindo despesas dos ativos em estoque. Assim, conseguimos diminuir lentamente o custo de capital da Companhia. Parte dessa variação, explica-se pelo aumento da receita em Contas a receber do empreendimento Link, especificamente referente a vendas antigas de unidades do condomínio. E, além disso, efetuamos um incremento no *impairment* das unidades em estoque desse mesmo empreendimento, visando acelerar as vendas e consequentemente zerar os estoques. Ainda, houve um aumento da provisão para perda em ações judiciais, decorrente da baixa contábil de depósitos judiciais devido à antiguidade de vários processos ainda sem o trânsito em julgado. Importante salientar que esta variação de resultado teve apenas efeito negativo no caixa. A manutenção do caixa e contínuas reduções de custos e despesas continuam sendo um dos principais objetivos do ano. No lado do passivo, não possuímos dívida corporativa, senão a captação realizada diretamente pela SPE responsável por realizar o primeiro empreendimento, tampouco houve modificação negativa nas provisões de perdas judiciais e questões tributárias. Por fim, agradecemos a todos os envolvidos no nosso projeto, sejam eles investidores, colaboradores, parceiros ou fornecedores, e estamos certos de que não mediremos esforços para que tenhamos êxito conjuntamente.

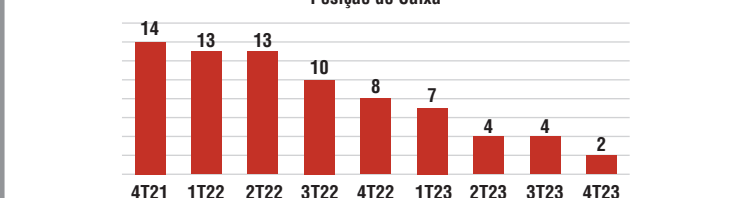
A Administração

Destaques Financeiros (R\$ mil)

Destaques Financeiros	4T23	4T22	2023	2022
Receita líquida de incorporações e venda de imóveis	5,21	7,02	2,583	4,081
Lucro (prejuízo) bruto	8,6%	36,0%	644	541
Margem Bruta (%)	8,6%	36,0%	24,9%	13%
Lucro (prejuízo) Líquido	-2.165	-1.701	-12.241	-7.551
Caixa	2.826	8.288	2.826	8.288
Patrimônio Líquido	80.060	92.903	80.060	92.903

Evolução de Caixa (R\$ mil): • Finalizamos o ano com R\$ 2,8 milhões em caixa, R\$ 5,4 milhões a menos que no ano passado, mas ainda em situação confortável, dado que não possuímos nenhuma dívida. Vale ressaltar que essa redução está totalmente dentro dos nossos parâmetros projetados. • Os recursos são aplicados em CDB de bancos de primeira linha, com liquidez imediata.

Posição do Caixa

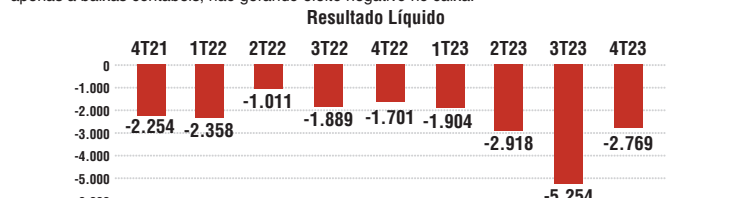


Ativos (R\$ mil): • O principal ativo da Companhia continua sendo o terreno Greenville (ex-Cidade Paradiso), localizado em Nova Iguaçu. O valor de mercado atualizado é de aproximadamente R\$ 109 milhões, de acordo com 2 avaliações independentes feitas por consultorias renomadas. Com o surgimento de novas possibilidades de negócio, decorrentes do desmembramento do terreno finalizado no primeiro

trimestre de 2023, a Companhia está avaliando novas estruturas para dar liquidez a esse terreno e gerar retorno aos seus acionistas, tais como negociações de venda, através de permuta financeira ou oferecer as matrículas em garantia para operações financeiras dos novos projetos. • O estoque de unidades a valor contábil é de R\$ 1,1 milhão, majoritariamente composto por unidades do empreendimento Link, na Barra da Tijuca. No terceiro e quarto trimestre de 2023, intensificamos nossos esforços de venda dessas unidades em estoque, com redução do valor de tabela, aumentando a liquidez do ativo e gerando caixa para a Companhia. Apresentamos abaixo a composição dos nossos ativos:



G&A e resultado financeiro (R\$ mil): • Nossas Despesas Gerais e Administrativas no 4º trimestre de 2023 totalizaram R\$ 5,8 milhões contra R\$ 7,8 milhões (ex-provisão para gratificação) no mesmo período de 2022. Nesse valor, estão incluídos os gastos para montar o time escolhido para dirigir a nova estratégia da companhia, além de parceiros que nos ajudaram a desenvolver o planejamento plurianual, e gastos no desenvolvimento dos projetos. • O resultado financeiro do trimestre foi positivo em R\$ 0,1 milhões, contra R\$ 0,1 milhões no mesmo período do ano anterior. No exercício de 2023, o resultado financeiro foi de R\$ 647 mil, contra R\$ 1,9 milhões no exercício de 2022. **Resultado Líquido (R\$ mil):** • O resultado líquido foi negativo em R\$ 12,9 milhões, e apesar de apresentarmos prejuízo, pelos motivos explicados acima, foi de R\$ 5,2 milhões acima do registrado em 2022, a despeito dos avanços em incorporação que fizemos durante o ano. Parte dessa variação, explica-se pelo aumento da provisão para perda no Contas a receber do empreendimento Link, especificamente referente a vendas antigas de unidades que estão em condomínio. Além disso, efetuamos um incremento no *impairment* das unidades em estoque visando acelerar as vendas. Ainda, houve um aumento da provisão para perda em ações judiciais, decorrente da baixa contábil de depósitos judiciais devido à antiguidade de vários processos ainda sem o trânsito em julgado. Reforçamos que essa variação de resultado se refere apenas a baixas contábeis, não gerando efeito negativo no caixa.



Demonstração do Resultado (R\$ mil)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de incorporações e venda de imóveis	2.583	4.081
Custo de incorporação e venda de imóveis	(1.939)	(3.540)
Lucro Bruto	644	541
Despesas Operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(173)	-
Despesas gerais e administrativas	(4.821)	(5.309)
Outras despesas administrativas	(2.583)	(4.131)
Despesas tributárias	49	(156)
Despesas com vendas	(725)	(239)
Depreciação e amortização	(267)	(55)
Ganhos na alienação de investimentos	3	-
Provisões operacionais	(2.266)	(103)
Perdas por desvalorização de ativos (<i>impairment</i>)	(4.200)	(6)
Outras receitas/(despesas) operacionais	881	278
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(13.458)	(9.180)
Receita financeira	1.063	1.909
Despesa financeira	(416)	(34)
Resultado Financeiro, Líquido	647	1.875
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.811)	(7.305)
Corrente	(44)	(220)
Diferido	10	(26)
Lucro Líquido do Exercício	(12.845)	(7.551)
Prejuízo no Período Atribuível a		
Acionistas controladores	(12.659)	(7.507)
Acionistas não controladores	(186)	(44)
	(12.845)	(7.551)

Balanco Patrimonial - Ativos (R\$ mil)

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.826	8.288
Clientes por incorporação e venda de imóveis	1.200	1.073
Contas a receber de terceiros	4	87
Mútuos a receber - partes relacionadas	194	-
Valores a receber - partes relacionadas	-	2.826
Redução de capital a receber - partes relacionadas	-	-
Ativos a comercializar	1.100	4.966
Adiantamentos	-	329
Impostos e contribuições a compensar	432	586
Outros ativos	6.085	15.367
Não Circulante		
Clientes por incorporação e venda de imóveis	2.168	5.445
Dividendos a receber	-	-
Imóveis a comercializar	80.500	80.955
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-
Depósitos Judiciais	4.335	6.313
Outros ativos	-	1
Investimentos em controladas e coligadas	87.003	92.714
Imobilizado	727	836
Intangível	129	149
Adiantamentos	856	985
Outros ativos	186	(44)
Total do Ativo	93.944	109.066

Balanco Patrimonial - Passivos (R\$ mil)

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Cessão de créditos imobiliários	-	626
Provisões tributárias	159	164
Impostos com recolhimentos diferidos	17,2	268
Contas a pagar - terceiros	10,1	147
Valores a pagar - Partes relacionadas	6	30
Redução de capital	3	3
Passivos de arrendamento	10,2	168
Obrigação por aquisição de imóveis	-	4
Outros passivos	-	231
	749	344
Não circulante		
Mútuos a pagar	6.452	3.754
Passivos contingentes	11	23
Impostos com recolhimentos diferidos	17,2	200
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-
Contas a pagar - Terceiros	10,1	2.800
Passivos de arrendamento	10,2	190
Outros passivos	-	1.659
	9.465	8.413
Patrimônio líquido	12	12
Capital social	122.649	122.649
Outros resultados abrangentes	27	27
Prejuízos acumulados	(42.600)	(29.941)
Patrimônio líquido atribuído à controladora	80.076	92.735
	(16)	168
	80.076	92.735
Total do passivo e patrimônio líquido	90.290	101.492

Demonstração das Mudanças do Patrimônio Líquido para os Exercícios Ffindos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021		
Prejuízo no exercício	19	-
Participação de não controladores	19	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	122.649	27
Prejuízo no exercício	19	-
Participação de não controladores	19	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	122.649	27

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Ffindos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(12.659)	(7.507)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	9	257
Depreciações e amortizações (inclusive stands)	214	749
Provisão/reversão para perda esperada para risco de crédito	4	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	214
Impostos diferidos	17,2	(21)
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	10,2 e 15	(343)
Perdas por desvalorização de ativos (<i>impairment</i>)	(3.265)	(4.200)
Provisões operacionais	11	200
Provisões para contingências	10	(1.827)
Ajuste a valor presente	(177)	(17)
(Ganhos)/perdas na alienação de investimentos	16	(598)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:		
Clientes por incorporação e venda de imóveis	4	-
Contas a receber de terceiros	87	288
Imóveis a comercializar	6.370	(240)
Adiantamentos	(5)	7
Depósitos Judiciais	(5)	1.978
Impostos e contribuições a compensar	36	864
Outros ativos	7	155
Aumento / (Redução) nos passivos operacionais:		
Contas a pagar - terceiros	20	272
Provisões tributárias	10,1	(3)
Adiantamentos de clientes	(1.660)	435
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(44)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(9.392)	(5.316)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023

1. **Contexto operacional:** A Fica Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Fica ou Companhia"), com sede na Av. Santo Amaro, 48, conj. 62 - Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, CEP 04.506-000, foi constituída em 10 de janeiro de 2006 e iniciou sua operação em 23 de janeiro de 2006, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão com o código de negociação CRDE3. A alteração da razão social está alinhada com as perspectivas e a aquisição da nova gestão, iniciada em 2021. A Companhia e suas controladas têm como objeto social a propostiva de imóveis de qualquer natureza para venda, desenvolvimento, investimento e incorporação de empreendimentos imobiliários, com construção e venda das unidades, realizadas por meio de terceiros, podendo, ainda, participar em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quitista ou consorciada. 1.1 **Continuidade das atividades operacionais:** Não houve lançamentos de imóveis residenciais e comerciais no exercício de 2023. Apesar dos prejuízos recorrentes, a Companhia mantém um nível de caixa suficiente para custear suas atividades operacionais. Em relação aos novos empreendimentos, a companhia está trabalhando no desenho de estruturas de captação para custear esses investimentos em sua fase inicial, até que o fluxo de caixa dos próprios empreendimentos sejam suficientes para arcar com os

custos de desenvolvimento. Em 2024, a Companhia retomará com as suas atividades com o lançamento de um novo empreendimento. 1.2 **Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela administração da Companhia em 01 de abril de 2024. 2. **Políticas contábeis:** 2.1 **Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado. As demonstrações financeiras individuais "Controladora" estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCVP 07, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações finan-

Balanco Patrimonial - Passivos (R\$ mil)

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante		
Cessão de créditos imobiliários	626	8
Provisões tributárias	162	164
Impostos com recolhimentos diferidos	268	51
Contas a pagar - terceiros	1.307	1.547
Valores a pagar - partes relacionadas	24	-
Redução de capital	-	28
Passivos de Arrendamento	168	-
Obrigação por aquisição de imóveis	4	-
Outros passivos	231	-
	2.790	2.347
Não Circulante		
Mútuos a pagar	-	-
Passivos contingentes	7.088	8.915
Impostos com recolhimentos diferidos	-	254
Adiantamentos para futuro aumento de capital	1.016	1.016
Contas a pagar - terceiros	2.800	3.631
Passivos de Arrendamento	190	-
Outros passivos	-	-
	11.094	13.816
Patrimônio Líquido		
Capital social	122.649	122.649
Outros resultados abrangentes	27	27
Prejuízos acumulados	(42.600)	(29.941)
Patrimônio líquido atribuído à controladora	80.076	92.735
	(16)	168
	80.060	92.903
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	93.944	109.066

Demonstrações do Fluxo de Caixa (R\$ mil)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(12.845)	(7.305)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações (inclusive stands)	267	55
Provisão/reversão para perda esperada para risco de crédito	(1.265)	(146)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Impostos diferidos	10	26
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	10,2 e 15	(343)
Perdas por desvalorização de ativos (<i>impairment</i>)	(4.200)	(6)
Provisões operacionais	11	200
Provisões para contingências	10	(1.827)
Ajuste a valor presente	(177)	(17)
(Ganhos)/perdas na alienação de investimentos	16	(598)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:		
Clientes por incorporação e venda de imóveis	4	-
Contas a receber de terceiros	87	288
Imóveis a comercializar	6.370	(240)
Adiantamentos	(5)	7
Depósitos Judiciais	(5)	1.978
Impostos e contribuições a compensar	36	864
Outros ativos	7	155
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:		
Contas a pagar - terceiros	20	272
Contas a pagar - terceiros	10,1	(3)
Provis		

-★ continuação									
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Fica Empreendimentos Imobiliários S.A. para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023									
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
contratos de locação dos imóveis. Movimentação no consolidado relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2023:									
		Controladora		Consolidado					
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022
		Saldo em 31/12/2022	Adições (Baixas) amortização	Depreciação e amortização	Saldo em 31/12/2023				
Consolidado									
Imobilizado									
Imobilizado de uso									
Benefícios e sistema de segurança									
Móveis e equipamentos de uso									
Equipamentos de informática									
Estande de Vendas									
Ativo de direito de uso									
Imóveis									
Imóveis (Custos iniciais)									
Intangível									
Intangível - Softwares									
Total									
Movimentação no consolidado relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2022:									
		Controladora		Consolidado					
		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022				
		Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação e amortização	Saldo em 31/12/2022				
Consolidado									
Imobilizado									
Imobilizado de uso									
Benefícios e sistema de segurança									
Móveis e equipamentos de uso									
Sistema de processamento de dados									
Stand de vendas									
Intangível									
Intangível - Softwares									
Total									
A Companhia e suas controladas avaliaram a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes a serem reconhecidos em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.									
10. Contas a pagar e Passivos de arrendamento: 10.1 Contas a pagar - terceiros: É composto como segue:									
		Controladora		Consolidado					
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022				
Taxa de Decoração									
Distritos a pagar (b)									
Outras despesas administrativas a pagar									
Provisão para garantia (vide Nota 13)									
Valor a pagar por aquisição de bens e direitos (a)									
Outras contas a pagar - fornecedores de materiais e serviços									
Total									
Circulante									
Não circulante									
(a) Valor a pagar pela aquisição de participação societária da SPE 34 e SPE 35 (Nota 6). Na permuta da SPE 34 serão entregues 12 unidades até 30 de outubro de 2025 e na SPE 35 são 13 unidades até 30 de dezembro de 2024. (b) Distritos referentes ao empreendimento Link a serem pagos que estão em negociação/discussão judicial. 10.2 Passivos de arrendamento: As obrigações de arrendamento e as parcelas a vencer dos contratos elegíveis a NBC TG 06/R3 (IFRS 16) estão compostas da seguinte forma:									
		Controladora		Consolidado					
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022				
Obrigações de Arrendamento									
Contratos de locação - Imóveis									
AVP contratos de locação a pagar									
Total									
Circulante									
Não circulante									
Em 2023 foi celebrado contrato de locação de dois imóveis, do qual foi avaliada a taxa de desconto de 4,75% ao mês. Um imóvel em São Paulo para a nova sede da Companhia e o outro no Rio de Janeiro para uma Filial. A duração destes contratos é até 28 de fevereiro de 2026 para a sede de São Paulo e 17 de março de 2026 para a filial do Rio de Janeiro. O cronograma de pagamentos das Obrigações de arrendamento está apresentado a seguir:									
		Controladora		Consolidado					
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022				
Até 30 dias									
Entre 31 a 90 dias									
Entre 91 a 365 dias									
Entre 01 e 02 anos									
Entre 02 e 04 anos									
Total									
A movimentação do passivo de arrendamento é a seguinte:									
		Controladora		Consolidado					
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022				
Saldos em 31 de dezembro de 2022:									
Adições/(Reversões) de arrendamento									
Pagamentos efetuados									
Juros reconhecidos no resultado do exercício									
Saldos em 31 de dezembro de 2023:									
11. Provisão para riscos processuais (Consolidado): A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável. As contingências classificadas como perda provável bem como os depósitos judiciais a elas vinculados, estão apresentadas como segue:									
		Depósitos Judiciais		Contingências					
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022				
Causas cíveis (b)									
Causas trabalhistas									
Causas tributárias (a)									
Total									
(a) Trata-se de mandado de segurança interposto em face de ato da Receita Federal que limitou a aplicação da alíquota de 1% do Regime Especial de Tributação (RET), prevista no artigo 4º, parágrafo 6º da Lei nº 10.931/04, para empreendimentos residenciais cujos imóveis, em sua totalidade, não ultrapassem o valor de R\$ 100 mil e sejam comercializados no âmbito do Programa "Minha Casa, Minha Vida", não admitindo a aplicação da referida alíquota para unidades que atendam a esses requisitos, mas façam parte de empreendimentos em que coexistam com imóveis de valor superior ao referido, ou, ainda, cuja aquisição tenha sido dada fora do programa de financiamento em questão, cuja tributação seria então realizada à alíquota de 4%. A fim de obter a suspensão da exigibilidade dos tributos, já concedida liminarmente, a Companhia vem realizando, mensalmente, o depósito judicial da diferença de valores entre as alíquotas (1% e 4%). O valor total depositado é de R\$ 3.917 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Além disso, a Companhia interpôs outro mandado de segurança, para discutir a validade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27.11.1998, que determinou a incidência do PIS e da COFINS sobre as outras receitas que não aquelas decorrentes exclusivamente de venda de mercadorias e prestação de serviços a partir de novembro de 2000, buscando afastar a incidência do PIS e da COFINS sobre as outras receitas brutas que não as referentes exclusivamente às vendas de mercadorias e serviços. Referente a esse processo, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 depósitos judiciais no valor de R\$ 236. (b) A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias e aspectos cíveis, sendo essas decorrentes basicamente de atrasos nas obras. Devido ao extenso período de tramitação das contingências judiciais cíveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a baixa de depósitos judiciais no valor de R\$ 2.460, sendo R\$ 1.080 baixados contra a provisão já existente e R\$ 1.380 aumentando a provisão para perda. Esses depósitos são referentes a causas judiciais com estimativa de perda possível e provável perda. Os desembolsos financeiros ou compensações com depósitos judiciais já efetuados referentes a ações judiciais, estão previstos como segue:									
		Consolidado		Consolidado					
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022				
Até 2024									
Após 2024									
Total									
As contingências classificadas como perda possível estão apresentadas como segue:									
Diretoria									
Matheus Rezende Gomes Deotti - Diretor									

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Fica Empreendimentos Imobiliários S.A. - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fica Empreendimentos Imobiliários S.A. "Companhia", identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reconhecimento de receita:** Conforme descrito na Nota Explicativa 2.4, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, sobre a aplicação do NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com o todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. A seguir, descrevemos os principais assuntos de auditoria: **Redução ao valor recuperável dos estoques - Imóveis a comercializar (Nota Explicativa 6)** **Motivo porque é um PAA** **Como a auditoria endereçou esse assunto** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para as análises de margem dos empreendimentos e do valor realizável dos imóveis a comercializar; (ii) para os terrenos, utilizamos as habilidades de projetos já lançados ou planejados, levantando em consideração estudos de viabilidade de projetos já lançados ou planejados, cotações de mercado, proposta de partes não relacionadas para compra de terrenos, dentre outras premissas.

Motivo porque é um PAA **Como a auditoria endereçou esse assunto** Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia às demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre o tema abordado. Baseado no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre a análise do valor realizável líquido dos imóveis a comercializar, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de março de 2023, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos e procedimentos relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção rele-

vanse, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumpriamos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1 de abril de 2024

mazars

Mazars Auditores Independentes
CRC nº 2SP023701/O-8

Rodrigo de Almeida Albuquerque
CRC CE019775/O-9 T-RJ

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

ENTIDADE SOCIAL TODO MUNDO FELIZ											
Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 - Em reais, exceto quando indicado de outra forma											
Balço Patrimonial			Balço Patrimonial			Demonstração do Resultado			Demonstração do Fluxo de Caixa		
Nota	2023	2022	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022
Balço Patrimonial			Balço Patrimonial			Demonstração do Resultado			Demonstração do Fluxo de Caixa		
Ativo/Circulante	1.116.758,26	1.186.513,99	Passivo/Circulante	806.161,51	835.235,23	Receita Bruta	1.029.293,55	755.345,51	Recurso Próprio	1.854.031,58	1.787.786,31
Caixa e Equiv. de Caixa	4	376.661,79	377.534,84	Fornecedores	6	1.671,42	4.866,66	Subvenções e parcerias	13a	-	755.345,51
Subvenção a receber		693.000,00	764.400,00	Obrigações Trabalhistas	7	3.000,00	180,00	Doações e benefícios	13b	750.762,09	981.000,00
Ajuda-moradia de Ordenados		44.375,87	42.023,44	Obrigações Tributárias	8	1.542,00	1.371,00	Outras Receitas	13c	4.709,27	509.521,36
Despesas Antecipadas		2.720,60	2.555,71	Contas a Pagar	9	57.583,79	107.300,00	Serviços Voluntários Obtidos	15	191.221,52	112.104,12
Não Circulante	438.887,68	461.468,53	Provisões	10	57.583,79	-	Despesas Operacionais	14	(1.070.440,74)	(755.314,28)	(125.042,87)
Imobilizado	5	438.887,68	461.468,53	Recurso Público e Parcerias	11	742.364,30	828.089,83	Despesas com Pessoal	14	(242.970,63)	(80.783,41)
Total do Ativo	1.555.645,94	1.647.982,52	Patrimônio Líquido	749.484,83	812.747,29	Despesas Institucionais	14	(174.147,08)	(570,40)	(174.177,48)	(16.600,45)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			Patrimônio Líquido			Despesa - Serviços Voluntários Obtidos			Depreciação		
Patrimônio Social	44.118,26	44.118,26	Supervit (Déficit) Exercício	(63.262,86)	243.324,55	Supervit (Déficit) Exercício	(63.262,86)	243.324,55	Supervit (Déficit) Exercício	(63.262,86)	243.324,55
Supervit em 2022	-	243.324,55	243.324,55	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	613.541,00	(44.118,26)	569.422,74	613.541,00	(44.118,26)	569.422,74	613.541,00	(44.118,26)	569.422,74	613.541,00	(44.118,26)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	569.422,74	243.324,55	812.747,29	569.422,74	243.324,55	812.747,29	569.422,74	243.324,55	812.747,29	569.422,74	243.324,55

Arcos Saneamento e Participações S.A.											
CNPJ nº 29.291.541/0001-96											
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)											
Balços patrimoniais			Balços patrimoniais			Balços patrimoniais			Demonstrações dos fluxos de caixa		
Nota	2023	2022	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022
Balços patrimoniais			Balços patrimoniais			Balços patrimoniais			Demonstrações dos fluxos de caixa		
Ativos	2023	2022	Ativos	2023	2022	Ativos	2023	2022	Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	10	138.996	77.136	138.996	Fornecedores e empreiteiros	14	-	Resultado antes dos tributos	65.179	64.880
Aplicações Financeiras	6	15.963	-	4.753.600	1.901.775	Emprestimos, financiamentos e debêntures	15	37.318	Ajustes para:	-	-
Contas a receber de clientes	8	-	1.848.528	1.038.364	1.848.528	Obrigações trabalhistas e sociais	16	15	Amortização e depreciação	22	13
Ativos financeiros contratuais	9	-	333.560	81.012	333.560	Obrigações fiscais	10	1	Reversões de provisão para contingências	18 e 22	-
Estoques	-	-	179.139	33.520	179.139	Dividendos a pagar	25 a	2.510	Reversões de perdas de crédito	-	-
Tributos a recuperar	-	316	195.376	151.300	195.376	Imposto de renda e contribuição social	26	-	esperadas sobre contas a receber	8 e 22	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10	-	-	147.486	-	Instrumentos financeiros derivativos	26	-	Baixa de títulos do contrato	8 e 22	-
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	71.530	1.806	71.530	Parcelamentos de tributos	-	-	Baixa de títulos do contrato a receber	8 e 22	-
Outros créditos	-	-	322.168	91.216	322.168	Outros tributos diferidos	-	-	Baixa do ativo do contrato	12	-
Total do ativo circulante	15.973	326	7.842.987	3.523.615	7.842.987	Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	17	251	Reversão de provisões para benefício pós-emprego	23	-
Ativos não circulantes	7	-	172.789	113.178	172.789	Provisão para Subvenção	-	-	Resultado na baixa de intangível e imobilizado	11	7.774
Contas a receber de clientes	8	-	491.522	446.174	491.522	Total do passivo circulante	14	39.853	Resultado de equivalência patrimonial	11	(87.334)
Ativos financeiros contratuais	9	-	512.043	507.032	512.043	Fornecedores e empreiteiros	14	65.615	Recarga de dividendos	23	-
Tributos a recuperar	2	2.736	170.105	157.934	170.105	Emprestimos, financiamentos e debêntures	15	151.601	Rendimento sobre aplicações	24	1.241
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10	-	835.226	-	835.226	Parcelamentos de tributos	15	1.614	financeiras e debêntures privadas	24	1.241
Ativo fiscal diferido	25 b	-	709.390	42.587	709.390	Provisões	18	-	(Instituto) Perdas líquidas com	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	541.514	25.104	541.514	Passivo fiscal diferido	25 b	-	ganhos financeiros derivativos	24	-
Depósitos judiciais	18	-	480.964	55.328	480.964	Instrumentos financeiros derivativos	26	-	encargos sobre empréstimos, financiamentos e	-	-
Títulos e valores mobiliários	11	-	6.533.143	5.293.435	6.533.143	Provisão de Benefício Pós-Emprego	19	-	debêntures	15 e 24	22.006
Partes Relacionadas	-	-	172.789	113.178	172.789	Outros tributos diferidos	16	-	amortização do custo de captação	15	291
Outros créditos	-	-	220.119	38.738	220.119	Contas a pagar partes relacionadas	17	75.174	Variação cambial líquida	24	-
Total do realizável a longo prazo	11	1.371.386	1.171.688	676.583	827.857	Outras contas a pagar	17	-	Valor justo líquido da dívida por meio do resultado	24	-
Investimentos	11	84	763.578	412.255	763.578	Total do passivo não circulante	20	226.775	Ajuste a valor presente de clientes de clientes	8 e 24	-
Imobilizado	12	-	3.010.743	602.199	3.010.743	Total do passivo	20	266.628	Ajuste a valor presente de clientes sobre ativos financeiros	24	-
Ativo de contrato da concessão	12	-	11.264.792	5.298.651	11.264.792	Patrimônio líquido	20	1.390.179	Atualização monetária de provisão para contingências	18	-
Intangível	13	-	1.390.179	1.193.562	1.390.179	Capital social	-	-	Atualização de outras contas a pagar	-	-
Total do ativo não circulante	1.374.206	1.193.236	26.382.510	13.821.700	1.390.179	Reservas de lucros	-	-	Bônus para diretoria	-	-
Total do ativo	1.390.179	1.193.562	34.225.397	17.345.315	1.390.179	Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	Variáveis nos ativos e passivos	1.396	(944)
Demonstrações de resultados			Demonstrações de resultados			Demonstrações de resultados			Demonstrações de resultados		
Receita operacional líquida	2023	2022	Receita operacional líquida	2023	2022	Receita operacional líquida	2023	2022	Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Custos dos serviços prestados	22	-	8.522.968	4.634.045	8.522.968	Ajuste de conversão de balanço	-	-	Resultado antes dos tributos	65.179	64.880
Lucro bruto	22	-	(4.445.058)	(2.269.087)	(4.445.058)	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	1.123.551	804.310	Ajustes para:	-	-
Despesas administrativas e gerais	22	(1.030)	(944)	(955.688)	(687.678)	Participação de não controladores	1.123.551	804.310	Ativos financeiros contratuais	-	-
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	22	-	(23.358)	(14.064)	(23.358)	Total do patrimônio líquido	1.123.551	804.310	Estoques	-	-
Outras receitas operacionais	23	-	401.672	102.094	401.672	Total do passivo e patrimônio líquido	1.390.179	1.193.562	Tributos a recuperar	(104)	-
Outras despesas operacionais	23	-	(8.185)	(3.440)	(8.185)	Demonstrações de resultados abrangentes	2023	2022	Depósitos judiciais	(104)	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	87.334	86.663	256.934	240.065	Lucro líquido do exercício	2023	2022	Outros créditos	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	24	86.304	85.719	3.789.283	2.001.935	Lucro justo de derivativos	26	73.251	Fornecedores e empreiteiros	(2)	(14)
Recargas financeiras	24	11.684	(20.839)	(3.434.811)	(2.802.137)	IRCS diferidos sobre valor justo de derivativos	26	(229)	Obrigações trabalhistas e sociais	1	(164.084)
Despesas financeiras	24	(22.309)	(20.839)	(1.916.124)	(1.332.014)	IRCS justo de títulos e valores mobiliários	11 j	19.205	Obrigações fiscais	9	45.229
Resultado financeiro	24	(21.125)	(20.839)	(1.916.124)	(1.332.014)	IRCS valor justo de títulos e valores mobiliários	20 e	(8.162)	Parcelamentos de tributos	1	(442)
Resultado antes dos tributos	25 a	65.179	64.880	1.873.159	669.921	Realização da reserva de reavaliação	20 e	-	Pagamentos de demandas judiciais	18	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	25 a	-	-	(724.435)	(321.535)	Perdas atuais líquidas de tributos diferidos - Fundação Corsan	20 e	-	Outros tributos diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	(52.438)	-	Perdas atuais líquidas de tributos diferidos - Fundação Corsan	20 e	-	Outras contas a pagar	15	(60.378)
Lucro líquido do exercício	65.179	64.880	1.148.724	295.948	65.179	Ajuste de conversão de balanço	-	-	Juros pagos	15	(7.320)
Resultado atribuído para:	65.179	64.880	65.179	64.880	65.179	Resultado abrangente total	149.244	(70.492)	Imposto de renda e contribuição social pagos	25 a	-
Acionistas controladores	-	-	-	-	-	Resultado abrangente atribuível aos:	2023	2022	Fluxo de caixa líquido (usado nas)	(6.020)	(2.740)
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	Acionistas controladores	149.244	(70.492)	proveniente das atividades operacionais	(6.020)	(2.740)
Lucro líquido do exercício	65.179	64.880	1.148.724	295.948	65.179	Acionistas não controladores	-	-	Aplicações financeiras e debêntures privadas, líquidas	(16.745)	-
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			Demonstrações das mutações do patrimônio líquido		
Reserva de lucros	2023	2022	Reserva de lucros	2023	2022	Reserva de lucros	2023	2022	Fluxos de caixa das atividades de investimento	2023	2022
Capital social	1	-	1.148.724	295.948	1.148.724	Ajuste de conversão de balanço	-	-	Juros recebidos de aplicações	858	195.464
Reserva legal	2	-	-	-	-	Ajuste de conversão de balanço	-	-	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	68.931	23.211
Reserva estatutária	3	-	-	-	-	Ajuste de conversão de balanço	-	-	Aporte de capital em controladas	11 g	-
Reserva para distribuição	4	-	-	-	-	Ajuste de conversão de balanço	-	-	Aporte de capital em coligadas	11 g	-
Reserva para aquisição de ações	5	-	-	-	-	Ajuste de conversão de balanço	-	-	Reserva de incentivo fiscal	-	241
Reserva para aquisição de ações	6	-	-	-	-	Ajuste de conversão de balanço	-	-	Aquisição do ativo financeiro	-	(13.964)
Reserva para aquisição de ações	7	-	-	-	-	Ajuste de conversão de balanço	-	-	Aquisição de controlada CORSAN, líquido do caixa obtido na aquisição	-	-
Reserva para aquisição de ações	8	-	-	-	-	Ajuste de conversão de balanço	-	-	Aquisição de imobilizado	(97)	-
Reserva para aquisição de ações	9	-	-	-	-	Ajuste de conversão de balanço	-	-	Aquisição de ativo de contrato da concessão	12	-
Reserva para aquisição de ações	10	-	-	-	-	Ajuste de conversão de balanço	-	-	Aquisição de intangível	-	-
Reserva para aquisição de ações	11	-	-	-	-	Ajuste de conversão de balanço	-	-	Fluxo de caixa líquido (usado nas)	(57.306)	23.211
Reserva para aquisição de ações	12	-	-	-	-	Ajuste de conversão de balanço	-	-	proveniente das atividades de investimento	(57.306)	23.211
Reserva para aquisição de ações	13	-	-	-	-	Ajuste de conversão de balanço	-	-	Emprestimos, financiamentos e debêntures captadas	15	65.000
Reserva para aquisição de ações	14	-	-	-	-	Ajuste de conversão de balanço	-	-	Custo na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	15	-
Reserva para aquisição de ações	15	-	-	-	-</						

Gran Coffee Comércio, Locação e Serviços S.A.

Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
Balancos patrimoniais		Balancos patrimoniais		Demonstrações dos fluxos de caixa	
Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	84.340	9.983	Empréstimos e financiamentos	40.874	86.399
Contas a receber de clientes	48.586	46.702	Instrumento financeiro derivativo passivo	-	800
Estoques	16.332	14.652	Fornecedores	24.122	16.073
Tributos a recuperar	5.151	8.921	Salários e encargos sociais	19.284	17.749
Imposto de renda e contribuição social a compensar	303	874	Tributos a recolher	1.757	2.169
Outras contas a receber	26.457	24.375	Contas a pagar pela aquisição de incorporadas	4.606	6.568
Total do ativo circulante	181.169	105.607	Outras contas a pagar	302	568
Impostos diferidos ativos	36.232	26.447	Total do passivo circulante	94.996	134.669
Imobilizado	95.164	84.307	Não circulante		
Intangível	126.097	130.295	Empréstimos e financiamentos	257.348	144.826
Total do ativo não circulante	257.493	244.947	Passivos de arrendamentos	1.897	2.391
Total do ativo	438.662	346.656	Salários e encargos sociais	11.242	3.734
			Tributos a recolher	639	206
			Provisão para perdas com processos judiciais	454	436
			Contas a pagar pela aquisição de incorporadas	4.606	8.344
			Total do passivo não circulante	276.186	159.937
			Total do passivo	370.682	294.606
			Patrimônio líquido		
			Capital social	130.629	90.629
			Reservas de lucro	7.535	7.535
			Prejuízo acumulado	(76.048)	(51.978)
			Reserva de capital	5.864	5.864
			Total do patrimônio líquido	67.980	52.950
			Total do passivo e do patrimônio líquido	438.662	346.656
			Demonstrações de resultados abrangentes		
			2023	2022	
			Prejuízo líquido do exercício	(24.070)	(21.322)
			Total do resultado abrangente do exercício	(24.070)	(21.322)
			Demonstrações das mutações do patrimônio líquido		
			Capital social		
			Reserva de capital de Lucros		
			Reserva de Retenção		
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Reserva de capital de Lucros		
			Reserva de Retenção		
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.629	5.864
			Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.629	5.864
			Prejuízos acumulados		
			Total do patrimônio líquido		
			Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.629	5.864

FICA Empreendimentos Imobiliários S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 07.820.907/0001-46 - NIRE 35300061861

Comunicamos que no dia 1º de abril serão colocados à disposição dos Srs. Acionistas da FICA Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), na sede da Companhia e nos websites da Companhia (fica.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (www.cvm.gov.br), e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (ii) a cópia das demonstrações financeiras; e (iii) o parecer dos auditores independentes. Na mesma data serão disponibilizados, nos websites acima indicados, os documentos e informações a que se referem os artigos 10, 11 e 13 da Resolução CVM nº 81/2022, para fins da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2024. Informa-se, por fim, que o edital de convocação da AGOVE teve nesta data sua 1ª publicação no Jornal Diário Comercial e as demonstrações financeiras, além das publicações relatadas acima, serão publicadas no mesmo Jornal Diário Comercial a partir de 02 de abril de 2024, não tendo sido possível sua publicação em data anterior por problemas técnicos. São Paulo, 29 de março de 2024. **Matheus Rezende Gomes Deotti** - Diretor Presidente e de Relações com Investidores.

FICA Empreendimentos Imobiliários S/A
Companhia Aberta - CNPJ nº 07.820.907/0001-46 - NIRE nº 35300061861

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação
Convocamos os acionistas da FICA Empreendimentos Imobiliários S.A., Companhia Aberta com sede na Av. Santo Amaro, nº 48, conjunto 62, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP (CEP 04.506-000 "Cia."), a ser reunirem, em primeira convocação, no dia **30 de abril de 2024, às 10h00**, em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81"), por meio da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do Dia ("Ordem do Dia"): **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (I) Deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) Deliberar sobre a fixação do número de membros do Conselho de Administração; (iii) Deliberar sobre a eleição e/ou recondução dos membros que comporão o Conselho de Administração, com mandato até à AGO que examinar e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31/12/2023; (iv) Deliberar sobre a remuneração global dos administradores para o exercício de 2024. **Informações Gerais:** A documentação a ser disponibilizada aos acionistas: Conforme a Lei nº 6.404/1976 ("LSA") e a RCVM 81, a Companhia informa que serão disponibilizados aos acionistas da Cia. no dia 1º de abril de 2024, na sede, no seu portal de Relações com Investidores (www.fica.com.br), bem como nos sites da CVM e da B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, os documentos previstos na RCVM 81 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na AGO. **B. Habilitação e Acesso à Vídeoconferência:** A AGO ocorrerá exclusivamente por meio da Plataforma Digital. Para participar, o acionista deverá enviar, para ri@fica.net.br, em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGO, os seguintes documentos: (f) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do art. 126 da LSA, e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (ii) cópia simples ou digitalização da via original do documento de identificação do acionista, observados os documentos abaixo elencados que serão aceitos pela Cia. para fins de identificação; **Para pessoas físicas:** Identidade com foto do acionista e, se for o caso, identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração. **Para pessoas jurídicas:** estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e identidade com foto do representante legal. **Para fundos de investimento:** último regulamento consolidado do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; documento de identidade com foto do representante legal. (iii) aos acionistas que forem representados por meio de procuração com firma reconhecida em cartório, deverá ser enviado o instrumento de mandato outorgado há menos de um ano. (iv) nome, CPF e endereço eletrônico por o qual deverá ser enviado o link de acesso à AGO. Uma vez recebida e verificada a documentação fornecida, a Cia. enviará ao acionista os dados para participação na AGO por meio da Plataforma Digital. O acionista poderá exercer o seu direito de voto e será considerado presente e assinante da ata, na forma do art. 47, §1º da RCVM 81. Caso o acionista não receba o link de acesso com até vinte e quatro horas de antecedência da realização da AGO, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Cia., para que seja prestado o suporte remoto. A partir do credenciamento, o participante se compromete a (f) utilizar o link individual única e exclusivamente para participação na AGO, (ii) não transferir ou divulgar o link individual a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o referido link intransferível, e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da AGO. Para participar da AGO, o acionista precisará ter instalado em seu dispositivo eletrônico a plataforma Microsoft Teams, cujo download poderá ser realizado pelo link <https://www.microsoft.com/pt-br/office365/microsoft-team/download.asp>. Todo acionista, representante ou procurador poderá passar por uma verificação visual a fim de confirmar a identidade do participante e regularidade de sua participação. Nesta verificação poderá ser solicitada a exposição do documento de identificação do participante na câmera de seu dispositivo, de modo que a foto e todas as informações do referido documento estejam visíveis e legíveis. Poderá ser exigido que o participante mantenha a câmera de seu dispositivo ligada ao longo de toda a AGO, devendo estar posicionado em frente à câmera, de forma a permanecer visível durante toda a Assembleia. O participante que desligar a câmera ou se ausentar da frente dela poderá ser notificado para que retorne ou retome o dispositivo. Em caso de não atendimento à solicitação, o participante poderá ser retirado da vídeoconferência. Como forma de otimizar a interação dos presentes, o áudio dos participantes por meio de vídeoconferência ficará automaticamente silenciado. Os participantes poderão manifestar-se por mensagens, a qualquer momento ou áudio, mediante solicitação por mensagem para a liberação oportuna de seu áudio. Além disso, informamos que a AGO será gravada, nos termos do art. 28, §1º, inciso II da RCVM 81 e que a Cia. não se responsabiliza por problemas de conexão que os participantes credenciados possam enfrentar ou outras situações que não estejam sob o controle da Cia., tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade da plataforma Microsoft Teams com o equipamento do participante. Dúvidas sobre o acesso poderão ser sanadas com antecedência através do e-mail ri@fica.net.br. **C. Adoção de Voto Múltiplo:** Eventual requerimento para adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração deverá ser formulado por escrito com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data designada para a realização da AGO, nos termos do §1º do art. 141 da LSA. Para os efeitos do que dispõem o art. 141 da LSA e a RCVM 70, de 22/03/2022, bem como o art. 5º, I, da RCVM 81, o percentual mínimo do capital social votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de cinco por cento. **D. Boletim de Voto a Distância:** Os acionistas que optarem por participar da AGO por meio do exercício do direito do voto via boletim de voto a distância deverão (i) transmitir as instruções de preenchimento do boletim aos seus agentes de custódia ou ao escriturador (para tanto os acionistas deverão entrar em contato diretamente com o escriturador ou com os respectivos agentes de custódia); ou (ii) enviar o boletim diretamente à Cia., conforme previsto abaixo, e desde que devidamente preenchido, rubricado, assinado e acompanhado da documentação indicada no Manual de Participação da AGO. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o boletim de voto a distância deverá ser recebido até, no máximo, sete dias antes da data de realização da AGO. **Ações recebidas após esta data serão desconsideradas.** Caso o acionista opte por enviar o boletim de voto à distância diretamente à Cia., deverá encaminhar os seguintes documentos aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, preferencialmente por meio do e-mail ri@fica.net.br, com solicitação de confirmação de recebimento, no mesmo prazo acima informado, dos documentos abaixo: i) via física original ou digitalização da via original do boletim de voto a distância repleto à AGO devidamente preenchido, rubricado e assinado; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do art. 126 da LSA, e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (iii) cópia simples ou digitalização da via original do documento de identificação do acionista, observados os documentos abaixo elencados que serão aceitos pela Companhia para fins de identificação do acionista: **Para pessoas físicas:** Identidade com foto do acionista e, se for o caso, identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração. **Para pessoas jurídicas:** estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e documento de identidade com foto do representante legal. **Para fundos de investimento:** último regulamento consolidado do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; documento de identidade com foto do representante legal. Em caso de envio de documentos via correio, tal documentação deve ser direcionada à Filial da Cia., na Avenida Afonso Arinos de Melo Franco, nº 222/01, sala 1511, Barra da Tijuca, CEP 22.631-455, Rio de Janeiro/RJ, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores. São Paulo, 29 de março de 2024. **Alexandre Pereira Coelho** - Presidente do Conselho de Administração.

Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A.
CNPJ/MF nº 30.507.541/0001-71 - NIRE 35.300.574.095

Edital de Convocação
Pelo presente Edital de Convocação, o Sr. Maurício Cavaglia, Diretor Presidente da Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.507.541/0001-71, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.574.095 ("Companhia"), nos termos do Artigo 124, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), convoca todos os acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Companhia, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, sala 402, Torre 2, Condomínio West Towers, Alphaville, CEP 06654-000, no próximo dia **11 de abril de 2024, às 10h00**, em 1ª chamada, e às **11h30**, em 2ª chamada, no mesmo dia e endereço, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) congnisar a atualização da qualificação da Diretoria Jurídica, **Kamila Aparecida Palva de Menezes Whelehan**, em vista da mudança do seu estado civil e nome; (ii) alteração na forma de administração da Companhia; (iii) em se aprovando o item "ii" anterior, nomeação e eleição do Sr. **Fernando Luis Portela de Oliveira** ao cargo de Diretor Financeiro; (iv) em se aprovando o item "iii" acima, alteração do Artigo 11 do Capítulo IV do Estatuto Social da Companhia; e (v) aprovação e consolidação do Estatuto Social da Companhia. Barueri - SP, 03 de abril de 2024. **Maurício Cavaglia** - Diretor Presidente.

ABECAM - Associação Brasileira das Empresas de Conservação Ambiental
C.N.P.J nº 61.595.882/0001-16

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCACAO
Pelo presente edital, ficam convocados os associados desta associação para a Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 15 de abril de 2024, especificamente para essa AGE na sede social do SEAC-SP situada à Avenida República do Brasil, 12004 - Jd. Paulista - São Paulo - SP. 1ª Convocação às 17:30 (dezenesse e trinta) e 2ª Convocação às 18:00 (dezoito horas). A assunto: Alteração do Estatuto Social do novo endereço da ABECAM - Associação Brasileira das Empresas de Conservação Ambiental. B) Assuntos Gerais. São Paulo, 03 abril de 2024. **Rui Monteiro Marques** - Presidente

INFRACOMMERCE CXAAS S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 38.456.921/0001-36 - NIRE 35.300.577.361

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação
Ficam os Senhores Acionistas da Infracommerce CXAAS S.A. ("Companhia") convocados, na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") que será realizada às 13h do dia 30 de abril de 2024, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, inciso III e §2º, inciso I, e artigo 28, §2º, inciso II, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital"). A fim de apreciar e deliberarem sobre os itens da Ordem do Dia descritos neste Edital. **1. Ordem do Dia:** A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório anual da administração, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria da Companhia; (ii) ratificar a eleição de 2 (dois) membros do Conselho de Administração da Companhia; (iii) eleger 1 (um) membro titular do Conselho de Administração da Companhia; (iv) eleger 1 (um) membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (v) indicar o membro do Conselho de Administração que ocupará a posição de Presidente do Conselho de Administração. B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) alterar o caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia, para atualizar o valor do capital social em razão dos aumentos anteriormente aprovados. Conforme disposto no artigo 125 da Lei das S.A., a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem 1/4 (um quarto), no mínimo, do capital social com direito a voto da Companhia, com exceção do item da Ordem do Dia em sede de assembleia geral extraordinária, que, nos termos do artigo 135 da Lei das S.A., dependerá do comparecimento hábil de acionistas e/ou seus representantes legais, detentores de 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital social com direito a voto da Companhia. Caso não se atinja algum dos referidos quóruns de instalação para a deliberação das respectivas matérias acima, proceder-se-á à instalação da Assembleia apenas com relação às matérias para as quais se verificou o quórum de instalação e proceder-se-á à nova convocação, por meio da publicação de novo Edital de Convocação, para a matéria cujo quórum não tiver sido atingido, arquivando a nova data para realização da Assembleia para o referido Acionista, administrado ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil; (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil, e (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil. A participação do acionista será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos descritos acima, bem como no Manual da Assembleia. Conforme dispõe o Art. 28, §1º, da Resolução CVM 81, a Plataforma Digital disponibilizada pela Companhia assegurará: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação íntegra da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (<https://assembleia.ten.com.br/SB89406981>) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 28 de abril de 2024, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista poderá utilizar seu login e senha individuais para acessar a Plataforma Digital. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das via físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das via originais de tais documentos, bem como da tradução simples de referidos documentos estrangeiros, quando aplicável, através da Plataforma Digital (link acima mencionado). Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do artigo 47, inciso III, da Resolução CVM 81. Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará, também, o sistema de votação a distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto a distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM, de acordo com as instruções contidas no Manual da Assembleia, conforme modelos dos boletins de voto a distância disponibilizados pela Companhia. As demais orientações e informações para a participação virtual na Assembleia, bem como todos os documentos relativos à Ordem do Dia, devem ser consultados no Manual da Assembleia, que contém a Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), da B3 (<http://www.b3.com.br>) e da Companhia (infracommerce.com.br).

São Paulo/SP 28 de março de 2024

Pedro Jereissati - Diretor Presidente do Conselho de Administração

REDE D'OR SÃO LUÍZ S.A.
CNPJ: nº 06.047.087/0001-38 - NIRE: 35.300.318.099 - Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Na forma da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A.") e do seu Estatuto Social, a Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or" ou "Companhia") convoca os seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGO") para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** I. Deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório da administração e dos pareceres dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria; II. a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; III. a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato unificado de 2 (dois) anos; IV. a eleição dos membros do Conselho de Administração para o próximo mandato unificado de 2 (dois) anos e a nomeação de seus respectivos Presidente e Vice-Presidente; V. a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2024; VI. a instalação do Conselho Fiscal e a eleição de seus membros; e VII. a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal para o novo mandato, se instalado. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** I. alterar o Estatuto Social da Companhia e sua incorporação de acordo com os termos da Proposta da Administração. **Informações Gerais:** Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei das S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, foram publicados no Jornal Diário Comercial, na edição de 28 de março de 2024, e se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia, em seu endereço eletrônico (<http://ri.rededorsoluiz.com.br>) e nos endereços eletrônicos da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (<http://www.b3.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.gov.br/cvm). Também se encontram disponíveis nestes endereços eletrônicos os documentos exigidos nos termos da Resolução CVM nº 81/22 a respeito das matérias que serão deliberadas na AGO, inclusive a Proposta da Administração e o Manual de Participação de Acionistas ("Proposta da Administração" ou "Manual"). O acionista poderá participar da AGO (i) virtualmente, por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings, conforme as instruções descritas a seguir e detalhadas no Manual; ou (ii) por meio de boletim de voto a distância, conforme descrito a seguir, no Manual e no próprio boletim de voto. **1. Participação virtual:** Para participar da AGO virtualmente, o acionista deverá, imprimevavelmente com antecedência de pelo menos 2 (dois) dias da realização da AGO - isto é, até o dia 28 de abril de 2024 - se cadastrar por meio da plataforma Ten Meetings, no link <https://assembleia.ten.com.br/20268181>, e apresentar (i) comprovante de participação acionária emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Rede D'Or, conforme sua natureza jurídica, em português ou espanhol, em original ou cópia simples e seguintes documentos de comprovação de identidade e representação: (i) Pessoa Física: Documento de identidade com foto do acionista, sendo aceitos RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas; (ii) Pessoas Jurídicas: Último estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores, e demais documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo; e documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais; (iii) Fundos de Investimento: Último regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo; e (iv) Pessoa Física: Documento de identidade com foto do acionista e, se houver, alterações posteriores, do acionista ou documento equivalente); último estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores, do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação e exercício do direito de voto do fundo; demais documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo; e documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais. Caso o acionista deseje participar da AGO por meio de procurador, além de apresentar a documentação prevista acima, deverá apresentar também a cópia da procuração outorgada e os documentos que comprovem a identidade e o poder de representação do procurador. **2. Participação por meio de boletim de voto a distância:** Caso o acionista deseje participar da AGO por meio de boletins de voto a distância, poderá (i) enviar instruções de preenchimento dos boletins de voto a distância aos seus agentes de custódia, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central, (iii) enviar instruções de preenchimento dos boletins de voto a distância ao escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou (iii) se cadastrar na plataforma eletrônica Ten Meetings e preencher, diretamente no seu ambiente virtual, os campos de votação dos boletins de voto a distância, por meio do link: <https://assembleia.ten.com.br/20268181>. Alternativamente, o acionista também poderá enviar instruções de preenchimento dos boletins de voto a distância para o e-mail ri@redecor.com.br, igualmente acompanhados dos demais documentos descritos no item 1 acima. Nada obstante, recomenda-se aos acionistas que pretendam enviar os seus votos a distância diretamente à Companhia que o façam exclusivamente por meio do preenchimento dos campos de votação da plataforma eletrônica Ten Meetings em português ou inglês ou espanhol, em plena ordem e de acordo com o disposto acima, com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência da data de realização da AGO, ou seja, até 23 de abril de 2024 (inclusive). **3. Voto múltiplo e eleição em separado:** Para os efeitos do que dispõe o art. 141 da Lei das S.A. e a Resolução CVM nº 70/22, bem como o artigo 5º, I, da Resolução CVM nº 81/22, o percentual mínimo do capital social da Companhia exigido para a solicitação do processo de voto múltiplo na AGO é de 5% (cinco por cento). Adicionalmente, o acionista que desejar requerer a adoção ou participar da eleição em separado de membro do Conselho de Administração, na forma do artigo 141 da Lei das S.A., deverá apresentar à Companhia, independentemente da forma de participação (inclusive via boletim de voto a distância enviado por intermédio da AGO), em português ou espanhol, em plena ordem e de acordo com os itens 1 e 2 acima, a comprovação de titularidade ininterrupta de suas ações, emitida pela entidade competente a partir do dia 26 de abril de 2024, sendo certo que, nesse caso, tal comprovação deverá ser enviada por meio da plataforma Ten Meetings em conjunto aos demais documentos para participação virtualmente por meio do e-mail ri@redecor.com.br e/ou via física, sendo a respectiva documentação pela Companhia por meio de um dos referidos canais até às 9h horas do dia 30 de abril de 2024. São Paulo, 30 de março de 2024.

Brasilwagen Comércio de Veículos S.A.
CNPJ nº 49.701.557/0001-56 - NIRE 35.300.093.917

Comunicamos aos Srs. Acionistas que se encontram à disposição na sede da Companhia, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua da Independência, nº 1001, Cambuci, CEP 01524-001, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 28 de março de 2024.

Itatuba II Participações Ltda.
CNPJ/ME: 53.283.033/0001-52 - NIRE: 35.234.006.721

Carta de Convocação para Reunião de Sócios
Os Administradores da Itatuba II Participações Ltda. ("Sociedade"), vêm, por meio da presente, conforme preceita o seu Contrato Social, convocar os sócios da Sociedade para a realização de uma Reunião de Sócios ("ARS"), a ser realizada em 18 de abril de 2024, às 11:00 horas, em São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Pedroso de Moraes, nº 240, Conjunto 81, Pinheiros, CEP 05420-000, a fim de tratar da seguinte ordem do dia: (i) tomar e aprovar as contas da administração e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de acordo com proposta apresentada pela administração da Sociedade; (iii) fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024; (iv) apresentação de relatório sucinto sobre as atividades das sociedades investidas, Embu Empreendimentos S.A., no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (v) apresentação perspectivas das atividades sociais da Sociedade para o exercício social de 2024; e (vi) outros assuntos de interesse da Sociedade que sejam pertinentes aos assuntos incluídos na ordem do dia. Ficam os Srs. Sócios informados, também, de que as demonstrações financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, encontram-se anexas à presente convocação. Além disso, estão disponíveis na sede da Sociedade para consulta, mediante prévio agendamento.

São Paulo, 28 de março de 2024

Fábio Luna Camargo Barros e **Moacir Borges de Sousa**

GBT S.A. CONCESSIONÁRIA DE INFRAESTRUTURA PREDIAL E DE SERVIÇOS DE TI
CNPJ nº 11.738.966/0001/47 - NIRE 533 000 1118-4

RELATÓRIO DA DIRETORIA
A DIRETORIA da GBT S.A. CONCESSIONÁRIA DE INFRAESTRUTURA PREDIAL E DE SERVIÇOS DE TI, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem apresentar aos senhores acionistas e ao público em geral, as Demonstrações Contábeis do Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como colocar à disposição dos interessados, a documentação suporte de que trata a Lei 6.404/76, à sua Sede Social em expediente comercial. Brasília - DF, 20 de março de 2024. **Altereado Gonçalves Filho** - Diretor Presidente, **Renato da Costa Moura** - Diretor Administrativo Financeiro e de Controle.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)					
	2023	2022			
ATIVO	64.695	57.094	PASSIVO	64.695	57.094
CIRCULANTE	39.925	34.293	CIRCULANTE	21.882	19.823
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.981	12.741	Fornecedores	752	47
Ressarcimentos a Receber - DATA CENTER	7.486	7.268	Obrigações Sociais e Fiscais	5.742	5.805
Adtos. a fornecedores e Outros	221	264	Financiamentos	7.486	7.268
Despesas antecipadas	1.108	149	Arrendamentos a pagar	6.579	6.617
Parcelamentos fiscais a apropriar (PERT)	-	3.317	Outras Contas a Pagar	1.323	85
Crédito Empréstimos	2.365	1.110	NÃO CIRCULANTE	12.428	8.168
Antecipação de dividendos a acionistas	9.764	9.444	PASSIVOS CORRETORES	45.199	51.986
NÃO CIRCULANTE	24.770	22.802	Financiamentos	24.328	23.876
CRÉDITOS DE LONGO PRAZO	24.329	22.344	Arrendamento a pagar	20.872	28.110
Ressarcimentos a Receber - DATA CENTER	24.329	22.344	RESULTADOS DIFERIDOS	(32.771)	(43.818)
IMOBILIZADO	441	458	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.384	29.104
Custo Histórico	1.735	1.610	Capital Social	16.700	16.700
(-) Depreciações	(1.294)	(1.152)	Resultados Acumulados	10.344	10.996
			Reserva Legal	3.340	1.408
			Reserva de contingências e reposição de ativos	-	-
			MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
SALDOS 31/12/2018	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA CONTINGÊNCIAS E INVEST.	
Formação de reservas	18.000	3.600	8.670		
Dividendos distribuídos	-	-	(2.151)	(2.151)	
Lucro do exercício	-	-	(6.519)	(6.519)	
SALDOS 31/12/2019	18.000	3.600	17.761	17.761	
Lucro do exercício	-	-	17.761	17.761	
Transferência para reservas	-	-	46.496	46.496	
Dividendos distribuídos	-	-	(1.200)	(1.200)	
SALDOS 31/12/2020	18.000	3.600	(56.761)	(56.761)	
Reversão de Reservas	-	-	8.296	8.296	
Lucro do exercício	-	-	3.351	3.351	
Dividendos distribuídos	-	-	(34.178)	(34.178)	
SALDOS 31/12/2021	18.000	3.600	8.486	8.486	
Reversão de Reservas	-	-	-	-	
Diminuição do Capital Social	(1.300)	(2.192)	-	-	
Lucro do exercício	-	-	39.162	39.162	
Dividendos distribuídos	-	-	(36.650)	(36.650)	
SALDOS 31/12/2022	16.700	1.408	10.998	10.998	
Reversão de Reservas	-	-	-	-	
Diminuição do Capital Social	-	-	-	-	
Lucro do exercício	-	-	41.841	41.841	
Dividendos distribuídos	-	-	(40.563)	(40.563)	
SALDOS 31/12/2023	16.700	3.340	12.277	12.277	

DESINFORMAÇÃO

Desinformação de cinco instituições lançam guia para profissionais de Saúde

O guia Desinformação sobre saúde: vamos enfrentar esse problema, voltado para profissionais de saúde, foi lançado por um consórcio de pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e de três Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC) e Disputas e Soberanias Informacionais

(INCT-DSI). A publicação tem como objetivo preparar os trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) para o diálogo com os usuários sobre temas controversos e com potencial de impactar o bem-estar da sociedade. O guia alerta para conteúdos nocivos à saúde da população que circulam em grupos de WhatsApp e nas redes sociais, como Instagram, Facebook, Tik Tok e YouTube. Falsos medicamentos, campanhas contra as vacinas, tratamentos milagro-

so sem comprovação científica e receitas mágicas para emagrecer são alguns dos conteúdos prejudiciais que são divulgados pelas redes sociais. O guia traz uma curadoria de cursos de educação midiática, indica espaços para checagem de informação de notícias sobre saúde e sugere uma lista de fontes confiáveis sobre o tema. Segundo a publicação, a desinformação sobre saúde tem potencial de impactar diretamente o bem-estar físico,

mental e coletivo. Ela pode influenciar a opinião de uma pessoa e afetar as suas escolhas na busca equilibrada pela saúde. Conforme as informações enganosas se propagam, elas afetam a sociedade ao estimular a falta de confiança na ciência e em políticas de saúde. A desinformação também pode causar confusão e pânico na população, dificultando respostas a crises sanitárias. O guia aponta que a desinformação sobre as vacinas con-

tra a covid-19 é um exemplo do impacto dessas informações falsas sobre saúde. Os imunizantes foram usados para reduzir os danos da pandemia, mas muitas pessoas acreditaram em conteúdos que questionavam a sua eficácia e não se vacinaram. As vacinas são recursos historicamente usados para enfrentar doenças infecciosas e foram essenciais para o fim da pandemia. Os profissionais de saúde podem enfrentar a desinformação esclarecendo dúvidas

com uma linguagem acessível ao cidadão, com objetivo de desmistificar informações repassadas sem embasamento científico para que tenha escolhas confiáveis na busca por mais saúde e direitos. Ainda segundo a publicação, os profissionais de saúde podem colaborar nessa desmistificação com a oferta de informações corretas, baseadas no conhecimento científico, além de indicar fontes confiáveis para busca de informações sobre saúde.

HELPMED GESTÃO TREZE SPE LTDA
ASSEMBLEIA DE SÓCIOS - CONVOCAÇÃO
São convocados pelo administrador LUAN CESAR BALBINO DIAS, os senhores sócios cotista da HELPMED GESTÃO TREZE SPE LTDA, para participarem da Assembleia de Sócios a se realizar no dia 25/04/2024 às 16:00 horas em 1ª convocação...

MOTO AGRÍCOLA SLAVIERO S.A.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
São convidados os Srs. Acionistas de Moto Agrícola Slaviero S.A. para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no próximo dia 25 de abril de 2024, às 09h00, na sede social da empresa...

LDC. Louis Dreyfus Company Sucos S.A.
Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 16 de Fevereiro de 2024
Realizada em 16 de fevereiro de 2024, às 19h00min, na sede da Louis Dreyfus Company Sucos S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 14º andar...

Alphageos Tecnologia Aplicada S.A.
Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)
Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Exercício Social findo em 31/12/2023. Na oportunidade, colocamos-nos ao inteiro dispor para prestar esclarecimentos.

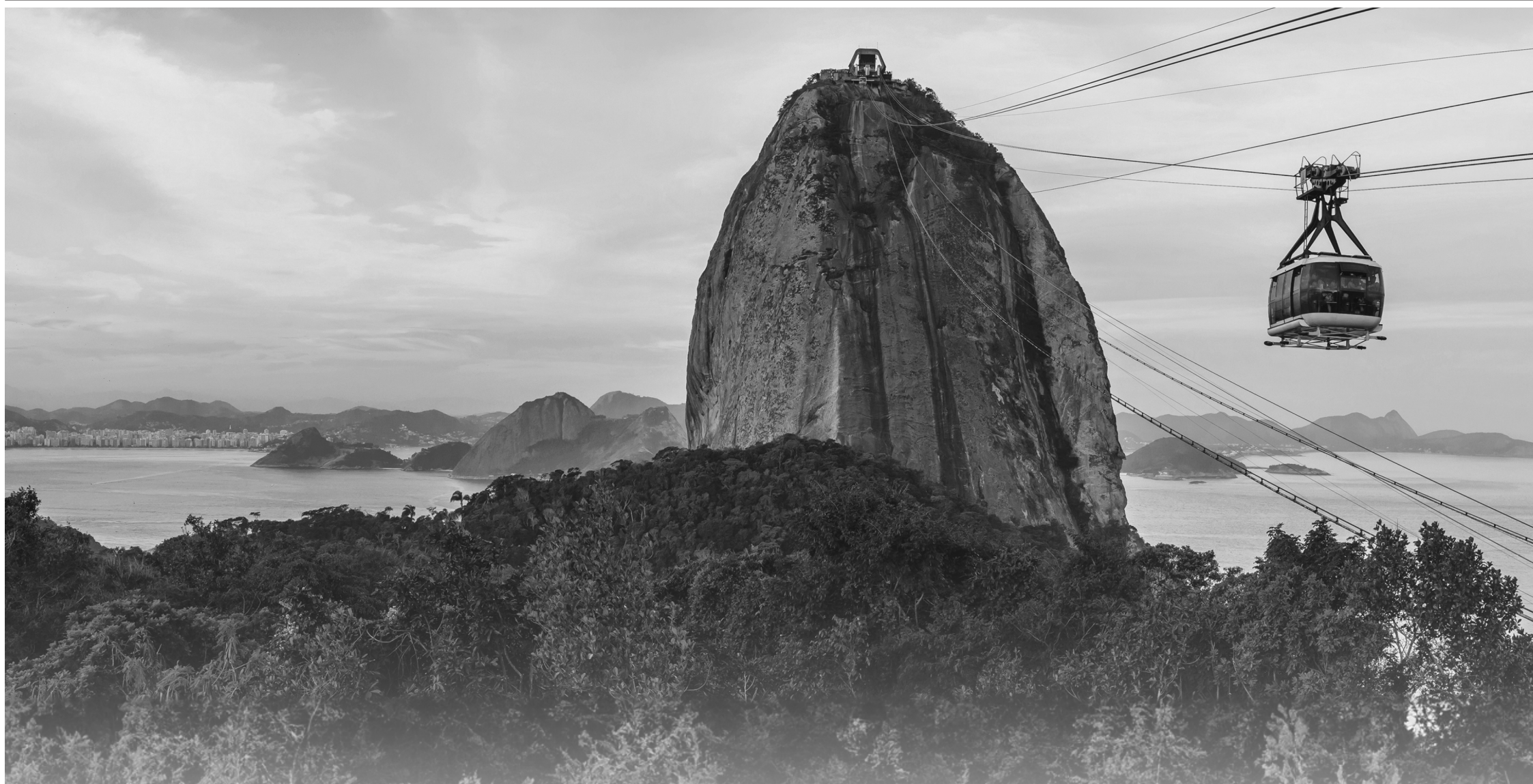
SANTO ANDRÉ GESTÃO EM SAÚDE SPE LTDA
ASSEMBLEIA DE SÓCIOS - CONVOCAÇÃO
São convocados pelo administrador LUAN CESAR BALBINO DIAS, os senhores sócios cotista da SANTO ANDRÉ GESTÃO EM SAÚDE SPE LTDA, para participarem da Assembleia de Sócios a se realizar no dia 25/04/2024 às 14:00 horas em 1ª convocação...

HELPMED GESTÃO ONZE SPE LTDA
ASSEMBLEIA DE SÓCIOS - CONVOCAÇÃO
São convocados pelo administrador LUAN CESAR BALBINO DIAS, os senhores sócios cotista da HELPMED GESTÃO ONZE SPE LTDA, para participarem da Assembleia de Sócios a se realizar no dia 25/04/2024 às 14:00 horas em 1ª convocação...

HELPMED GESTÃO DOZE SPE LTDA
ASSEMBLEIA DE SÓCIOS - CONVOCAÇÃO
São convocados pelo administrador LUAN CESAR BALBINO DIAS, os senhores sócios cotista da HELPMED GESTÃO DOZE SPE LTDA, para participarem da Assembleia de Sócios a se realizar no dia 25/04/2024 às 15:00 horas em 1ª convocação...

Infracommerce Synapcom Comércio Eletrônico S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)
Demonstrações dos resultados abrangentes
Demonstrações dos fluxos de caixa

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7F0F-BA63-E954-3E48.



O Diário Comercial é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.



Fale com quem entende de **Publicidade Legal.**

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes



Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7F0F-BA63-E954-3EA8> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7F0F-BA63-E954-3EA8



Hash do Documento

2D9ADB9F960C54F776FA48B7E3B9EEFA7EE60877D4C29813690061AFD9685C28

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 03/04/2024 01:42
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

